



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANNE GRACE GOMES

**TRABALHO DAS MULHERES E DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO: PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA NOS
MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ – PR**

ANNE GRACE GOMES

**TRABALHO DAS MULHERES E DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO: PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA NOS
MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ – PR**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Cássia Maria Carloto

Londrina
2011

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

G633t Gomes, Anne Grace
Trabalho das mulheres e divisão sexual do trabalho: projetos de geração de
renda nos municípios do Vale do Ivaí - PR. / Anne Grace Gomes –
Londrina, 2011.
87f.

Orientador: Cássia Maria Carloto
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade
Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicado, Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social e Política Social, 2011.

1. Divisão sexual do trabalho – Teses. 2. Geração de renda – Teses. 3.
Pobreza – Teses. 4. Mulheres – Teses. I. Gomes, Anne Grace. II.
Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicado.
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 362.17

ANNE GRACE GOMES

**TRABALHO DAS MULHERES E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO:
PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DO VALE
DO IVAÍ – PR**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Cássia Maria Carloto
UEL – Londrina – PR

Prof. Dra. Mabel Torres Mascarenhas
UEL – Londrina – PR

Prof. Dra. Maria do Carmo Godinho Delgado
PUC – São Paulo - SP

SUPLENTES

Prof. Dra. Silvana Aparecida Mariano
UFUBERLANDIA – MG

Prof. Dra. Olegna de Souza Guedes
UEL – Londrina – PR

Londrina, 3 de junho de 2011.

À todas as pessoas mais importantes da minha vida.
Com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me guardar em todos os desafios travados em minha vida.

À minha família, que me acolheu e fortaleceu durante todo processo, mesmo quando tudo parecia difícil.

À minha orientadora, Professora Dra. Cássia Maria Carloto, pelo respeito intelectual, pela compreensão, mas principalmente pela parceria, sem a qual seria impossível ter construído esta trajetória.

Às técnicas dos municípios pesquisados, que foram solícitas em toda a pesquisa, tornando essencial a discussão realizada.

Aos professores do mestrado, que ao partilharem os seus conhecimentos, nos tornaram profissionais e educadores mais reflexivos e comprometidos com a realidade social.

Aos colegas do mestrado, parceiros de estudos e pesquisas, com os quais tive o prazer de partilhar momentos que contribuíram para meu crescimento intelectual e pessoal.

Às minhas queridas amigas, que entenderam a ausência e me apoiaram durante os estudos.

Ao meu querido, por estar aqui neste momento, torcendo por mim.

GOMES, A. G. **Trabalho das mulheres e divisão sexual do trabalho**: projetos de geração de renda nos municípios do Vale do Ivaí - PR. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar se o trabalho desempenhado pelas mulheres nos projetos de geração de renda contribui para reforçar ou romper com a divisão sexual do trabalho. Os objetivos específicos foram: conhecer o conteúdo das propostas e projetos de geração de renda para mulheres; identificar os elementos simbólicos e de práticas sociais que orientaram as técnicas na formulação e execução dos projetos; pesquisar os instrumentos utilizados para avaliação das iniciativas de geração de renda e avaliar as dificuldades oriundas para gestão e para a permanência das mulheres nos projetos. Para o estudo foram selecionados seis municípios, que pertencem a região do Vale do Ivaí, e que desenvolvem projetos de geração de renda com mulheres através da Assistência Social. O estudo é de natureza qualitativa. O instrumento para coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada, e foi aplicada junto aos técnicos envolvidos diretamente com a formulação e execução dos projetos de geração de renda, de modo a permitir que se inferisse a respeito da organização dos projetos de geração de renda nos municípios, principalmente relacionados com as concepções das técnicas deste tipo de atividade e do público prioritário participante, as mulheres pobres.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho. Geração de renda. Pobreza. Mulheres.

GOMES, A. G. **Working women and sexual division of labour: income generation projects in the cities of Valley Ivaí - PR.** 2011. 139f. Dissertation (Masters in Social Work and Social Policy) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

This research aims to analyze the work performed by women in income generation projects helps to strengthen or break the sexual division of labor. The specific objectives were: to know the content of proposals and projects for income generation for women, to identify the symbolic elements of social practices and techniques that have guided the formulation and implementation of projects, research instruments used for evaluation of initiatives to generate income and assess the problems derived from managing and permanence of women in the projects. For the study we selected six cities, which belong to Ivaí Valley region, and developing income generation projects with women through the Social Services. The study is qualitative in nature. The instrument for data collection was semi-structured interview, and was applied to the technicians directly involved with the formulation and implementation of income generating projects so as to enable them to infer about the organization of income generating projects municipalities, mainly related to the concepts of the techniques of this type of activity and priority public participant ,poor women.

Key words: Sexual division of labor. Income generation. Poverty. Women.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Censitária segundo faixa etária e sexo	80
Tabela 2 - População Economicamente Ativa (PEA) segundo zona e sexo	81
Tabela 3 - População ocupada segundo as atividades econômicas.....	82
Tabela 4 - População censitária segundo tipo de domicílio e sexo.....	83
Tabela 5 - População por faixa etária e sexo.....	84
Tabela 6 - População Economicamente Ativa (PEA) segundo zona e sexo	85

LISTA DE SIGLAS

- GTR** – Guia de Geração de Trabalho e Renda
- PLANFOR** – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
- PROGER** – Programa de Geração de Emprego e Renda
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- OCDE** – Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico
- SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- FAEP** – Federação da Agricultura do Estado do Paraná
- CODEFAT** – Conselho Deliberativo do FAT
- FGTS** – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- SINE** – Sistema Nacional de Emprego
- SETP** – Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego e Promoção Social
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego
- FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- PLANteq-PR** – Plano Territorial de Qualificação do Estado do Paraná
- IPARDES** – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PEA** – População Economicamente Ativa
- RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais
- SENAES** – Secretaria Nacional de Economia Solidária
- PROVOPAR** – Programa do Voluntariado Paranaense
- SESC** – Serviço Social do Comércio
- PNQ** – Plano Nacional de Qualificação
- SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas
- CRAS** – Centro de Referência da Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TRABALHO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E NOVAS CONFIGURAÇÕES	16
1.1 CONCEITO DA CATEGORIA TRABALHO	16
1.2 TEMPO COMO MEDIDA DO CAPITALISMO E TRABALHO DAS MULHERES	21
1.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	23
1.4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O TRABALHO DAS MULHERES	28
2 POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO BRASIL	39
2.1 POLÍTICAS SOCIAIS NO NEOLIBERALISMO	39
2.2 A REALIDADE DO DESEMPREGO	44
2.3 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO BRASIL	48
3 POBREZA, MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A GERAÇÃO DE RENDA	59
3.1 "FEMINIZAÇÃO" DA POBREZA E A GERAÇÃO DE RENDA	59
3.2 GERAÇÃO DE RENDA NA ESFERA FEDERAL	66
4 PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA E O TRABALHO DAS MULHERES: ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ-PARANÁ	76
4.1 GERAÇÃO DE RENDA NO ESTADO DO PARANÁ	76
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ	78
4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS PROJETOS GERAÇÃO DE RENDA E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: CONCEPÇÕES E LIMITES	86
4.3.1 Atividades Ofertadas nos Projetos de Geração de Renda	86
4.3.2 Perfil do Público que Participa dos Projetos de Geração de Renda	95
4.3.3 Orientação para a Escolha das Atividades	103
4.3.4 Dificuldades de Gestão da Geração de Renda e Dificuldades para a Permanência das Mulheres nos Projetos	109

4.3.5	Planejamento e Execução da Geração de Renda: As Expectativas e a Satisfação das Mulheres	114
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	130
	ANEXO	135
	ANEXO I	136

INTRODUÇÃO

As diferenças entre homens e mulheres, que se traduzem na assimetria de poder nas relações de gênero, e que fundamentam a subordinação feminina, faz parte de um processo, que é construído socialmente, e que (re) constrói essas relações de dominação/exploração em todas as esferas sociais.

A subordinação feminina, em relação a dominação masculina, se difunde nas esferas das relações sociais através dos movimentos simbólicos e das práticas sociais, que criam espaços, valores, subjetividades e funções, dividindo e hierarquizando as vivências entre os gêneros. O trabalho enquanto prática social simboliza e concretiza a separação das funções masculinas e femininas, sendo que o trabalho desempenhado pelos homens gozam de maior valor e prestígio social do que o trabalho das mulheres.

É a divisão sexual do trabalho a categoria analítica responsável por evidenciar essa separação e hierarquização do trabalho entre os gêneros, possibilitando a análise da condição da mulher no mundo do trabalho, que parte do princípio da construção de habilidades voltadas para a vida reprodutiva e doméstica, apoiada no mito da mulher maternal, concepção esta que, inclusive, condiciona o seu lugar na sociedade assalariada.

Partimos do ponto que as relações de gênero, materializadas pela divisão sexual do trabalho, não só divide o trabalho entre homens e mulheres, como o qualifica de modos diferentes, e caracterizam outras formas de dominação/exploração que se reproduzem em todos os espaços onde há relações de gênero, reforçando a subordinação feminina e reafirmando modos de segregar as mulheres nestes espaços.

Na construção das políticas públicas, em evidencia o processo que corroborou com a ascensão do projeto neoliberal, as mulheres foram se constituindo como público alvo de programas e projetos, com intuito de incidir sobre o empobrecimento da população. Equivale dizer que as mulheres foram tomadas, a partir dos seus papéis de "mães de família", como agentes capazes de amenizar os efeitos da pobreza, sendo instrumentalizadas para que elas pudessem ser peças fundamentais no que consiste a sobrevivência das suas famílias.

Deste modo, diante da realidade do desemprego estrutural, e da falta de renda, como principal fator da pobreza, iniciativas de geração de renda

tornaram-se ações prioritárias, no sentido de oferecer instrumentos garantir meios de sobrevivência. O objetivo preconizado é de que, através do fomento dessas ações, sinalizando as mulheres como público prioritário, se criasse alternativas possíveis de trabalho para as mulheres pobres, a fim de que elas pudessem gerar renda a partir deste trabalho, possibilitando seu próprio sustento e o sustento das suas famílias.

Neste sentido se colocaram algumas questões diante deste tipo de intervenção junto às mulheres. Qual é a orientação dos trabalhos propostos pelas iniciativas de geração de renda? Como os técnicos - no nível local onde é operacionalizado - percebem as relações de gênero, e a partir disso organizam os projetos de geração de renda? E como estas percepções interferem no trabalho das mulheres? Reforçam ou rompem com os determinantes da divisão sexual do trabalho?

Foi para buscar elucidar estas questões que a pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada, justamente para compreender o desenvolvimento das iniciativas para geração de renda e analisar se o trabalho proposto permite romper com a divisão sexual do trabalho, que é a expressão material da subordinação feminina. É importante ressaltar que esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da Universidade Estadual de Londrina.

Como amostra foram escolhidos seis municípios de pequeno porte I e II¹, que pertencem à região do Vale do Ivaí. A escolha destes municípios se deu em virtude do porte e das características regionais: como perfil socioeconômico, pelo fato da geração de renda ter como público prioritário mulheres pobres e por estas ações serem desenvolvidas dentro da política da Assistência Social.

A similaridade do porte e do perfil socioeconômico dos municípios tem como pressuposto identificar como municípios, que operam com recursos escassos, de toda natureza, incorporam na sua agenda política a geração de renda e, principalmente, já que o público prioritário são mulheres, como os municípios trabalham as relações de gênero na política pública.

O fato de ser desenvolvido pela Assistência Social também foi um fator importante. Neste sentido a geração de renda é afetada de duas formas: por estar na Assistência Social e ser destinado à população pobre, considerada com

¹ Conforme a classificação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

baixa escolaridade, e com baixo potencial para o mercado de trabalho formal; e por ser destinado às mulheres pobres, que além dos fatores ligados à sua condição de classe, também refletem as desigualdades entre os sexos.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com as técnicas, responsáveis pelo planejamento e execução dos projetos de geração de renda nos municípios. No total foram seis entrevistadas, uma por município, pois pelo porte dos municípios, a equipe profissional também é muito reduzida, sobrecarregando os técnicos com várias funções. Para definição da amostra foi entrevistada a coordenadora de departamento de Assistência Social da SETP -Ivaiporã, que repassou a organização dos municípios, quanto aos projetos de geração de renda, de cada município da região coberta pelo escritório.

O roteiro da entrevista foi estruturado para identificar nos municípios quais as concepções que orientam as técnicas no processo de planejamento e avaliação dessas iniciativas, e em que medida estas concepções reforçam a divisão sexual do trabalho. Partindo das concepções que direcionam o trabalho com geração de renda, também se colocou na análise a necessidade de identificação dos limites pertinentes a estrutura de geração de renda nos municípios, limites tanto de ordem operacional, quanto a dificuldade de sistematização das intervenções, como àquelas vinculadas a percepção das técnicas quanto as atividades ofertadas e ao público a quem se destina.

O método para a análise dos dados tem como referência a interpretação através da hermenêutico-dialética, defendida por Minayo (1998) que em contraposição a análise de conteúdo tradicional e a análise de discurso, se propõe a ultrapassar aos códigos técnicos, para se aproximar da realidade através da captação "do movimento, as contradições e os condicionamentos históricos" (MINAYO, 1998, p.230). Não pode apenas se tratar de decodificar estruturas de linguagem, ou inferências pertinentes ao texto, é preciso entender o contexto e a história em que é produzido o texto.

Neste caso a definição do método é incisiva para a investigação da concepção. A hermenêutico-dialética permite que se faça a leitura, a partir do concreto oferecido pelo discurso, dos valores, da história, do contexto em que as pessoas estão inseridas, para então inferir quais elementos permeiam e determinam suas ações no movimento do real.

Para interpretação dos dados optamos pela não identificação dos profissionais através de nomes fictícios ou números, nem dos municípios, os quais estão identificados por letras, sendo A, B, C, D, E, F. Os trechos das entrevistas destacados, assim como as análises se referem a todos os municípios entrevistados, identificando cada um pelas letras correspondentes.

A organização do trabalho se fez em quatro capítulos. No primeiro capítulo se discute a concepção de trabalho na teoria marxista, por se tratar do espinha dorsal das discussões relativas a divisão sexual do trabalho, enquanto base material da reprodução das desigualdades de gênero. Também é trabalhado o valor do tempo e do trabalho das mulheres, indicando o tempo de trabalho doméstico como um tempo que não sofre as mesmas mensurações do trabalho nos meios de produção, ainda que ambos sejam essenciais para o funcionamento do capitalismo. Também é tratado das novas configurações da divisão sexual, apontando a mobilidade do conceito frente ao conjunto de mudanças na sociedade capitalista.

No segundo capítulo traz a trajetória histórica em que se processa a reestruturação produtiva e a ascensão do projeto neoliberal e como este conjunto de transformações sociais, políticas, económicas e culturais impactaram no mundo do trabalho, produzindo o desemprego estrutural, no trabalho das mulheres e na organização da divisão sexual do trabalho. Analisa-se também o impacto do neoliberalismo nas políticas públicas, e especialmente nas políticas relacionadas ao trabalho, emprego e renda, indicando as mudanças que culminaram no desenvolvimento da geração de renda enquanto estratégia de alívio da pobreza, eleito como eixo fundamental nas políticas voltadas para as mulheres.

No terceiro capítulo é discutido pobreza e mulheres, e como foi incorporada a discussão da necessidade de inclusão das mulheres, enquanto grupo social prioritário para as iniciativas de geração de renda. Também é trabalhado como essas iniciativas se organizam na esfera federal dentro da política de Assistência Social, a partir da análise de um dos principais documentos que identificam este tipo de ação, o Guia de Geração de Trabalho e Renda, existente desde 2008.

No quarto capítulo, A estrutura da análise de dados começa pela leitura dos programas e projetos que tem como base a geração de renda, no estado do Paraná, para então entender como estas propostas são gerenciadas no âmbito municipal. A seguir são trazidos alguns dados coletados através dos cadernos

municipais, produzidos pelo IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, que trazem elementos da economia e da população dos municípios pesquisados, auxiliando no processo de definição do perfil socioeconômico da região estudada.

A seguir trazemos a análise dos dados coletados a partir das entrevistas com as técnicas dos seis municípios pesquisados, identificando as atividades ofertadas pelos municípios na linha de geração de renda, o perfil do público definido para participação das iniciativas, a orientação para a escolha das atividades ofertadas, os limites e dificuldades para a gestão e para a permanência das mulheres nos projetos, dados relacionados à estrutura de planejamento das ações, identificando possíveis instrumentos de condução do trabalho operacionalizado.

Também foi realizada a inferência de sentimentos como expectativas e satisfação das mulheres participantes, a partir do olhar das técnicas. Buscou-se com estes dados a interpretação do conteúdo, de modo a responder as questões suscitadas, possibilitando analisar se os projetos conseguem reforçar ou romper com o que estrutura a divisão sexual do trabalho, e com ela a invisibilidade do trabalho da mulher. Por fim fazemos as considerações finais, buscando refletir sobre as principais questões abordadas na pesquisa.

1 TRABALHO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E NOVAS CONFIGURAÇÕES

Neste capítulo discutiremos as categorias trabalho e divisão sexual do trabalho. Em um primeiro momento é trazido o conceito de trabalho desenvolvido por Marx, para que possamos estabelecer a relação que materializa o trabalho, e de como ele aparece no modo de produção capitalista, apontando suas determinações, para então compreendermos como ele se expressa para os gêneros. Neste sentido é trabalho a categoria divisão sexual do trabalho, como categoria explicativa e de análise para se entender as relações de trabalho articuladas com as relações de gênero, e como essas assimetrias também têm impactos diferentes na vida de homens e mulheres.

Por fim é trazida a conjuntura atual como um espaço contraditório e complexo, no qual as forças de trabalho assim como as fronteiras da divisão sexual sofreram novas configurações que devem ser mantidas nas análises para se ter em vista a emergência das iniciativas de geração de renda, e a focalização nas mulheres pobres, como alternativas para o alívio da pobreza decorrente das relações estabelecidas no modo de produção capitalista.

1.1 CONCEITO DA CATEGORIA TRABALHO

O trabalho, na perspectiva marxista, traz duas premissas básicas de início: primeiro, o trabalho como categoria fundante do homem; e segundo, o trabalho, como atividade humana, produtora de riqueza.

Considerar a condição ontológica do trabalho é o ponto de partida para entender a afirmação de Marx (1983), que define o trabalho como o metabolismo entre homem e natureza. Para Marx (1983) trata-se da capacidade humana em interagir com a natureza em que está inserido, não apenas na concepção de simples troca, mas no processo que indica que na medida em que o homem, através do trabalho, transforma a natureza em bens úteis a sobrevivência, transforma a si mesmo, já que a prática incide sobre reflexão e consciência, que reflete no desenvolvimento de novas habilidades, que por sua vez serão materializadas através de novas práticas, trata-se, portanto da evolução humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento suas forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (MARX, 1983, p.149).

A afirmação de Marx traduz a centralidade do trabalho para a formação do homem enquanto ser social, pois compreende o trabalho como elemento crucial para o desenvolvimento da consciência, que no processo metabólico que estabelece com a natureza - entendendo-o como parte dela - passa a dominar recursos e habilidades que antes não dominava, e então, neste movimento, qualifica seu trabalho, e constrói relações sociais, na proporção que se faz necessário o seu intercâmbio com outros homens.

Para Marx (1983), a categoria trabalho é histórica. Existe em condições históricas determinadas, assim como mediada por relações sociais, modelos económicos, valores culturais e sistemas políticos, que refletem diretamente na sua organização. O processo de subsunção formal e real do trabalho no capitalismo expressa as mudanças que demonstram a emergência e racionalidade das relações de produção, nas quais se definem organizações diferentes daquelas que as formas iniciais de trabalho experimentaram.

A racionalização da divisão social do trabalho e o deslocamento das atividades do âmbito doméstico para as unidades fabris são algumas das mudanças compreendidas pela incorporação do trabalho no capitalismo. Entretanto, a principal delas é o assalariamento, visto que representou a forma concreta de apropriação do trabalho alheio, posto que o homem não era mais o dono do seu próprio trabalho, apenas da sua força de trabalho, negociada como mercadoria pelo seu empregador, agora dono do seu trabalho e do produto gerado por ela (MARX, 1983).

O valor pago pela força de trabalho oferecida ao capitalista representou a objetificação do tempo que se levou para produzir. Equivale dizer que o tempo gasto para a produção de determinado objeto, é a unidade de medida, que na forma capitalista, se concretiza no salário. O diferencial são as horas a mais, em que há dispêndio de força de trabalho, e que não é pago, ou seja, a mais-valia. Assim como trata Marx (1985,p.65), no próprio processo de trabalho, a mais-valia já

é produzida, transformando-se em lucro para o proprietário dos meios de produção, no ato de circulação da mercadoria.

O processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital: da criação de mais-valia. O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do próprio capital), e o capitalista entra nele como dirigente, guia; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio. É isto o que denomino subsunção formal do trabalho no capital.

O consumo da força de trabalho, no modo de produção capitalista, se manifesta de duas maneiras. O primeiro é caracterizado pelo fato do trabalhador, formalmente livre - na medida em que ele é possuidor da sua força de trabalho e tem a liberdade de vendê-la para quem quiser - se submeter à dominação do empregador, ou seja, ele passa ao controle do capitalista que o contratou, a quem pertence o seu trabalho; e este deve ser controlado para que o objetivo seja alcançado. O segundo trata do produto. Este não mais pertence ao trabalhador, pertence agora ao capitalista, que domina todo processo de trabalho, que segundo Marx (1983, p.154) "é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem".

O objetivo do processo de produção é produzir valor. O valor de uso não é o fim da produção, embora esteja incorporada na mercadoria, a sua verdadeira finalidade é o valor de troca que porta em si. A necessidade de autovalorização do capital reside no fato de que ele necessita "produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la" (MARX, 1983, p. 155), ou seja, o valor ou mais-valia. Esta determinação é quantitativa, na medida em que não representa qualidades de trabalho, mas sim a quantidade de tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias.

Tem valor tudo aquilo que é mediado pelo trabalho humano e que se destinam às necessidades sociais. Este valor ainda não pode ser considerado concreto, pois ele ainda não se transformou em capital. É a representação do trabalho abstrato, na forma do tempo, que se manifesta enquanto valor de troca quando chega à esfera da circulação, transformando-se em dinheiro novamente.

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. [...] uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa apenas produzir valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social (MARX, 1983, p.49).

A definição de trabalho construída por Marx coloca dois pontos de análise: a primeira se refere ao trabalho na sua essência, que revela o metabolismo homem-natureza; a segunda traz a dimensão do trabalho apropriado pelo capitalismo, que traz o confronto agora não somente do homem com a natureza, mas da relação homem-homem (Hirata; Zarifian, 2003).

Para Hirata e Zarifian (2003), os pontos de reflexão encontrados no estudo da categoria trabalho suscitam algumas questões pertinentes. Uma delas é o fato de não evidenciar o trabalho das mulheres. Na medida em que o trabalho produtivo, e os produtos gerados por ele, aparecem de forma genérica, sem as distinções que se materializam nas relações de gênero, o trabalho das mulheres aparece marginalmente na história, sem o mesmo valor que é atribuído ao trabalho exercido pelos homens.

Também suscitam que as relações construídas no processo de definição do trabalho não são apreendidas de maneira idêntica, uma vez que as relações homem-natureza são postas na condição de imutabilidade. Conforme Hirata e Zarifian (2003, p.66):

As relações homem-natureza tendem a ser naturalizadas e fixadas como uma base imutável da produção da vida humana, enquanto as relações sociais - as condições sociais do trabalho - são historicizadas. Sendo assim, esta dupla definição não pode ser pertinente se consideramos as relações historicamente, que é o que torna possível considerar o sexo social. Se extrairmos todas as consequências da tese de "homem" como ser social, não existem trocas genéricas entre o homem e a natureza, mas trocas sempre específicas entre os homens e as naturezas.

A compreensão do trabalho em uma perspectiva comprometida com a análise das práticas sociais de homens e mulheres começou a ser levantada a partir do conjunto das discussões do movimento feminista na década de 1960 nos Estados Unidos, pelo interesse do estudo da questão de gênero na economia política (KON, 2002) e na década de 1970 na França, onde o debate teve grande

amplitude e influenciou as produções teóricas das Ciências Sociais e da História (HIRATA; KERGOAT, 2007).

As análises fundamentadas nas teorias marxista e neoclássica, de acordo com Kon (2002), influenciaram as primeiras conceituações acerca do estudo sobre gênero e trabalho, incorporando as argumentações de que o processo de desenvolvimento do capitalismo. Da mesma forma como a racionalidade das relações sociais de produção, teve papel fundamental para a ressignificação do patriarcado², enquanto que inauguraram novas necessidades que influenciaram a condição da mulher no mundo do trabalho.

A autora também destaca que os primeiros debates organizados na década de 60, tinham cunho "marxista-feminista" - dada a vinculação declarada do movimento feminista ao respaldo teórico-ideológico do marxismo - e se dedicavam ao estudo da utilização apropriada de categorias como trabalho e classes sociais, para dar substrato à análise das experiências femininas na força de trabalho, ou fora dela.

Desse modo, vale a pena perguntar, como utilizar a definição da categoria trabalho para analisar o trabalho doméstico historicamente desempenhado pelas mulheres? De acordo com Anita Kon (2002) esse foi um dos embates para visibilizar o trabalho das mulheres através da fundamentação teórica marxista.

O debate sobre o trabalho doméstico colocava a questão de se a teoria do valor de trabalho de Marx poderia ser aplicada ao trabalho de reprodução da força de trabalho doméstico. O trabalho das mulheres em casa criaria valor adicionado, e no caso positivo quem se apropriaria deste? (KON, 2002, p.91).

Uma das considerações centrais é com relação ao valor de uso e o valor de troca, na perspectiva marxista, vinculada à análise da prática social das mulheres no âmbito da esfera reprodutiva. Se o trabalho, subsumido ao capital, assume determinações que tem como finalidade a produção de mercadorias que tenham valor de troca, qualquer outra forma de trabalho, que não esteja vinculada diretamente ao processo de produção e na formação deste valor, estaria à margem do processo produtivo. Então, uma primeira consideração a ser tecida, é com relação ao papel da mulher na reprodução humana e na produção dos cuidados.

² A análise do conceito de patriarcado é desenvolvido por Saffioti (2004).

A princípio, as tarefas domésticas (já que, a princípio não é visto como trabalho, mas como função natural da mulher) são tidas como valor de uso, e por isso pertencem à esfera da reprodução e sobrevivência que é responsabilidade da família, na figura central do feminino. Equivale dizer que o que se passa na esfera doméstica se manifesta enquanto responsabilidade da mulher. Outra consideração é com relação à "produção de coisas". Se as funções domésticas não produzem, tampouco transformam a natureza, como pode ser considerado trabalho?

O trabalho doméstico, organizado dentro do lar, é fator imprescindível ao capitalismo para a reprodução das forças produtivas. Os cuidados básicos dispensados no lar são fundamentais para a formação humana, sem os quais, "seria impossível garantir oferta de força de trabalho" (CARRASCO, 2003, p.19).

Na medida em que o trabalho doméstico é desempenhado regularmente pelas mulheres - ainda que as mesmas trabalhem assalariadas, e decorre o fenómeno da jornada extensa - elas atuam como agentes de manutenção da vida, proporcionando as condições básicas para a reprodução da força de trabalho.

Considera-se que essa força de trabalho é potencialmente utilizada pelo capital para a produção do valor de troca. Dessa forma cabe a desconstrução da ambiguidade entre produção/ público e reprodução/ privado, já que a produção dos cuidados é um fator elementar que agrega valor à economia capitalista, sem o qual tornaria, no mínimo, profundamente custoso ao capital e ao Estado a manutenção de capital humano, trabalho este oferecido gratuitamente pelas mulheres.

1.2 TEMPO COMO MEDIDA DO CAPITALISMO E TRABALHO DAS MULHERES

Karl Marx (1983) identifica o tempo como medida do trabalho no capitalismo, já que o tempo excedente é o que cria a mais-valia, que, posteriormente, se transforma em lucro no ato da circulação da mercadoria produzida. É através do tempo que o trabalho passa a ser quantificado no modo de produção capitalista e é com ele que se agrega mais trabalho para maior valorização dos produtos. Karl Marx trata do processo onde o tempo é usado para a quantificação e valorização do trabalho empregado.

Portanto, um valor de uso ou um bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do *quantum* nele contido da "substancia constituidora do valor", o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho, possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia, etc. (MARX, 1983, p.47).

O uso do tempo no modo de produção capitalista levou ao questionamento do tempo empregado pelo trabalho desenvolvido na esfera reprodutiva. Segundo Helena Hirata e Phillippe Zarifian (2003, p.66) "o nascimento da noção de trabalho assalariado é a história desta separação, que opõe uma forma objetificada a uma potencia subjetiva". Trata-se da separação entre o trabalho concreto que resulta em um produto com uso determinado, e da apropriação deste pelo capitalismo que obscurece na forma concreta a potencialidade de valoração dada pela quantidade de trabalho medido pelo tempo.

A noção de trabalho no capitalismo coloca separadamente o conjunto de operações necessárias para a produção material e a capacidade humana para fazê-las e como elemento mediador, o tempo. Helena Hirata e Phillippe Zarifian (2003) ainda colocam que o trabalho doméstico apresenta-se de outra forma. Como está vinculado às relações afetivas, o tempo não é medido, e funda-se sobre as bases da disponibilidade materna e conjugal das mulheres.

Mesmo não havendo limites temporais para o trabalho doméstico, sendo sua exploração constante e tanto mais opressiva que a própria exploração do trabalho assalariado, o tempo considerado como tempo valorizado, é aquele empregado na produção de mercadoria, aquela que diretamente gera valor para o capital.

A complexificação deste processo se intensifica quando a mulher, ao mesmo tempo em que mantém "suas" funções domésticas, vende sua força de trabalho no mercado produtivo se desdobrando na dupla jornada de trabalho. Ainda que se possa encontrar substituição no mercado para as tarefas desempenhadas no lar, há que se analisar os fatores subjetivos. De acordo com Carrasco (2003, p.15), para os bens e serviços produzidos no lar é mais difícil classificar em bens mercantilizáveis e não mercantilizáveis. Isso decorre do conjunto de relações afetivas e emocionais que são produzidos no lar e passa pela compreensão

subjetiva, do que pode ser substituído pelo mercado, e do que é inerente - e, portanto, insubstituível - ao vínculo relacional dos indivíduos.

A produção capitalista tem como objetivo o aumento do capital que orienta-se através da medida do tempo de trabalho extraído e não pago. A determinação do tempo no processo produtivo, que de forma geral, rege o trabalho assalariado, não pode ser igualada ao tempo de trabalho na esfera doméstica, já que esta é permeada por aspectos afetivos e emocionais, que lhe conferem um *status* diferenciado.

Assim como trata Cristina Carrasco (2003), embora haja conflitos no que se refere à valorização do modo de produção e os cuidados necessários ao conjunto da sociedade, essas duas esferas se interlaçam e acabam criando uma sobrecarga de trabalho às mulheres pois, se por um lado o trabalho para a produção capitalista é condição necessária para a sobrevivência, por outro fica a pendência dos cuidados, aos quais as mulheres também assumem para manter a reprodução humana, já que há ausência de equipamentos sociais e divisão de tarefas mais justas que possam liberá-las para outras formas de uso do tempo que não é usado na produção.

1.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Pensar o trabalho enquanto prática social sexuada significa dizer que não se trata de uma atividade homogênea ao gênero humano, mas sim de uma prática que possui características e significados diferenciados no contexto das relações sociais entre os sexos.

Assim como a divisão social do trabalho existe para organizar o conjunto de atividades de produção na sociedade, a divisão sexual do trabalho - que não se trata de uma categoria separada da noção de divisão social e técnica do trabalho - existe para organizar o trabalho de homens e mulheres na estrutura social. Socialmente existe um conjunto de funções que se dividem entre os sexos. Mais do que caracterizar somente a divisão das tarefas, a divisão sexual do trabalho (re) produz modalidades que marcam a subordinação do trabalho feminino, através de critérios relacionados aos salários, valores atribuídos aos produtos gerados, entre outras determinações relacionadas com a organização do trabalho de homens e mulheres.

As condições em que mulheres e homens se reproduzem na sociedade não são produtos de um destino biológico, mas sim de construções sociais. Cabe fazermos um parêntese para compartilharmos com Kergoat (2003) que Relações de gênero³ e divisão sexual do trabalho são categorias coextensivas, que trocam e compartilham os conteúdos que caracterizam a disparidade de poder entre homens e mulheres. Relações de gênero, enquanto uma categoria teórica nos permite analisar a divisão sexual do trabalho como base material, no qual se concretiza as assimetrias de poder entre os gêneros.

A reprodução dos valores contidos nos princípios que organizam estas relações se faz através das práticas sociais dos indivíduos e através das instituições sociais que sistematizam a vida cotidiana. Através do trabalho, as relações de poder contidas nas relações sociais entre os sexos, se materializam através da "divisão do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, de divisão sexual do trabalho" (Kergoat, 2003, p.55).

A divisão sexual do trabalho, enquanto categoria, traduz as condições materiais e concretas em que se reproduzem as relações de poder entre homens e mulheres, poder que se distribui de forma desigual (re) afirmando historicamente a subordinação feminina e sua invisibilização no processo de construção da história.

De acordo com Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos adaptadas historicamente em cada sociedade. Reflete a organização social das tarefas e funções de homens e mulheres, sendo as práticas sociais dos primeiros de maior valor social que das últimas. Isto resultou em um processo de separação dos espaços de pertencimento vinculando as práticas sociais masculinas à esfera produtiva e às práticas femininas ao espaço da reprodução e dos cuidados. Esta relação marcou não só as relações sociais entre os sexos, como também marcou a produção teórica, que dividiu estas relações em espaços, sem pensar na fundamental articulação dos mesmos para a produção da sociedade.

³ Daniëlle Kergoat (2003) utiliza a expressão relações sociais de sexo, ao invés de relações de gênero. Ela explica que a utilização deste termo tem um indicativo cultural, já que é utilizado na França para expressar sobre as relações entre homens e mulheres. A autora também explica que a terminologia não é contraditória ao que tratamos como relações de gênero. Como na literatura brasileira, o termo mais usado é "relações de gênero", optamos por também utilizá-lo na construção da pesquisa.

Segundo Kon (2005), a divisão sexual do trabalho pode ser evidenciada na organização do trabalho familiar. Na análise da história, principalmente no período que compete à fase predominantemente rural e a pré industrial, foi possível perceber que nas práticas desenvolvidas por homens e mulheres na unidade familiar, de modos diferenciados, eram partícipes do processo de produção de bens e serviços, utilizados não só pelos familiares, como também pela comunidade a qual pertencia.

O trabalho feminino se retratou nesta divisão pela função de reprodução da força de trabalho. Anita Kon (2005, p.2) destaca que "desta função se originam as diferentes formas que tem assumido a subordinação feminina, em distintas sociedades". Para a autora o lugar que a mulher ocupa na divisão sexual do trabalho vincula-se à função biológica determinada socialmente de criação e procriação dos filhos, não se tratando somente de gerar filhos, mas principalmente do papel de formação e manutenção viabilizada através dos cuidados, educação e transmissão de valores. Mesmo com o ingresso das mulheres na esfera da produção, a visão tradicional do "dever" materno-conjugal, continuou a ser considerada função da mulher.

As práticas sociais das mulheres estruturaram-se em torno do mito da imagem materna e conjugal. Assim como o trabalho feminino teve sua vinculação direta à esfera doméstica, a família e a produção dos cuidados passaram a ser vistos como unidades isoladas da esfera pública, ocultando o real entrelaçamento entre a vida privada e a vida pública.

É importante salientar que os cuidados e a reprodução são reconhecidos enquanto práticas essenciais à existência e sobrevivência humana. A questão é que se tornou um papel "sexualizado", no qual a mulher passou a ter habilidade natural idealizada movida pelo afeto e amor. Deste modo transformado em produto das habilidades naturais e construído com uma distância da racionalidade pertinente ao trabalho, o trabalho feminino vinculado ao trabalho doméstico permitiu a invisibilização das práticas sociais das mulheres em relação às práticas sociais dos homens.

Para Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), a definição do conceito, fruto do processo histórico dos movimentos feministas -principalmente na França - se fez pela necessidade de denunciar a invisibilidade do trabalho da mulher

na sociedade, de forma gratuita, ancorado no discurso de função "natural" e amor materno conjugal.

Este foi o pressuposto inicial para a origem do termo, que permitiu descaracterizar a imagem de trabalho como sendo somente prática masculina, realizada na esfera da produção, para incluir a mulher como também trabalhadora que transitava entre as esferas produtiva e reprodutiva e a função doméstica enquanto trabalho. Essa forma de entender o trabalho permitiu não só visualizar o trabalho desempenhado pelas mulheres, como também apontar para o fenômeno das jornadas extensas que revelou a sobrecarga das funções exercidas por elas.

As análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional, isso permitiu considerar "simultaneamente" as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.597).

A análise das relações sociais de sexo concretizadas pela divisão sexual do trabalho mostrou as assimetrias de poder entre homens e mulheres no campo do trabalho. Daniele Kergoat afirma que nesta relação desenham-se dois princípios fundamentais de separação e hierarquização na organização das práticas sociais dos sexos, e que reproduz a subordinação feminina através de um processo de valoração, onde o trabalho masculino teria um "valor" social maior que o trabalho das mulheres.

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio da hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher) (KERGOAT, 2003, p.56).

A autora ainda afirma que entender a divisão sexual do trabalho na perspectiva da história e como produto de uma construção social, significa entendê-la enquanto resultado das relações sociais e não como mero destino biológico que transforma diferenças construídas em diferenças dadas.

Na proporção que existem elementos que estruturam as relações sociais de sexo, ressignificando em qualquer momento os princípios que sustentam as desigualdades entre homens e mulheres, também existem elementos que variam no tempo e no espaço. Eles permitem mudanças que fazem com que as desigualdades sociais sejam reconfiguradas, incidindo nas fronteiras que

caracterizam a divisão sexual do trabalho. Afirma assim Danièle Kergoat, que as novas configurações que aparecem nas relações sociais entre os sexos, conectados ao conjunto das transformações sociais, podem ocultar a divisão sexual do trabalho, sob uma capa de superação. Por isso a necessidade de investigação constante de modo a evidenciar os novos elementos que surgem deste processo.

[...] A dialética entre invariantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, [...] bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência mesma dessa divisão (KERGOAT, 2003, p.56).

Danièle Kergoat (2003) também tece algumas considerações que são imprescindíveis para o estudo da divisão sexual do trabalho. A primeira delas é sua indissociabilidade das relações sociais entre sexos. Isto porque as relações sociais são tensões que atravessam o campo social e elas produzem fenômenos sociais que invariavelmente incluem grupos sociais antagônicos, que se colocam no mesmo jogo em defesa de seus interesses. Neste caso, a autora conclui que se trata do grupo de homens e de mulheres que se tensionam em torno dos conflitos que envolvem o trabalho e suas divisões.

Esta construção social reflete não apenas a reprodução ideológica, mas principalmente suas bases na produção material, o que leva a crer que as mudanças não se referem única e exclusivamente a mudança de valores, sem que se haja mudanças efetivas nos demais campos sociais. E por fim, a divisão sexual do trabalho se estrutura sobre relações de poder e dominação, mais especificamente à subordinação do gênero feminino ao masculino.

A trajetória de incorporação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, o empobrecimento das famílias operárias, e as transformações sociais e culturais que influíram no comportamento das mulheres e na organização das famílias, incidiram nas fronteiras da divisão sexual do trabalho. Este conjunto de fatores não representou o equacionamento das desigualdades entre os sexos, mas sim o surgimento de novos problemas mais complexos que se circunscreveram não só no campo de análise das relações sociais de sexo; mas também o conflito nas relações entre capital e trabalho e entre as classes sociais.

1.4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O TRABALHO DAS MULHERES

Se as condições objetivas da sociedade absorvem o trabalho feminino na esfera produtiva, também fazem com que o trabalho doméstico seja exclusivamente impelido às mulheres. O peso da obrigatoriedade com os papéis de esposa e mãe refletem diretamente no modo como as mulheres se inserem no mercado de trabalho. Em conjunto com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, que vieram no bojo da reestruturação produtiva, globalização e ascensão do projeto neoliberal, o trabalho das mulheres terá implicação direta deste processo, produzindo efeitos que trouxeram novas configurações para a divisão sexual do trabalho.

Não se refere somente à jornada extensa - fato presente entre as mulheres trabalhadoras - mas também ao fato de que a qualificação, ou a presença em melhores ocupações, se dá em relação com seu papel na esfera doméstica. No contexto histórico da reestruturação produtiva, que impele aos trabalhadores e trabalhadoras condições diferentes no mercado de trabalho, como exemplo a qualificação para adaptação às novas tecnologias ou mesmo o desemprego estrutural e aumento da informalidade, faz com que o trabalho feminino sofra de modo diferente os rebatimentos do novo padrão de acumulação.

A década de 1980 marca um profundo processo de transformações econômicas, sociais e políticas no cenário mundial. Trata-se da redefinição, não só do padrão acumulativo do capital, mas também do corpo organizativo do Estado - face ao modelo de bem estar social, visto na maioria dos países desenvolvidos - com a incorporação do acervo ideológico-político do neoliberalismo.

Os reflexos dessas mudanças são sentidos por todo o conjunto da sociedade, principalmente para a classe trabalhadora, que conforme Antunes (2008, p.23) "sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no mínimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser".

No plano da produção, de acordo com Antunes (2000), a crise que se expressou no padrão de acumulação fordista/taylorista, retratou mais que a manifestação de um fenômeno ocasional em um determinado momento histórico, tal como apareceu. Representou a crise estrutural do Capital, que definitivamente

apareceu em conjunturas específicas como resultado do processo das crises do modo de produção capitalista.

A conjuntura em que se processou o estado de crise na década de 1970 manifestou a inflexão do crescimento econômico assistido no pós-guerra, observada pela queda na taxa de lucros, articulada com a retração dos investimentos na produção. Este panorama impulsionou a expansão do mercado financeiro - devido a preferência pela liquidez nos investimentos (Cortes, 2006) - resultando na diminuição do ritmo produtivo e, conseqüentemente, no aumento dos níveis de desemprego. Portanto, à crise pode se atribuir, como trata Antunes (2000, p.29), as seguintes expressões:

1) Queda da taxa de lucro, dada, entre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60. [...] 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. [...] hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos. [...] maior concentração de capitais, graças às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas. [...] crise do Welfare State ou Estado de bem estar social.

Quanto à crise do Estado de bem estar social, da qual o autor trata, a principal crítica consiste na crise fiscal e no aumento das funções do Estado caracterizado pela sua natureza interventiva na organização do mercado. Neste contexto, o aparato ideológico-político do neoliberalismo, encontra o espaço ideal para a crítica ao modelo baseado no pensamento keynesiano, reformulando o conceito de Estado no sentido da sua redução, através da retração dos gastos públicos, privatização dos serviços - mercantilização de políticas, até então, de primazia estatal, tal como a saúde e educação -privatização de empresas estatais e "[...] tendência generalizada às desregulamentações e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho" (ANTUNES, 2000, p.30).

Em específico, a desregulamentação da força de trabalho, incidiu decisivamente no desmonte das conquistas sociais trabalhistas, processadas no auge do Estado de bem estar social nos países de capitalismo desenvolvido, na medida em que flexibilizou a legislação, favorecendo a precarização da força de trabalho.

A conjuntura da crise, acrescida ao desenvolvimento da tecnologia e microeletrônica nos países centrais (Cortes, 2006), criaram as condições necessárias para, não só o questionamento do padrão de acumulação fordista/taylorista - como sistema insuficiente para aliar nível de consumo e produção - mas para a introdução de uma nova racionalidade na produção, que configurou o processo de reestruturação produtiva, que se deu em maior ou menor medida, em escala global.

Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são os únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (ANTUNES, 2008, p.23).

Aliado ao processo de reestruturação produtiva emerge o neoliberalismo, que através da redução do aparelho estatal com intervenção mínima, compõe o conjunto de reformas para a retomada da acumulação capitalista, nos planos político, econômico e social.

Conforme Ricardo Antunes (2008) retrata, a organização do período de reestruturação produtiva não conforma a "substituição" do modelo taylorista/fordista, tampouco pressupõe o desaparecimento desta forma de acumulação. O que se constata é o realinhamento das ordens produtivas, em diferentes contextos, que gradativamente vão incorporando a produção à operacionalização própria desta racionalidade.

Obviamente, em se tratando de uma crítica ao padrão desenvolvido por este modelo, surge em contraponto e como principal representante da nova racionalidade presente na reestruturação, o modelo toyotista japonês (ANTUNES, 2008). Se no padrão fordista/taylorista os pressupostos de organização se concentram na produção em massa, determinada pelo rígido cronômetro taylorista pela homogeneização, fragmentação e especialização do trabalho, separação entre trabalho intelectual e manual e a verticalização - ou seja, centralização da produção no território da fábrica - no toyotismo, a estratégia de acumulação de capital se deu por uma distinta sistematização, a começar pela forma de produzir.

No toyotismo, a produção foi racionalizada e diversificada de modo a atender as necessidades e expectativas, na medida da demanda. Através do

método Kan Ban - o mesmo utilizado para reposição de produtos em supermercados (ANTUNES, 2008) - a produção restringe-se à medida do consumo, não havendo excedentes, isto é, produz o que se poderá vender.

Neste sentido também acresce o avanço tecnológico desenvolvido nos países centrais no período histórico compreendido, o que colaborou decisivamente para a expansão da acumulação flexível.

Tentando reter seus traços constitutivos mais gerais, é possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e descontinuidade que acabaram por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços (ANTUNES, 2000, p. 52).

O avanço tecnológico - vinculado ao processo de investimento decorrente da expansão do mercado financeiro - teve funções estratégicas para a organização da produção e ,principalmente, da força de trabalho. Assim trata o autor quando cita a tecnologia enquanto fator de pressão para retração do movimento operário - profundamente combativo, principalmente na década de 1960 - e para o fortalecimento dos grandes capitais frente ao aumento da concorrência na fase monopólica.

Os resultados deste processo se manifestaram através do "enxugamento" do quadro profissional das indústrias e da exigência de qualificação para o desempenho de um trabalho mais "intelectual", que exigia maior conhecimento de um número reduzido de trabalhadores para operar o potencial tecnológico das indústrias. Este novo padrão de acumulação intensificou tanto mais a exploração do trabalho, ou como nas palavras de Ricardo Antunes (2000, p.53):

[...], trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto as suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo.

A outra face deste projeto reside no fato de que a mão de obra dispensada da indústria, em virtude da "substituição" do seu posto pela máquina, não mais poderá ser reabsorvida pelo mercado de trabalho, consubstanciando no desemprego estrutural, fenômeno sentido em contexto mundial, mas principalmente nos países periféricos, como o Brasil, que encontrou maiores dificuldades de adaptação ao novo esquema de produção (POCHMANN, 2001).

Segundo Harvey (2009), a pressão da taxa de desemprego vinculado ao processo de precarização e desregulamentação do trabalho criou dois tipos de grupos de trabalhadores, sendo os do centro, os trabalhadores que possuíam estabilidade de emprego, vínculo formal, bons salários e flexibilização e mobilidade; seguidos dos trabalhadores periféricos, que se subdividiram naqueles que são trabalhadores integrais, que possuíam nível de qualificação, mas com alto nível de rotatividade; e àqueles que trabalham em tempo parcial, com regimes de contrato, que sofriam as pressões da instabilidade e insegurança no trabalho.

Nessa perspectiva o mais afetado foi o trabalho assalariado, que sofreu ampliados níveis de desregulamentação, culminando no aumento da exploração, assim como na desorganização da classe trabalhadora, sendo a última afeta por três consideráveis razões: a primeira referente à pressão exercida pela "sombra" do aumento do exército de reserva - o que, de modo reiterado, desestabilizou a "garantia" de emprego; a segunda, em razão do desmantelamento da visão de classe operária, na medida em que cresceu a informalidade (TAVARES, 2004) e por último a descentralização produtiva, realizada através da terceirização, que corroborou com a desconcentração da classe operária, na medida em que fragmentou o trabalho em unidades menores, desarticulando os trabalhadores e precarizando as relações de trabalho.

Junto à complexa relação que se desenvolveu entre capital e trabalho, acrescenta-se o processo de globalização, que provocou a agudização da exploração. A globalização, "não como um fato histórico, mas como resultado das decisões humanas" (CORTES, 2006, p.81), consistiu em um "pacto social", que visou a ampliação de acumulação através da máxima concentração de capital, e se fez através da abertura de mercados e da negociação para a expansão da condição de demanda e consumo. Conforme trata Lucia Cortes:

A globalização pode ser pensada como um complexo processo desencadeado pela forma de produção e circulação de mercadorias, exponenciado a partir da segunda metade do século XX, em virtude de um enorme avanço tecnológico. Ao lado do avanço da internacionalização da produção, a globalização também adquire o caráter de um movimento político, cultural e valorativo, na medida em que difunde uma maneira de ser, de pensar e um tipo de sociedade como forma hegemônica, a sociedade capitalista (CORTES, 2006, p.82).

A expansão da produção e circulação de mercadorias em nível global, assim como a ampliação do domínio do capital produtivo e financeiro, reconfiguraram o *status* da relação entre países centrais e países periféricos, refratando no desenho de uma nova divisão internacional do trabalho. Segundo Pochmann (2001), nas décadas de 1970 e 1980, com o fenômeno de superprodução de capital - ampliada com o período da crise do petróleo - os países centrais com alto nível de estoque de capital, passaram a transferir para os países periféricos, condicionados à produção, o que para Pochmann (2001, p.27):

Parece seguir a antiga lógica de vinculações a acordos de internacionalização de atividades econômicas internas, com tratados preferenciais de comércio e de concessão de atividades lucrativas ou encomendas de bens e serviços.

A centralização do capital resultante da ampliação da concorrência capitalista fez com que as grandes corporações, detentoras do capital passassem a comprar empresas nacionais e se instalassem nos países, com condições favoráveis para a expansão da acumulação flexibilizada, tanto no setor financeiro quanto no setor produtivo.

O deslocamento de capital internacional se deu pela lógica da lucratividade a um menor custo possível, atraído pelas vantagens que o Estado oferecia para a instalação das mesmas, conforme afirma Marcio Pochmann:

Por meio da fusão e aquisição de uma ou mais empresas por outras, há ganhos na escala da produção sem efeitos sistêmicos na ocupação, geralmente pressionada pela maior racionalização do trabalho. O aumento de poder da grande empresa parece inquestionável, mesmo diante da produção em rede, que potencializa a lógica de menor custo de produção possível, inclusive com formas de degradação do trabalho (POCHMANN, 2001, p.28).

O autor reitera que os países periféricos e semi-periféricos, na tentativa de garantir as condições ideais para a captação de capital internacional, se comprometeram com organizações internacionais, tais como o FMI - Fundo Monetário Internacional - através de pactos, direcionados por "receituários" de programas que visavam a subsunção da mão de obra -através da desregulamentação de leis trabalhistas, assim como a preparação profissional através de programas de qualificação - além do que, a aceitação do deslocamento do lucro extraído para outros países que não aquele onde a empresa encontrava-se instalada.

A leitura conjuntural das mudanças ocorridas na organização da produção e do trabalho no mundo, e em especial como os países periféricos e semi-periféricos foram atingidos pelo processo de globalização, possibilita observar, ainda que em linhas gerais, como, no caso do Brasil, a força de trabalho foi afetada tanto pelo processo de reestruturação produtiva como pela globalização. Em condição de país semiperiférico, como indica Marcio Pochmann (2001) o país sofreu, em grande escala os efeitos do desemprego estrutural, do aumento da informalidade e do trabalho desregulado e precário, como resultados diretos da intensiva exploração do grande capital internacional, atrelado a um Estado mínimo, tão somente operacional e funcional aos interesses do mesmo.

As relações de trabalho sob a égide do capital globalizado, salvo as diferentes expressões que assumiu nos mais diferentes contextos, também agregou outros campos de análise para compreensão da totalidade que compôs este complexo.

Assim como os processos desencadeados não são homogêneos e assumem aspectos peculiares em conjunturas específicas, tampouco a classe trabalhadora pode sentir os reflexos desta reestruturação de forma igual. Neves (2000) discute a essencialidade de se "desagrupar" a categoria de classes, para então pensar a perspectiva das mudanças com recorte de gênero, raça/etnia, geração, entre outros. Sua abordagem com a dimensão de gênero -mais especificamente - justifica-se pela necessidade de analisar como as mudanças, que a principio se conjugam no campo da pretensa "neutralidade" das relações de sexo e da igualdade sob uma suposta identidade de classe, atingem homens e mulheres, visto que, nas palavras de Neves (2000, p.172):

A qualificação maior da mão de obra ocorre para um grupo de trabalhadores, geralmente masculinos, situados nas empresas de ponta da cadeia produtiva. [...] Para um número cada vez maior de trabalhadores e, em especial, de trabalhadores femininos, a inserção no processo produtivo ocorre ao longo da cadeia produtiva que se utiliza do trabalho taylorista/fordista, do trabalho precarizado e de contratos temporários baseados na lógica de redução de custos.

Visto o aumento da participação feminina na esfera produtiva - principalmente no contexto da reestruturação produtiva - e as clivagens de gênero que se reconfiguram na divisão sexual do trabalho, é que se faz imprescindível compreender como a mulher se insere no mundo produtivo e como aspectos referentes ao padrão de acumulação do capital se cruzam com os aspectos fundantes da construção social da desigualdade entre gêneros para ampliar o processo de exploração da força de trabalho.

O impacto da reestruturação produtiva sobre o trabalho, na forma de desregulamentação, flexibilização e precarização, tal como apontam Lavinias e Barsted (1996, p.548), "ao questionarem o assalariamento como modelo contratual de referência na relação capital-trabalho colocam interrogações acerca da evolução futura do emprego feminino".

A forte recessão econômica que corroborou com o aumento dos níveis de desemprego e subemprego, segundo Bruschini (2000), gerou profundo deslocamento da força de trabalho, para ambos os sexos, no entanto, são as mulheres os personagens mais afetados, visto que a queda na participação industrial refletiu em maiores proporções para elas. O trabalho vinculado diretamente à fábrica, com determinado nível de estabilidade, nesse contexto, teve a predominância de homens, enquanto, com relação às mulheres, sua predominância pode ser observada no setor de serviços, sendo este último o setor com menores salários e maior instabilidade nas relações de emprego. Portanto questões como a concorrência da mão de obra masculina em setores segregados por sexo, majoritariamente ocupados por mulheres -que como demonstra Bruschini (2000) provocou o deslocamento dessas mulheres dos seus redutos de trabalho - afetaram diretamente a força de trabalho feminina.

Não se trata de afirmar uma suposta relação que induz ao pensamento de que o trabalho feminino foi mais prejudicado na ordem da reestruturação produtiva, pois os impactos das mudanças ocorridas na racionalidade

do modo de produção atingiram tanto homens quanto mulheres da classe trabalhadora, que sentiram os efeitos perversos, principalmente no que se refere ao aumento desmedido do desemprego. Entretanto, as continuidades que marcam as clivagens de gênero na perspectiva da divisão sexual do trabalho, são fatores que dão inteligibilidade às desigualdades que se expressam no trabalho de homens e mulheres.

Segundo Neves (2000), as modalidades de trabalho parcial, segmentado, com contrato por tempo determinado e trabalhos em domicílio apareceram sendo executados, em maior escala, pelas mulheres. A qualificação adquirida no trabalho desenvolvido no âmbito doméstico foi utilizada.

No contexto da ampla difusão dos avanços tecnológicos, conforme aponta a autora, o trabalho feminino, mesmo se apropriando do conhecimento embutido nessas inovações, permaneceu à margem do processo produtivo, assumindo, portanto, os trabalhos mais precários, com menores salários, através de "tarefas simultâneas e flexíveis, ocasionando intensificação do ritmo de trabalho e perda dos direitos legais" (NEVES, 2000, p.182). De acordo com Helena Hirata (1998 *Apud* Neves, 2000), a preferência em inserir mulheres em trabalhos menos qualificados, assim como em tempo parcial refletiu o condicionamento do lugar ocupado pelas mulheres na divisão sexual do trabalho doméstico e profissional, no qual a mulher ainda era considerada a figura chave de promoção dos cuidados no que se referia à família.

Ricardo Antunes (2000) também destaca esta perspectiva ao lembrar-se da divisão sexual do trabalho. A operação dentro das unidades de produção dentro das unidades de produção, as atividades concebidas como de capital intensivo, foram ocupadas pelo gênero masculino, enquanto as funções menos qualificadas e fundadas no trabalho intensivo foram ocupadas pelas mulheres. Ao analisar o trabalho de Anna Pollert, Ricardo Antunes (2000, p.106) problematiza a conjuntura da diferenciação do trabalho masculino e feminino no espaço fabril:

Nas pesquisas que realiza no mundo do trabalho no Reino Unido, Anna Pollert, ao tratar desta temática sob o prisma da divisão sexual do trabalho, afirma que é visível a distinção entre trabalhos masculino e feminino. Enquanto aquele se atém na maior parte das vezes às unidades onde é maior a presença de capital intensivo (com máquinas mais avançadas), o trabalho das mulheres é muito frequentemente restrito às áreas mais rotinizadas, onde é maior a necessidade de trabalho intensivo.

Quando se defronta com unidades tecnologicamente mais sofisticadas, conforme trata Pollert (1996 *Apud* Antunes, 2000) constata-se que o trabalho feminino tem sido utilizado para a execução de atividades marcadas pela rotina, em que não há a necessidade de grande qualificação, e nas quais impera a forma de trabalho marcado pelo contrato temporário, entre outras formas de precarização.

Esse processo se dá, de fato, não porque mulheres assumem estes postos por não serem qualificadas, mas porque não conseguem se qualificar, já que estavam associadas aos postos de trabalho que conotam a dimensão da baixa valorização⁴, assim como apontam Lavinias e Barsted (1996) ao compreenderem que as possibilidades de qualificação do trabalho feminino tornam-se mais limitadas, seja por causa da dificuldade em assumir postos mais qualificados - o que lhe conferiria maior experiência profissional - ou pela dificuldade no acesso a cursos profissionalizantes, que também se dificulta por duas vias: a primeira refere-se às características discriminatórias do mercado de trabalho; e a segunda reside na ineficiência ou falta de políticas e serviços capazes de "desobrigarem" mulheres das tarefas domésticas, e, portanto dar-lhes a oportunidade de aumentarem seu nível de competitividade no mercado.

No contexto de uma profunda agudização dos problemas sociais decorrentes do modo de produção capitalista, reflexo das alterações assistidas no cenário político e no novo padrão de acumulação, foram se desenhando uma série de estratégias materializadas em políticas sociais para intervir no conjunto de expressões desta questão.

⁴ Não se trata de um conceito rígido, posto que a própria configuração da divisão sexual do trabalho não o é. Quanto a qualificação, o trabalho feminino já tem experimentado mudanças, aumentando sua presença em atividades, até então caracterizadas como masculinas, portanto de maior valorização. Entretanto esta questão tem redundado em outras, como o abismo que vem aumentando a separação entre as próprias mulheres, não podendo descartar a leitura imprescindível da categoria conflito de classes. Sobre o assunto ver Bruschini e Lombardi (2000).

Não cabe aqui analisar todas as determinações deste processo, por isso faremos uma leitura a respeito das políticas voltadas para as mulheres, na perspectiva da "auto-gestão" ou das medidas para promover autonomia econômica - observado o aumento significativo da vulnerabilidade entre mulheres e homens - evidenciando em que medida elas de fato atuam sobre as clivagens de gênero presentes na divisão sexual do trabalho, e, por conseguinte possibilitam a real conquista da autonomia econômica pelas mulheres na perspectiva da sociedade do trabalho assalariado.

2 POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO BRASIL

Neste capítulo iremos abordar as políticas de trabalho, emprego e renda no Brasil. Discutiremos as formas como se manifestam e como, com a ascensão do projeto neoliberal, as políticas passam a ser formuladas e operacionalizadas, de modo a responder não só a agenda política, como também se articular com os efeitos produzidos no mercado de trabalho com o processo de reestruturação produtiva.

Essa discussão é pertinente na medida em que as iniciativas de geração de renda passam a ter centralidade mediante as demandas colocadas pelo novo padrão de acumulação, evidenciando-se como uma nova prática capaz se constituir enquanto alternativa de trabalho, em relação a deficiência de empregos formais na sociedade assalariada.

2.1 POLÍTICAS SOCIAIS NO NEOLIBERALISMO

Com o fortalecimento do ideário neoliberal na década de 1980, as políticas sociais sofrem um reordenamento, influenciado pelo retorno de concepções como Estado mínimo, corte nos gastos públicos e vigência do mercado. Essa nova direção vai estimular, por exemplo, o fomento de políticas focalizadas na extrema pobreza, como forma de redução drástica dos gastos estatais. Elaine Behring trata dessa redução de gastos ao colocar o direcionamento dos esforços do Estado com medidas para a pobreza, em detrimento das necessidades pertinentes a uma sociedade que vive do trabalho.

Dentro disso, a política real é a de redirecionar (e atenção, não diminuir!) o fundo público como um pressuposto geral das condições de produção e reprodução do capital, diminuindo a sua alocação e impacto junto às demandas do trabalho, ainda que isso implique em desproteção e barbarização da vida social, considerando que este é um mundo onde não há emprego para todos, donde decorre a perversa associação entre perda de direitos e criminalização da pobreza (BEHRING, 2009, p.46).

No eixo dos ajustes do neoliberalismo, a configuração das políticas sociais sofreu as consequências do reordenamento mundial, até porque com a diminuição da presença dos Estados nacionais face à elevação da figura de um

"bloco internacional", as decisões sobre como e quanto gastar nesta nova ordem encaminharam-se sob a mediação de novos acordos visando o sucesso da aplicação do receituário neoliberal.

Como trata Laura Soares (2003), com o processo de desestabilização do trabalho, as "reformas" defendidas pelo ideário neoliberal atuaram no sentido de desmonte das conquistas no que tange à legislação trabalhista. Não obstante o pacote de ajuste incluiu alterações legais que permitiram contratos temporários, incentivo à informalidade de modo que propiciasse o processo de "livre negociação entre patrões e empregados quanto as questões relativas a contrato de trabalho, salários e demissões" (SOARES, 2003, p.26).

Os efeitos dos ajustes neoliberais foram sentidos em todo o mundo porque impactaram decisivamente na organização política, econômica e social dos países. No entanto cabe avaliar com maior cuidado como se deu esse processo na América Latina, visto que se tratou de uma realidade diferente da Europa e EUA, já que guarda uma relação histórica de subalternidade com os países que pertencem ao bloco hegemônico.

De acordo com Asa Laurell (2008), o projeto neoliberal na América Latina foi sentido de maneira muito mais ortodoxa do que nos demais países considerados de capitalismo avançado, não só no âmbito da economia, mas, decisivamente, nas políticas sociais. A autora destaca quatro estratégias de implantação das políticas sociais na América Latina, sob o julgo do neoliberalismo, que se referem ao corte nos gastos sociais, a privatização, descentralização e fomento de políticas focalizadas contra a pobreza, que como destaca Asa Laurell, ao mesmo tempo em que reduziam a máquina estatal, também estimulavam a oferta de serviços públicos através do mercado.

[...] nos países latino americanos, onde a maioria da população é pobre, deve-se esperar tão somente um processo seletivo de privatização dos benefícios sociais, incentivado por políticas estatais dirigidas à geração de um mercado disponível e garantido (LAURELL, 2008, p.167).

Desta forma, como aponta Marcio Pochmann (2001), os países periféricos e semiperiféricos adotaram um conjunto de medidas, colocadas no receituário neoliberal, para viabilizar a abertura do mercado para investimento externo direto (IED), e também em razão das dívidas contraídas pelos países juntos

aos órgãos multilaterais, tal como FMI. Asa Laurell também destaca que estes empréstimos, para garantir que fossem pagos pelos países, vinham com exigências que tinham por objetivo o corte com gastos públicos.

Para garantir o seu pagamento, impuseram-se programas de ajuste que também tiveram por objetivo reduzir o déficit público. A única forma de solucionar essa equação foi cortar outros itens do gasto público, destacando-se o social, que caiu aceleradamente (LAURELL, 2008, p.168).

A história da política e economia na América Latina, assim como retrata Asa Laurell (2008), fez com que os efeitos dos paradigmas neoliberais fossem mais nocivos do que nos demais países de capitalismo avançado, mesmo porque não existiu uma estrutura razoável de direitos sociais já conquistados como alguns países europeus, como Suécia, por exemplo, onde se criou um sistema de proteção social forte baseado no Estado de bem estar. Por isso, este cenário de alto índice de pobreza e desigualdade social, veiculado a uma organização político-econômica que priorizou bens e serviços sociais privados, aos quais poucos têm acesso, em detrimento de serviços públicos insuficientes, transformou as políticas sociais em artigos residuais, de pouco impacto, desconstruindo a trajetória rumo à conquista dos direitos sociais⁵.

Após o período da ditadura e na trajetória de uma luta marcada pela bandeira da redemocratização, a constituição de 1988 no Brasil representou o aporte legal necessário que trouxe os elementos para se pensar em termos de ampliação de direitos sociais e proteção social.

Com o movimento pela redemocratização foi inserido no contexto político brasileiro aquilo que se fundamentou no Estado de bem estar, experimentado pelos países de capitalismo avançado no mundo, caminhava-se no sentido de incorporação do projeto neoliberal. Este aparente paradoxo influenciou neste período de reorganização do Estado, que, como na situação da maioria dos países da América Latina, tinha uma alta dívida pública -resquícios do desenvolvimentismo - e também se viu compelido pela pressão para a abertura de mercado. Assim, o que parecia ser a oportunidade para o desenvolvimento dos direitos sociais, ficou

⁵ Sobre o assunto ver Esping-Andersen (1991), Kuntz (1995), Laurell (2008).

solapado pela emergência internacional de retomada dos lucros para sustentar o padrão de acumulação capitalista.

Ora, essa concepção - e também não haveria espaço aqui para discorrer sobre possíveis razões - não chegou sequer a se por em pé. Nos anos 80, quando ela integrava a pauta de demandas na luta pela democratização no Brasil, parecia tornar-se dominante, no resto do mundo, a concorrente minimalista, a concepção liberal por excelência, ainda que essa dominância tenha sido mais alardeada do que praticada. A partir dos anos 90, entretanto, e sobretudo a partir da segunda metade da década final do século XX, a concepção liberal revisitada vai ocupar espaços cada vez mais sólidos e amplos (VIANNA, 2005, p.129).

Cohn (1995) defende que, ao contrário do que se acreditava no período do desenvolvimentismo, o crescimento econômico não resultou imediatamente em crescimento social e esta determinação ficou muito mais clara no contexto de reestruturação provocada pelo ajuste neoliberal, principalmente em países como o Brasil, de capitalismo dependente dos países centrais.

Neste sentido, segundo a autora, se estabeleceu um hiato, no que foi exigido em termos de desenvolvimento econômico aos países periféricos e quanto às necessidades sociais que se tornaram profundamente agudas neste processo, visto que a tendência deste crescimento veio articulada às consequências do desemprego e subemprego, além de grande seletividade, não só da força de trabalho - sob o discurso da qualificação - mas também da concorrência interna, que com a instalação das multinacionais em países como o Brasil, quebrou empresas nacionais que tinham baixo poder de concorrência, diminuindo ainda mais os postos de trabalho.

Na perspectiva que se colocaram as políticas sociais no Brasil, a determinação se deu em grande medida pelo ritmo da economia nacional, que estava lento em razão do período de crise. O planejamento e execução foram ditados pelas possibilidades de gasto definidas pelos órgãos internacionais e da receita disponível para investimento, e por isso mesmo funcionaram no limite da capacidade de operacionalização, já que não se tratava do foco central das agendas políticas a "extensão dos direitos sociais e do acesso dos setores mais pobres da sociedade a benefícios e serviços sociais básicos" (COHN, 1995, p.4).

As políticas sociais no Brasil vieram na proposta, como aponta Vianna (2005) de uma concepção liberal revisitada. Equivale dizer que as

contradições em torno da "questão social", assim como a relação dual entre universalismo/ focalização estariam resolvidas no plano das políticas sociais.

Como cara ou como coroa, a unanimidade expressa o empobrecimento dos debates sobre a questão social e sobre as formas de enfrentá-la. No Brasil, atualmente, a nítida ausência de proposições de políticas é alarmante. Tudo se passa como se a controvérsia entre universalismo e focalização estivesse inteiramente superada na medida em que a verdade tivesse, enfim, sido revelada: política social é política para pobres (VIANNA, 2005, p.130).

Assim, como uma solução prática ao dilema posto pelas desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo, as políticas sociais se estruturaram como "receitas", que no plano da intervenção focalizada na pobreza - como se fosse a única dimensão da "questão social" - se manifestou como solução capaz de superar qualquer contradição, seja ela genérica ou específica.

Outro ponto fundamental com relação às políticas sociais no contexto neoliberal é a relação entre Estado e sociedade civil. Como destaca

Amélia Cohn (1995) o terreno ideológico para esta relação foi preparado desde o período desenvolvimentista, que, se por um lado foi chamado de milagre econômico, por outro simbolizou a figura de Estado ineficiente e ineficaz - em virtude do esgotamento da política de substituição de importações, o que gerou altos déficits públicos - propiciando, portanto, o deslocamento do "poder" para a sociedade civil, que se elevou enquanto campo de virtudes desde o período de redemocratização e desde então, é considerada como mais eficiente e eficaz, principalmente na área social em detrimento de um Estado desvalorizado.

Em termos práticos, a lógica neoliberal expressa maior redução do Estado, que opera com políticas sociais de baixa qualidade, com capacidade focalizada nos pobres e com destaque para mercado e sociedade civil, com espaços que oferecem bens e serviços de qualidade, almejados pela população, mas que, no entanto, se destinam a poucos, ou seja, aos que tem poder de compra.

No eixo do neoliberalismo, foram construídas políticas voltadas para o trabalho, emprego e renda frente à conjuntura de crescente desemprego no país e no contexto da crescente informalidade, criando novas estratégias como resposta à situação de risco imposta pela exclusão do mercado de trabalho. Desse modo, cabe

saber se tais políticas obtêm sucesso no que se refere a garantia do trabalho e renda.

2.2 A REALIDADE DO DESEMPREGO

Em maior ou menor medida, o desemprego sempre esteve presente na realidade do modo de produção capitalista como instrumento coercitivo para pressionar o preço dos salários em níveis compatíveis com o padrão de acumulação. Entretanto a estrutura do mercado de trabalho, principalmente a partir da década de 1980, presenciou níveis elevados de desemprego, o que repercutiu decisivamente na organização da força de trabalho.

Como aponta Harvey (2009) são mudanças que se processaram rapidamente no interior do capitalismo e que colocaram em xeque outras teorias hegemônicas desde o II pós-guerra, tal como a linha keynesiana. O que se manifestou neste contexto, portanto, foram o reordenamento do capital, orientado para a retomada do crescimento - decrescente desde o fim da década de 1970 - marcando o retorno dos preceitos da economia clássica sob a nova roupagem do neoliberalismo, mudanças na organização da produção e do trabalho e a globalização, o que indicou a crise da configuração do Estado-nação.

Ainda que não haja um consenso teórico sobre as continuidades e descontinuidades do capitalismo neste período de rápida transição, tal como expressa David Harvey (2009), o que se pode deduzir deste processo são os profundos impactos econômicos, sociais, políticos e culturais que vão significar uma realidade mais complexa e revestida de múltiplas determinações.

O desemprego enquanto fenômeno latente não só nos países periféricos, mas também nas economias centrais (Pochmann, 2001), talvez tenha sido a manifestação mais clara deste novo processo, identificando-se não só com a introdução de tecnologias mais potentes, responsáveis pela diminuição de trabalhadores vivos, mas também com a desregulamentação das conquistas trabalhistas, o que causou impacto na organização dos trabalhadores, fortalecida desde o período do *Welfare State*.

A importância deste reordenamento para economia capitalista, segundo Pierre Salama (2002) residiu na flexibilização da gestão do trabalho. Conforme o autor, "flexibilização" indica alguns sentidos, podendo ser de ordem

quantitativa, referente aos salários e aos empregos, ou de ordem qualitativa, quanto à exigência de qualificação multiprofissional do trabalhador. Embora preservem relação entre si, existem diferenças que os determinam e que vão depender, diretamente, das condições em que se processam e das necessidades que imperam no mercado no momento em que se realizam.

Pode-se considerar, por exemplo, que quando as empresas preferem o longo ao curto prazo, elas privilegiam a retenção de mão de obra e desenvolvem o mercado primário, isto é, interno à empresa, o que as leva a buscar uma flexibilidade funcional da mão de obra. [...] a segunda trata da flexibilidade dos salários, da precarização dos empregos, da maior liberdade para dispensar trabalhadores e da flexibilidade do tempo de trabalho calculado por mês, e até por ano (SALAMA, 2002, p.103).

Nesse sentido, tanto a flexibilização funcional como às que se referem aos salários, determinaram o nível de desemprego, na medida em que restringiram a criação de novas ocupações ou desmantelaram condições minimamente adequadas de exercício do trabalho. Esta última, em específico, elevou o nível de informalidade no mercado de trabalho, que se constituiu em importante estratégia para responder a escassez de emprego formal.

Como indica Izabel Lira (2006) a redução dos postos de trabalho na indústria produtiva, configurou um vasto mercado de população economicamente ativa sem ocupação, abrindo possibilidades para o desenvolvimento do trabalho informal, que via de regra caracterizou-se pela baixa remuneração, precariedade e ausência de garantia de proteção ao trabalhador.

Pode-se inferir deste quadro, em que o trabalho aparece na sua forma degradada, que a redução do nível de ocupação manifestou-se não somente como redução de custos frente a momentos de crise. Conforme Marcio Pochmann (2001), mesmo em momentos de recuperação da economia não se elevaram os postos de trabalho, funcionando como elemento regulador do preço dos salários. A retomada do ideário clássico na forma do neoliberalismo trouxe de volta consigo a perspectiva do salário real e com ele a capacidade de manter de forma "passiva" a aceitação pelas condições de remuneração e trabalho impostas, considerando o temor do trabalhador-empregado em ser substituído por um dos milhares dispostos a trabalhar pelo salário oferecido.

A pressão hegemônica do neoliberalismo e da reestruturação produtiva na América Latina expressou a fragilidade dos Estados nacionais pós ditadura, pela alta dívida externa e inflação exorbitante, como diagnostica Pierre Salama (2002). Também as exigências vindas das economias centrais para a abertura dos mercados nacionais, assim como a necessidade de reorganização, a fim de controlar os gastos e retomar o crescimento capitalista em perspectiva global.

Obviamente, esta nova configuração não passa pela América Latina sem que se observe a intensidade do seu impacto. As características próprias das economias da América Latina, tal como a presença forte do Estado estimulando o desenvolvimento e a deficiência de uma classe de investidores, de acordo com Pierre Salama (2002), vão ser determinantes para definir a resposta frente ao processo de reestruturação do capital.

Conforme o autor, frente à realidade de reduzida capacidade de investimento e de baixo poder tecnológico, os países latinos compensaram com maior exploração de formas específicas de dominação sobre o trabalho. Com isso, no bojo do processo de abertura econômica, as economias nacionais, pela falta de investimentos, exploraram com mais intensidade a flexibilidade do trabalho, sem que estivessem vinculados, necessariamente, ao fator tecnológico. Já que a insuficiência de investimentos é explicada, em grande parte, pelo crescimento não sustentado das atividades financeiras, as empresas direcionaram seus esforços, para manter controle sobre a taxa de lucros e maior exploração da flexibilidade do trabalho.

O nível dos salários e a busca de novas formas de organização do trabalho voltaram a se tornar fundamentais na lógica do regime de acumulação centrado na expansão das exportações, no contexto de uma liberalização crescente da economia, da maior autonomia dos grandes grupos industriais em relação ao Estado, que se traduz, pela lógica dos contrários, numa redução da capacidade de definir uma política industrial (SALAMA, 2002, p. 46).

Deste modo, assim como examina Marcio Pochmann (2001), as economias latinas, em geral, atraíram maior atenção dos países centrais, que mobilizaram esforços tanto para implementação radical do projeto neoliberal -que pressupôs reduzir a intervenção estatal nestes países, marcadamente controlados pela figura do Estado - como, através da abertura econômica, obtiveram as condições ideais para instalação das multinacionais em território nacional, que de

um lado representava a possibilidade de investimento, mas na essência expressava maior exploração, principalmente do trabalho - posto o reduzido valor do preço dos salários, em comparação internacional - e por consequência, a quebra das indústrias nacionais, incapazes de concorrer com as multinacionais. Os efeitos deste processo incidem diretamente no aumento do desemprego e da informalidade, contribuindo para a fragilização da estrutura do mercado de trabalho.

Assim como nos demais países latinos, o Brasil não fugiu a regra, e sua inserção econômica no cenário mundial também veio acompanhada do aumento do desemprego e da desestabilização da frágil estrutura de mercado de trabalho. Marcio Pochmann (2006) avalia o desemprego no Brasil como um fator histórico que se torna visível desde quando a economia passou a configurar-se através do trabalho assalariado, que firmou suas bases a partir da segunda metade do século XIX na área rural, até então, centro de atividade econômica no país.

De acordo com o autor, deste momento decorrem três movimentos. O primeiro está relacionado à formação dos mercados regionais de trabalho assalariado, o que resultou na abundância da oferta de mão de obra - já que os escravos libertos não foram incorporados, de imediato, ao trabalho assalariado - e marcado pelo movimento migratório, vindo principalmente da Europa, de novos trabalhadores.

O crescimento moderado da economia nacional, obviamente, não foi capaz de absorver todo contingente de mão de obra disponível no mercado. O segundo movimento ocorreu após a Revolução de 30 e referiu-se ao período de industrialização e urbanização do país (1930-1980). Com a substituição das importações, entre 1930 e 1970, cresceu o número de indústrias no país.

Esse movimento suscitou no Brasil um processo acelerado de urbanização em virtude da promessa de crescimento econômico causando intenso êxodo rural. Neste sentido, o excedente de mão de obra escoado nas "recém" cidades que se criavam enquanto pólos industriais contribuíram para o aumento do desemprego, que ainda não se tratava de um problema central na configuração do capitalismo brasileiro.

O terceiro movimento decorre do movimento internacional de reestruturação produtiva, que, de forma diferente dos países centrais, também afeta o Brasil e incidiu sobre o aumento desmedido do desemprego até os dias atuais. Na atualidade, como indica Pochmann (2006), o movimento do desemprego é afetado

pelo que ele chama de pressões e contrapressões, sendo ambos os fatores que pesam para a redução de postos de ocupação. Enquanto pressões, o autor identifica o aumento demográfico da população economicamente ativa, a renda concentrada em um número reduzido de trabalhadores⁶ e o aumento da taxa de participação⁷. Na lista das contrapressões, é citada a abertura econômica e a desregulamentação do trabalho, o baixo crescimento econômico, principalmente nos anos 1990 e a reforma do Estado, que provocou o enxugamento da máquina estatal e com ele os empregos públicos criados desde a década de 1970, importante espaço de ocupação.

É assim, que diante do cenário do desemprego estrutural em escala mundial, vão se desenvolver iniciativas de políticas públicas voltadas para o trabalho e emprego, enquanto medidas fundamentais para o controle e amenização dos efeitos do desemprego. Conforme Ramos (2003) as políticas de trabalho e emprego, embora se intensifiquem no contexto do neoliberalismo, guardam referência com o *Welfare State*, mais especificamente com a doutrina keynesiana do pleno emprego, embora seja importante ressaltar que a referência não indica identidade, ou seja, as medidas tomadas expressarão as características que são próprias do neoliberalismo e da economia clássica, no que se refere à mínima presença do Estado e na crença do nível "normal" de desemprego.

No Brasil, o conteúdo das políticas de trabalho e emprego, principalmente a partir da década de 1990, atendeu, em primeira instância as exigências dos órgãos multilaterais, condições que, claramente, definiram e definem, até os dias atuais, os objetivos que norteiam sua formulação e execução e que não segue, via de regra, as necessidades impelidas pelo quadro do desemprego no país.

2.3 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO BRASIL

A definição de política de trabalho e emprego passa, primeiramente, pela identificação de duas vertentes que coexistem dentro do neoliberalismo. Segundo Ramos (2003), com a ascensão do projeto neoliberal, configurou-se essas vertentes políticas que determinaram a condução das políticas públicas, sendo a primeira liberal radical, a exemplo dos EUA e Inglaterra, que se orientaram pela

⁶ Entendido enquanto estratégia de sobrevivência para o aumento da renda familiar, na medida em que um indivíduo tem dois empregos ou aumenta a jornada de trabalho.

⁷ Em função do ingresso de jovens no mercado, permanência de idosos em atividade e a entrada massiva das mulheres no conjunto da população economicamente ativa.

versão "pura" do ideário neoliberal clássico; e a segunda chamada de "social-democrata", considerada mais flexível em comparação com a primeira, adotada na Europa continental. Embora fossem, na essência, as determinações do programa neoliberal, apoiavam-se em um conjunto de medidas executadas pelo público, que incidiam sobre o mercado de trabalho. A essas medidas convencionou-se chamar de políticas de emprego. Conforme o autor, ainda que políticas de emprego parecessem abrangentes na literatura convencional o ramo de atividades que se circunscreveram nestas políticas foi bem menor.

Quando se fala em Políticas de Emprego devemos entender só aquelas medidas que tendem a afetar, de forma mais ou menos direta, a oferta e/ou demanda de trabalho. Dessa forma estão descartadas todas as políticas macroeconômicas e as alterações no marco legal/institucional que regula o mercado de trabalho. Também não estão incluídas aquelas medidas que tendem a afetar a demanda de forma indireta e incerta, como o salário mínimo (RAMOS, 2003, p.15).

Neste sentido, o autor identifica enquanto política de trabalho e emprego àquelas que atuam sobre a oferta de trabalho, visto que as modificam, reduzindo ou incidindo sobre o seu bem-estar, ou ainda sobre o emprego, influenciando na criação de postos de ocupação ou proporcionando formação profissional para o conjunto dos trabalhadores, conforme sua necessidade. Nesta definição, cabem algumas classificações quanto aos tipos de política.

Ramos (2003) as identifica como passivas e ativas. As políticas passivas têm por função ações que se projetam sobre o desempregado, seja através de transferência de renda ou pela diminuição de oferta de trabalho, como no caso da aposentadoria precoce. O seguro desemprego constitui uma das formas de política passiva. Conforme ilustra o autor é uma das políticas que mais absorve recursos públicos e representa a herança do *Welfare State* às sociedades neoliberais. Pautase pela lógica da transferência de renda destinada ao período referente a transição de um emprego para outro.

Obviamente, na conjuntura marcada pela reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo, o desemprego tem suas origens em uma ordem macroeconômica e, por isso, não pode ser tratado como um efeito provisório, mas, a rigor, como um fator estrutural e permanente. Nesse sentido, o seguro desemprego

reduz a sua centralidade e entra na pauta de discussões das suas possibilidades em termos de política de trabalho e emprego.

Outras medidas também fazem parte do rol de políticas passivas tais como a extensão de ciclos escolares, retardando a entrada de jovens no mercado de trabalho; a aposentadoria precoce, utilizada em alguns países como instrumento para redução dos níveis de desemprego; e, como pontua o autor, a expulsão de migrantes, principalmente visto em países centrais, que acabou se constituindo, enquanto uma forma de política, na medida em que também tinha como objetivo a redução dos níveis de desemprego.

Já as políticas ativas têm por objetivo desenvolver uma série de ações que procuram elevar o nível de emprego, atuando sobre os trabalhadores. Para Ramos (2003) pertencem a este conjunto de medidas políticas como a qualificação e formação profissional, principalmente para preparar trabalhadores para o maior acervo tecnológico presente na nova forma de produção; as políticas de intermediação com o gerenciamento de dados tanto referentes aos trabalhadores disponíveis como as possibilidades de oferta de emprego, o desenvolvimento de linhas de crédito para apoio ao desenvolvimento de pequenas e micro empresas; subsídios públicos para estímulo ao contrato de determinados tipos de população alvo - como jovens, deficientes, mulheres, entre outros - e criação de empregos pelo setor público.

É importante frisar que as medidas suscitadas pelas políticas de trabalho e emprego se referem ao conjunto da força de trabalho, isto é, não possuem capacidade de intervenção direta na economia para criação de novas ocupações, pode até estimulá-las, mas não por vias que interfiram no livre jogo de mercado.

No caso brasileiro, de acordo com Marcio Pochmann (2006), as políticas de trabalho e emprego têm seu início na década de 1930, mas com o foco tradicionalmente na população ocupada, através das leis sociais trabalhistas. Este foco inicial pode explicar-se pela necessidade de cooptação da classe trabalhadora, que passou a cobrar com mais veemência atuação do Estado sobre a regulação de condições mínimas para o exercício do trabalho, da mesma forma a conotação sugerida pelas políticas de trabalho e emprego, como afirma Ramos (2003), não terão como centralidade a redução do desemprego, mas como eixo principal o

crescimento econômico. Deste modo, são apenas entre as décadas de 1960 e 1970 que serão geridas as primeiras iniciativas voltadas para pessoas desempregadas.

O auxílio monetário a partir do rompimento do contrato de trabalho por meio do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), em 1967, e o atendimento ao desempregado na forma do Sistema Nacional de Emprego (SINE), em 1975, constituíram exemplo disso. Enquanto o FGTS estimulou a maior rotatividade no interior do mercado de trabalho, o SINE concentrou suas atividades na intermediação formal do trabalho, não necessariamente no conjunto dos desempregados (POCHMANN, 2006, p.33).

O desenvolvimento das políticas de trabalho e emprego no Brasil vai ser crucial principalmente na década de 1980, isso por causa da primeira recessão econômica (1981/1983), que segundo Pochmann (2006) eleva o desemprego no país. No entanto, o autor frisa que o problema da estrutura do mercado de trabalho antecede esse período, ou seja, embora o desemprego não tenha se expressado em altas taxas durante a fase entre 1930 e 1970, problemas de subdesenvolvimento tais como informalidade, baixos salários e desigualdade de remuneração sempre permaneceram no país.

Diante desse contexto, como coloca o autor, dois fatos serão marcos importantes para a política de trabalho e emprego no Brasil, o primeiro vem com a criação do seguro desemprego em 1986 e o outro com a redução da jornada de trabalho em 1988. Ambos surgem na conjuntura do período de redemocratização brasileira e expressa a influência do arcabouço teórico keynesiano, como a própria constituição.

De um lado, a adoção do seguro desemprego visou assegurar alguma garantia de renda aos trabalhadores desempregados do setor formal e, de outro, o rebaixamento do limite oficial do tempo de trabalho de 48 para 44 horas semanais buscou gerar um adicional de vagas para cada estímulo de crescimento econômico (POCHMANN, 2006, p.33).

Na análise do período histórico até a década de 1980, Pochmann (2006) enfatiza que as medidas tomadas através das políticas públicas de trabalho e emprego no Brasil não constituíram um sistema público de emprego, tal como nos países industrializados em geral, pois representaram ações de caráter pontual sem articulação e integração com as demais políticas públicas, por isso de eficiência e eficácia discutíveis.

A partir da década de 1990 mais ações públicas são voltadas para a questão do desemprego. Iniciativas como PLANFOR (Programa Nacional de Formação Profissional), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, que visavam, de acordo com Bulhões (2004), a oferta de educação profissional para qualificar ou requalificar, parte da população economicamente ativa; PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda), que consistiu em linhas de crédito para pequenas e micro empresas; BNDES e Programa de Emprego (PROEMPREGO) responsável pela garantia de melhora da qualidade de vida do trabalhador. Foram algumas das medidas tomadas no sentido de implementação de políticas destinadas ao trabalho, emprego e renda no Brasil.

Assim como lembra Pochmann (2006, p.35):

[...] todos com ênfase nas políticas ativas de geração de empregos e fundados nos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o país terminou gastando pouco com relação à proporção dos desempregados. Ao que parece, uma aplicação questionável dos recursos públicos disponíveis, em termos de eficácia e sensibilidade ao sentido do desemprego no país.

Nesta perspectiva então, no Brasil pode identificar estas iniciativas como políticas ativas, enquanto medidas como seguro desemprego e SINE constituem-se como estratégias de políticas passivas. Autores como Ramos (2003), Pochmann (2006) e Barbosa (2007) apontam no caso brasileiro a deficiência das políticas de trabalho e emprego.

Estas iniciativas além de desarticuladas expressam reduzido comprometimento do Estado, que segundo Pochmann (2001, p. 124) faz com que o "desemprego no Brasil siga tratado como um problema menor, na maioria das vezes identificado pelas autoridades governamentais como de ordem individual" e não como um problema que tem sua gênese na esfera do coletivo.

O balanço que se faz do impacto destas políticas na estrutura do mercado de trabalho denunciam a sua esterilidade, ou em outras palavras, demonstram a reduzida capacidade de operarem sobre o conjunto de necessidades impostas pelo quadro do desemprego, seja em função das pressões oriundas de fatores macroeconômicos (BARBOSA, 2007) ou ineficiência no que se refere aos investimentos.

Em termos de alocação de recursos, o que se observa da gestão das políticas direcionadas para o trabalho e emprego no Brasil, é o mau emprego, visto que não se baseia em estudos prévios que possam identificar os problemas que merecem intervenção. Como aponta Ramos (2006) o direcionamento das políticas de trabalho e emprego seguem orientações vindas de organismos como a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que a partir de estudos de caráter duvidoso, apresentam fórmulas de combate ao desemprego através de cartilhas distribuídas aos países periféricos e semi periféricos. Isso equivale dizer que a estruturação dessas políticas atendem necessidades surgidas não das especificidades do desemprego que se apresentam no território nacional, mas que respondem aos intentos das economias centrais, com medidas paliativas que pouco ou nada interferem no conjunto de problemas relativos ao desemprego. Um exemplo citado pelo autor são as políticas que visam à formação e qualificação do trabalhador, indicadas como estratégia de redução do desemprego, mas que pouco se expressam na solução do problema.

O ponto que desejamos ressaltar é: a política pública surge (ou deveria surgir) de um diagnóstico, é a resposta a um problema. Se o diagnóstico identifica a existência de desemprego paralelamente a vagas não preenchidas, o problema é de crescimento e não faria sentido, nesse contexto, formar e reciclar trabalhadores. O único resultado seria que a fila de desempregados teria indivíduos, mas educados e capacitados tecnicamente, mas o problema de desemprego continuaria intacto (RAMOS, 2003, p.22).

Assim, o que se pode inferir deste processo é que o problema das políticas de trabalho e emprego no Brasil não se restringiram apenas à falta de "vontade política", inexperiência ou a qualquer explicação que se limite ao âmbito do Estado nacional. Trata-se de um problema muito mais complexo do que aparece, que envolve fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, e que carrega o peso de um conjunto de práticas que visam a garantia da manutenção do padrão de acumulação capitalista. É nesta perspectiva que se desenha a estrutura das políticas públicas no contexto de países como o Brasil, por exemplo, fundamentados na perspectiva focalista fundamentada no eixo teórico do neoliberalismo e que norteiam práticas direcionadas a não resolutividade dos problemas, mas na amenização das suas conseqüências.

Para compreender a ressignificação que o trabalho possui hoje no contexto das sociedades capitalistas atuais, é necessária a superação dos limites impostos pela leitura binária oferecida pelo sistema empregado-desempregado. Nair Barbosa (2007) chama a atenção neste sentido para a incorporação das novas e reiteradas formas de trabalho, que abrem precedentes para novas leituras de políticas, tais como o fomento do empreendedorismo, que manifestam ideologicamente uma ruptura com o trabalho na forma de emprego, e cria uma aura de autonomia e "espírito empresarial". Entretanto, questiona a autora, como a prática empreendedora na figura das estratégias para geração de renda, podem amenizar os efeitos do mercado e da deficiência do mercado de trabalho a partir de uma quebra com a identidade assalariada? A grande questão reside no fato de saber se tais políticas não se orientam mais na perspectiva de preencher os vazios deixados pelo padrão de acumulação capitalista, do que de fato estimular uma possível autonomia de sujeitos.

O problema posto é evidenciar de que modo as muitas práticas de trabalho não assalariadas que emergem desse universo informal atualizam outros contornos para as formas e significados do trabalho e da convivência social. De outra parte, perceber como essas práticas de sociabilidade do trabalho *empreendedor* e das ações políticas indutoras ao seu redor servem para pensar as relações economia e política: o modo como se lida com a possibilidade de expansão do igualitarismo na cena pública e o antitético mercado (BARBOSA, 2007, p.4).

A ascensão das políticas voltadas à geração de renda vem com um caráter cooperativista e centralizado na organização autônoma do trabalho, em decorrência da influência da ideia de economia solidária que vinha se desenvolvendo no mesmo período⁸. Neste sentido é incorporado pelas agendas políticas, principalmente em meados da década de 1990, período de maior consistência para o projeto neoliberal.

Assim como retrata Paul Singer (2002), ao tratar da economia solidária - enquanto um movimento de expressão nacional, principalmente nas décadas de 1980 e 1990 - a eficiência do capitalismo em produzir riqueza, também se traduziu na produção da pobreza, e novas estratégias de sobrevivência representaram "um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo, em

⁸ Sobre Economia Solidária e seu período de ascensão ver Singer (2000).

função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade" (SINGER, 2002, p.116). Embora não seja correto afirmar que a ideia desenvolvida pela economia solidária seja equivalente ao conteúdo das políticas sociais focadas na população em situação de informalidade, não se pode negar que influenciou a formulação deste tipo de iniciativa.

De acordo com Nair Barbosa (2007), a necessidade de redução da participação estatal nos gastos públicos e a centralidade da sociedade civil, própria do significado da economia solidária, combinaram-se ao longo do processo de discussão das políticas públicas voltadas para o trabalho, emprego e geração de renda. Isso equivale dizer que, embora a economia solidária não guarde uma relação direta com o neoliberalismo ou com o poder público de forma geral, as ideias que foram geridas por este eixo teórico metodológico foram ao encontro das necessidades do projeto neoliberal, e no decorrer da estruturação destas políticas públicas foram utilizados e orientados por interesses específicos, a fim de transferir a responsabilidade do trato do desemprego para a sociedade civil.

Nesse quadro, não se perdem de vista essas conquistas sociais - direito à proteção social ao trabalho -, mas descaracteriza-se o seu sentido político com a ressignificação de elementos fundamentais da tradição de luta dos trabalhadores. Isso se faz, por exemplo, desgastando a universalização das políticas, retraduzindo-as em programas focalizados e compensatórios, ou transfigurando previdência social em seguro social [...] (BARBOSA, 2007, p.194).

É neste eixo, como ação focalizada e compensatória, que as políticas direcionadas ao trabalho se orientaram, principalmente àquelas com foco na geração de renda. Esta, de acordo com Barbosa (2007) consistiu em uma alternativa na agenda pública, se tornando uma modalidade do sistema público de emprego, em resposta às mudanças oriundas do mundo do trabalho, em específico no que se referiu a sociedade assalariada.

Iniciou-se então em 1993, via CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), as primeiras iniciativas que giraram em torno da liberação de micro créditos para apoio às pequenas e micro empresas, com objetivo de estimular a abertura de novos espaços ocupacionais para geração de renda.

É neste sentido que a geração de renda assumiu um espaço privilegiado no discurso político do Estado, na possibilidade de criação de

estratégias alternativas ao emprego formal e assalariado e sob o discurso da auto-gestão e empreendedorismo, mas que serviram tão somente para encobrir a incapacidade política de dar resolutividade ao problema do desemprego.

Segundo Barbosa (2007), no período referente ao governo Lula, as políticas de trabalho e emprego ganham mais visibilidade e passam por um conjunto mais articulado e integrado de ações do governo, tanto no que se refere às políticas ativas, quanto às políticas passivas. Exemplo disso é a extensão do seguro desemprego aos trabalhadores domésticos e pescadores, categorias consideradas em situação de maior risco social.

Nesse mesmo panorama, dentro dos eixos estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, abriu-se uma linha que objetiva apoiar os grupos produtivos, na linha da economia solidária, que visa o fomento financeiro a este tipo de iniciativa. No entanto, a autora destaca que o benefício destinado à esses grupos não é superior a 2% do total de verba investida nas políticas do ministério.

Se por um lado indica a inclusão da informalidade no conjunto de estratégias voltadas para a promoção do trabalho e emprego, por outro ressalta o caráter residual desta política, justamente quando devia ser o contrário, posto a dimensão da informalidade na realidade do trabalho no Brasil. Também convém lembrar que, ao mesmo tempo em que a política de geração de renda foi introduzida no Ministério do Trabalho e Emprego, também se distribuiu entre outros ministérios, provocando a formação de outras secretarias, tal como o

SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária)⁹, que tem como objetivo o fomento e apoio às iniciativas desenvolvidas na linha da economia solidária.

Nesta proporção o foco das políticas de trabalho muda, mais precisamente, o que se presencia é o esvaziamento da categoria trabalho. Tal situação torna-se evidente na medida em que se observa a perspectiva focalista em que se toma esta política.

A população alvo tornou-se aquela em situação de pobreza e gradativamente iniciativas que deveriam pertencer a uma esfera que visa o campo do mundo do trabalho, passou a ser deslocado para outras esferas como a Assistência social, na trajetória dos programas de combate a pobreza, diminuindo

⁹ Disponível em www.mte.gov.br. Acessado em 01/03/2010

relativamente à importância do desemprego enquanto questão central de uma conjuntura macroeconômica. Portanto, as políticas de trabalho, até então centralizadas na figura do Ministério do Trabalho, passaram a ser pulverizadas entre outros ministérios e secretarias, enfraquecendo a centralidade do trabalho, deixando-o na abstração de medidas para superação da pobreza.

A possibilidade de sucesso dos grupos produtivos vai além de maior investimento estatal, depende, em grande medida, de fatores macroeconômicos - portanto fora do leque de intervenção estatal - e também de suporte financeiro e técnico contínuo por parte do Estado para manter a sustentabilidade dos produtos gerados no grupo. Equivale dizer que, mais do que um espaço reconhecido no Ministério, é necessário um conjunto maior de articulações e mobilização de esforços, além da importância de compreender a questão da informalidade nas suas múltiplas determinações e não só no seu enfoque na pobreza. Neste sentido, torna-se possível pensar na geração de renda em termos de estrutura de política pública.

O que se afirma atualmente enquanto políticas de trabalho, emprego e geração de renda vai na contramão das necessidades postas pela situação em que se coloca a força de trabalho. Barbosa (2007), Pochmann (2006) e Ramos (2006), são enfáticos ao colocar que a estrutura das políticas públicas no Brasil, no que se refere a trabalho e renda, não expressa as reais necessidades colocadas pelo mercado de trabalho.

Investimento em políticas que visam a formação profissional ou que estimulam a abertura de linhas de crédito para micro e pequenas empresas, via de regra não são acompanhadas de estudos avaliativos para identificar o perfil do desemprego no país, ou ainda a configuração do corpo das ocupações no país. Se por um lado se produz um discurso em que traduz o problema brasileiro como mão de obra não qualificada, como se explica o fato de quem é "qualificado" estar desempregado? Ou ainda, como se constrói a imagem da liberdade da autonomia proporcionada pelo empreendedorismo, ideia expressa na autogestão dos grupos produtivos, se no país inexistente uma estrutura capaz de oferecer crédito e apoio técnico para desenvolvimento sustentado da geração de renda?

A relação entre informalidade e pobreza, como afirma Izabel Lira (2006), trata de um conjunto de determinações econômicas, políticas e sociais que, combinadas, chegam à população sob o efeito "cascata". O descortinamento deste ponto de vista permite compreender como as transformações ocorridas na

sociedade, assim como o efeito das políticas sociais com enfoque de geração de renda incidem sobre as mulheres, tendo em vista as reconfigurações da divisão sexual do trabalho na ordem do capital e com isso entender as continuidades e descontinuidades do processo, no sentido de garantia dos direitos das mulheres.

3 POBREZA, MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A GERAÇÃO DE RENDA

Este capítulo traz como são construídos público alvo e iniciativas de geração de renda dentro da política pública. Trazemos determinantes como a "feminização" da pobreza, que influenciam o estímulo as iniciativas de geração de renda, partindo da concepção de que as mulheres pobres constituem um grupo mais vulnerável, portanto foco prioritário deste tipo de ação.

Também trazemos o fluxo das iniciativas de geração de renda na esfera federal, para posteriormente relacionarmos com as outras esferas, seguindo com a análise dos dados coletados na pesquisa.

3.1 "FEMINIZAÇÃO" DA POBREZA E A GERAÇÃO DE RENDA

A relação das mulheres com o mercado de trabalho, assim como as transformações de ordem econômica, social e cultural observadas tanto no Brasil, como nos demais países, geraram consequências responsáveis por novas configurações na divisão sexual do trabalho, bem como na condição de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Este cenário permitiu o desenvolvimento de estudos acerca da situação de pobreza que se intensificou neste contexto, em particular da condição da pobreza da mulher, suscitando teorias a respeito da "feminização da pobreza" (Castro, 1999). A implicação deste argumento induziu à afirmação de que se elevou o grau de pobreza entre as mulheres, principalmente pelo aumento da chefia familiar entre elas, por se acreditar que a falta da figura do provedor masculino seria o fator complicador para o crescimento da pobreza das famílias chefiadas por mulheres.

Neste sentido, Mary Garcia Castro (1999) alerta para alguns equívocos que decorrem desta leitura. Uma delas refere-se à ausência da figura masculina de provedor. Segundo a autora não se trata somente da ausência. As mulheres que são responsáveis por suas famílias, em algum momento, foram esposas ou companheiras com possibilidades e oportunidades mais reduzidas frente ao mundo do trabalho do que os homens, neste caso, dentro da perspectiva da divisão sexual dos papéis, as mulheres em virtude da sua dedicação aos cuidados e

reprodução ficaram limitadas quanto a qualidade da sua participação no mercado e tal fato contribuiu em um momento de perda de uma fonte de renda - seja do marido ou companheiro - para uma maior situação de risco entre as mulheres nestas condições.

A autora reflete sobre o fato de que, mesmo que não tenha havido a presença do marido ou companheiro, ou seja, que se trate de mulheres que constituíram família sem a presença de um homem na casa, ainda sim sua posição no mercado se dá mediante sua figura de mãe e esposa, e, portanto o salário é percebido não como fonte principal de renda, mas como rendimento complementar.

É importante destacar que a configuração do mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990 também tem um importante peso para a discussão do aumento da pobreza entre as mulheres. Àquelas inseridas no mercado de trabalho, assim como os homens, também foram pressionadas pelos rebatimentos da reestruturação produtiva como o desemprego, a terceirização e a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Esses elementos tiveram impactos diferentes para homens e mulheres, fruto de uma nova organização nas fronteiras da divisão sexual do trabalho. Isso equivale dizer que embora tenha havido uma precarização do trabalho de forma geral para as mulheres este processo significou uma pressão maior para o trabalho informal, instável e precário, por razões tanto de ordem simbólica, quanto as de expressão material, relacionadas à pretensa desqualificação das mulheres frente ao novo padrão de acumulação exigente com a máxima qualificação da força produtiva. Via de regra, as mulheres foram assumindo, não exclusivamente, os trabalhos relacionados com o setor de serviços e com os trabalhos que poderiam ser desempenhados em casa, todos, na sua grande maioria, expressão da insegurança e precariedade do trabalho.

Outro ponto a ser destacado, conforme elucida Cristina Bruschini (1998 *Apud* Castro, 1999) o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho também se deu, em grande parte, em virtude do empobrecimento da família operária, sendo necessário o aumento de trabalhadores e trabalhadoras na unidade familiar para garantir a sobrevivência, o que acarretou a sobrecarga de trabalho às mulheres e às adolescentes mulheres, em razão do trabalho doméstico, incidindo na qualidade da dedicação aos estudos e a qualificação.

Nessa perspectiva, como coloca Hildete Melo (2005) os estudos relacionados à pobreza e gênero que dão ênfase à chefia feminina como fator causador do aumento da pobreza entre as mulheres, tem sofrido críticas uma vez que não abordam o conjunto de situações que se manifesta na unidade familiar, tal como a presença das famílias extensas, permanência de jovens adultos nas suas famílias, idosos que residem na mesma casa (Sunkel, 2006) entre outros fatores que aparecem em decorrência das estratégias que as famílias mobilizam frente às situações de risco.

Assim como aponta Melo (2005), a chefia feminina não pode ser indicada como único fator para a pobreza feminina, posto que na década de 1990 o aumento da chefia feminina pôde ser observado tanto em famílias pobres como em famílias não pobres. Mesmo assim, conforme a autora, a chefia feminina continua a ser foco de análise para a explicação do aumento da pobreza entre as mulheres, embora não possa ser utilizado como categoria explicativa em todas as situações que se apresentam.

Esta concepção permite, então, que se reflita a respeito da pobreza feminina. Cabe lembrar que pobreza não é um fator que se manifesta apenas para mulheres. No seu conjunto, reflete sobre homens e mulheres o que nos faz pensar que se trata de um problema estrutural, produto do conflito entre capital e trabalho e que atinge as classes dominadas. Entretanto as refrações da pobreza são sentidas de maneiras diferentes pelos sexos. Segundo Melo (2005) quando se trata de pobreza é essencial o recorte de gênero, uma vez que as condições objetivas de trabalho se apresentam de formas diferentes para ambos.

Para as mulheres esta realidade de carências é mais aguda, uma vez que elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, seja no âmbito mercantil, seja no seio da família, pela dedicação às atividades do lar que as fazem serem majoritariamente dependentes da provisão masculina para o sustento de suas famílias. [...] há uma nítida relação entre divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego (MELO, 2005, p.14).

Castro (1999) alerta que a discussão sobre a "feminização" da pobreza deve ser vista do prisma crítico e não das leituras liberais. Reconhecer a vulnerabilidade das mulheres exige a contemplação da discussão da desigualdade de classes, raça/cor/etnia e geração, que aparecem entrelaçadas na conjuntura

social fazendo com que a leitura articulada dessas categorias possibilite uma visão menos fragmentada e mais comprometida com a identificação dos lugares sociais que as mulheres ocupam e que refletem nas condições de vida.

O reconhecimento da maior vulnerabilidade social das mulheres é também o reconhecimento de que sistemas de subordinações se cruzam, como os de classe, de raça e de gênero, o que me leva a insistir que políticas de ações afirmativas se fazem necessárias mais no sentido de minimizar discriminações por conta de identidades político-culturais, como o ser mulher, ser negra, ser jovem ou ser mais velha — não ao azar grupos mais vulneráveis, ou que vêm se destacando entre os que se encontram em relações mais precárias de trabalho, no setor informal, no serviço doméstico, em formas de terceirização, trabalhos a tempo parcial e domiciliar (CASTRO, 1999, p.90).

Dentro do conteúdo das políticas geradas no contexto de avanço do projeto neoliberal, o que se observa é, de fato, a contramão do que se coloca enquanto política pública com recorte de gênero, raça/cor/etnia e geração. A tradução em políticas focalizadas e compensatórias reforçou o caráter da "feminização da pobreza", no sentido mais estrito do conceito e colocou em pautas nas agendas públicas, políticas voltadas para mulheres pobres, que caminharam no sentido de "alívio" da pobreza e não de ações que estivessem também articuladas com o processo de redistribuição de poder entre os sexos. Portanto, a ascensão da agenda de reforma neoliberal contribuiu para abafar muitas das reivindicações surgidas no movimento feminista, colocando em xeque as possibilidades para a construção da cidadania e melhora da qualidade de vida das mulheres, em particular das mulheres pobres (SILVEIRA, 2003).

[...] as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos; ao contrário, a centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável. Configura-se, portanto, numa política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social pela educação dos filhos, pela demanda por creches, por saúde e outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu empoderamento e autonomia (BANDEIRA, 2005, p.8).

Na mesma medida se avançou na discussão em termos de políticas públicas, tal como se pode observar com a criação do Plano Nacional de Políticas

para as Mulheres - a partir da I Conferência Nacional de Política para as Mulheres em 2004, organizado pela Secretaria Especial de Políticas para as

Mulheres - (Leporace e Fontoura, 2004) no qual foram destacados cinco eixos que continham diretrizes de intervenção a serem contempladas nas políticas para as mulheres.

Observou-se que, em maior ou menor proporção, a perspectiva de gênero mesmo que incorporada nas agendas políticas, teve o seu conteúdo muitas vezes esvaziado no processo de implementação. Exemplo desta afirmação são as estratégias na linha de geração de renda, que estão contempladas no primeiro eixo do plano - escolhido como eixo estruturante do plano - caracterizado como: "Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra" (Leporace e Fontoura, 2004, p.3) e partem da perspectiva da promoção da autonomia da mulher.

Assim como apontam Leporace e Fontoura (2004), deste eixo foram colocadas algumas diretrizes que deviam caminhar no sentido de promoção da independência financeira das mulheres e alguns dos temas que foram foco das discussões na Conferência referem-se à geração de renda, mais especificamente com relação a implementação de políticas de emprego e renda combatendo as formas de discriminação baseadas no gênero, raça/etnia e geração e o fomento da promoção da autonomia das mulheres vítimas de violência através de estratégias de geração de renda e trabalho. Com relação a este último evidencia-se o estímulo às estratégias de geração de renda articuladas à perspectiva da economia solidária, na trajetória dos projetos auto-sustentáveis, tais como o associativismo, incubadoras, cooperativismo e micro-crédito (Leporace e Fontoura, 2004).

A partir desta questão, se colocam alguns pontos de análise necessários para compreender o papel de geração de renda com mulheres e em qual proporção incorpora, de fato, a perspectiva de gênero, no sentido de alteração das estruturas de poder que legitimam a desigualdade de homens e mulheres entendendo como pressuposto para garantir a autonomia econômica e pessoal das mulheres.

A incorporação dos programas de geração de renda, na esfera municipal, por exemplo, possui características peculiares e que, muitas vezes, se assemelham entre si. Geralmente são organizados grupos de mulheres para a realização de atividades produtivas como costura, panificação, salão de beleza,

confeitaria, entre outras atividades consideradas femininas. O que se observa é a retomada, na figura de qualificação para produção, de atividades que são comumente realizadas na esfera doméstica.

A centralidade das políticas de geração de renda para mulheres nas agendas públicas se desenha sobre o pressuposto da conquista da autonomia econômica pelas mesmas, como meio para a superação da condição que as subalternizam. Neste aspecto, entende-se autonomia econômica como a capacidade de gerar renda para o próprio sustento e da família ou complementação da renda familiar.

A conquista da autonomia econômica, neste sentido, encontra alguns obstáculos. O primeiro deles refere-se ao desenvolvimento de atividades consideradas "femininas" e, que de algum modo, sempre pertenceram ao universo do trabalho doméstico - como já abordado aqui, práticas historicamente invisibilizadas e de baixo valor social.

Assim como coloca Barbosa (2007, p.119) quando diz que a cadeia produtiva autônoma encontra-se subsumida ao ritmo e os ditames do mercado formal, deixando "à margem de autonomia pequena ou inexistente nos casos em que o empreendimento tem viabilidade econômica", o trabalho desenvolvido a partir dos grupos de geração de renda, além de já nascerem sob estas condições, ainda contam com um baixo valor agregado por não constarem como parte de uma unidade econômica, mas como responsabilidade maternal e conjugal, comum na relação familiar. Outros problemas referem-se à obtenção de microcréditos para início do negócio, na medida em que as garantias exigidas pelas instituições financeiras, muitas vezes, extrapolam as possibilidades dessas mulheres, bem como a insuficiente análise de viabilidade econômica, refratando as possibilidades de sustentação no mercado.

É muita baixa a capacidade de sustentação econômica dessas atividades, com conseqüente impacto sobre as pessoas que nela se envolvem. Entre as 19 experiências consideradas inovadoras pelos gestores do plano, constata-se que nenhuma delas está referida a setores de ponta da economia, nenhuma está diretamente relacionada a atividades cujos níveis de desemprego tenham penalizado preferencialmente as mulheres (YANOULLAS, 2002, p.33).

As políticas de geração de renda que se pautam por esta perspectiva de intervenção, além de, pouco provavelmente, conseguirem atingir o pressuposto da conquista de autonomia econômica pelas mulheres, não conseguem reconhecer a importância do trabalho, assim como retrata Maria Lucia Silveira (2003, p.68)

Consagram e reproduzem a tradicional divisão sexual do trabalho e ignoram um processo de construção da cidadania "não regulada" que se assenta na visão de sujeitos integrais que circulam nos espaços público e privado com autonomia.

A autora ainda destaca que é preciso visualizar o contexto socioeconômico em que se opera a inserção da mulher no mercado de trabalho, e seus agentes condicionantes, tal como a precarização e os baixos salários como uma forma de encarar os limites e as possibilidades de se propor políticas que, de fato, tragam subsídios para a conquista da autonomia econômica.

Para Tatau Godinho (2003) a responsabilidade de modificar as desigualdades sociais decorrentes da assimetria das relações de poder entre os sexos, cabe ao poder público, através de políticas que incorporem a perspectiva de gênero na sua agenda política. A autonomia no campo econômico tem seu eixo estruturante no trabalho e emprego, o que para a autora, fica restrito dentro das possibilidades do município, entretanto o mesmo é responsável por políticas que atravessam diretamente o cotidiano destas mulheres, tais como escolas e creches, que dada a devida importância, podem possibilitar a liberação do tempo, utilizado na vida doméstica, para o desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, a qualificação da presença da mulher no mercado de trabalho.

Tais políticas, ao mesmo tempo, possibilitam não apenas reduzir a desigualdade por meio da ampliação do acesso a serviços e direitos, mas também estender a responsabilização pública pelo bem-estar dos indivíduos e, neste sentido, discutir e colocar em cheque a responsabilidade atribuída às mulheres pela reprodução cotidiana (GODINHO, 2003, p.60).

A concretização da conquista da autonomia econômica através das políticas de geração de renda, neste contexto, precisa ser rediscutida, a fim de que se incorporem os elementos essenciais, que pertencem atualmente ao debate acerca das relações de gênero e em especial divisão sexual do trabalho, enquanto

categoria essencial para a compreensão da organização das práticas sociais na sociedade, bem como os aspectos fundantes que invisibilizam as mulheres no processo de construção da história.

É a partir dessas indagações que também se questiona o impacto da política de geração de renda na vida das mulheres a que se destina, ao passo que se coloca em pauta questões como autonomia e empoderamento esvaziando o sentido dessas categorias no que elas realmente representam. Novellino (2004) trata este tipo de política como assistencialistas, que se voltam para a família e não para a mulher, criando dependência e "acima de tudo, não reconhecem as necessidades específicas de gênero relacionadas ao planejamento de políticas para as mulheres" (NOVELLINO, 2004, p.11).

Longe de se esgotar a questão defende-se o planejamento de políticas que tenham perspectiva de gênero, programas de geração de renda traduzidos em atividade produtiva que incorpore, além das necessidades econômicas, a importância dos sujeitos participantes atendendo outras necessidades que visem a desobrigação das tarefas domésticas, possibilitando o desenvolvimento de outras atividades que ampliem o espectro de oportunidades, influenciando, decisivamente, na capacidade de conquista de autonomia.

3.2 GERAÇÃO DE RENDA NA ESFERA FEDERAL

A geração de renda, enquanto medida de intervenção frente a instabilidade do mercado formal de trabalho aparece no cenário nacional como uma ação interventiva capaz de responder à necessidade de renda da população excluída dos círculos produtivos. A partir da década de 1990, ganha maior relevância dentro da política de trabalho, emprego e renda do governo federal e desde então tem conquistado espaço cativo não só nesta política, mas também em outras instâncias, como a Assistência Social.

A geração de renda na esfera federal se desenvolve em espaços distintos. No Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) pode ser visualizada no Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), que disponibiliza linhas de crédito com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para investimento

em micro e pequenos empreendimentos sejam eles urbanos ou rurais¹⁰. Neste sentido, o PROGER atende a um público que tenha um empreendimento estruturado ou um projeto que tenha sustentabilidade econômica, de modo que garanta a eficácia do investimento ofertado pelo financiamento.

Ainda na instância do MTE, a geração de renda também é destacada, e com maior ênfase na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que tem como objetivo apoiar e orientar novas formas de produção e comercialização que estejam orientadas pelos pressupostos da economia solidária. São considerados empreendimentos solidários as cooperativas, os empreendimentos autogestionários (rurais ou urbanos), tanto vinculados à produção, como à comercialização, prestação de serviços e disponibilização de fundos de crédito.

As propostas de geração de renda que se desenvolvem no MTE aparecem como iniciativas sistematizadas, ou seja, as referências de projeto de geração de renda vislumbradas são aquelas que têm determinada sustentabilidade econômica, com foco no desenvolvimento do trabalho de modo a oferecer alternativas reais de alocação da força de trabalho em razão da diminuição dos empregos no mercado formal. Para isso são disponibilizados recursos financeiros para financiamento das iniciativas autogestionárias, além do apoio à criação de projetos nesta linha, com o objetivo de garantir trabalho e geração de renda alternativa.

Com a popularidade das possibilidades trazidas pelas ideias da Economia Solidária e da geração de renda enquanto alternativa ao emprego formal, projetos com base no estímulo ao desenvolvimento de geração de renda foram disseminados para outras instâncias do Governo Federal. Uma delas é o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que tem investido na geração de renda principalmente com os beneficiários do Programa Bolsa Família como instrumento capaz de oferecer meios para a superação da pobreza e extrema pobreza das famílias participantes do programa de transferência de renda.

A incorporação da geração de renda na Assistência Social permitiu que ela se tornasse uma diretriz, propiciando o alcance da autonomia, emancipação e protagonismo presente no discurso voltado à população em situação de pobreza.

¹⁰ Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2010.

Equivale dizer que a Assistência Social assumiu a geração de renda enquanto proposta de trabalho alternativo a escassez de empregos tradicionais no mercado de trabalho, definindo-o como via capaz de conferir determinado nível de autossuficiência para uma população tutelada.

A gestão de iniciativas com foco na geração de renda através da Política de Assistência Social ao mesmo tempo em que parecia ser o caminho alternativo mais viável ao desemprego estrutural crescente, a sua operacionalização também trouxe algumas dificuldades técnicas, que pôs em xeque o efetivo sucesso desta estratégia. Em resposta a estes limites, o Governo Federal, através do MDS, criou em 2008 o Guia de Geração de Trabalho e Renda, cujo objetivo centra-se na orientação de novas perspectivas, tanto para os estados como municípios, na elaboração de políticas, programas e projetos com foco na geração de trabalho e renda.

O GTR é uma tentativa de auxiliar as esferas estaduais e municipais a sistematizar suas ações na área de geração de trabalho e renda possibilitando maior eficiência e eficácia dos projetos, planos e programas deste conteúdo voltados para os usuários da política de Assistência Social. O GTR busca atingir a definição de critérios para dar maior sustentabilidade aos projetos de geração de trabalho e renda, auxiliar no processo de elaboração e planejamento para garantir a maior sustentabilidade dos projetos e o atendimento às pessoas de baixa renda, além de apontar as fontes de recursos disponíveis para financiamento dos projetos de GTR (GTR, 2008).

Conforme é apontado no documento (GTR, 2008, p18), o Guia vem ao encontro das necessidades encontradas no processo de operacionalização, que indicam dúvidas e erros quanto à gestão dessas iniciativas provocando a falência dos projetos.

Uma das maiores dificuldades identificadas nos programas e projetos de GTR se materializa em limitações de ordem gerencial, de formulação e de operação dos projetos. Também, não há muitas avaliações sistematizadas e organizadas acerca dos impactos sociais e econômicos de projetos de GTR. Tais limitações resultam em baixo desempenho econômico, pouca efetividade e uma elevada taxa de mortalidade das unidades produtivas relacionadas a tais projetos.

As limitações de ordem gerencial, às quais o documento se refere, são observadas principalmente na gestão local, que teoricamente operacionalizam com uma maior restrição de recursos, em todos os aspectos, mas, principalmente, por lidar com variáveis territoriais difíceis de gerenciar, como por exemplo a estrutura do mercado de consumo local, que pode não responder às tentativas produtivas dos sujeitos inseridos nas iniciativas de geração de renda. Portanto, o Guia foi pensado para oferecer subsídios que possam instrumentalizar órgãos executores a identificar problemas, como o exemplo citado e solucioná-lo com um aporte de ferramentas teórico-metodológicas destinadas para tais ocorrências.

O documento sugere que as iniciativas de geração de renda, vinculadas a uma Política de Geração de Trabalho e Renda, é uma possibilidade de realização pelo trabalho de homens e mulheres configurando-se em uma importante estratégia para se vencer as barreiras impostas pela desigualdade social (GTR, 2008). O guia também manifesta que a geração de trabalho e renda faz parte de um conjunto maior determinado de Política de Trabalho e que tem por função o aumento da demanda de trabalho, elevação do nível de ocupação, contribuição ao desenvolvimento das capacidades produtivas durante o período de gestão do empreendimento e a melhora na qualidade de oferta de trabalho. É a partir da nomeação do empreendimento produtivo como uma alternativa ao trabalho formal, que surge a definição, pelo documento, de autoemprego, para conceituar quem tem um "negócio" próprio, assim o Guia destaca (GTR, 2008, p.30)

O auto-emprego ou a auto-ocupação é uma situação na qual o trabalhador fornece a si próprio seu equipamento, participa diretamente da atividade produtiva, sua renda não é previamente definida, seu objetivo primordial é prover seu próprio trabalho (meio de subsistência) e não valorizar seu capital (acumulação de capital). É uma forma de produzir não tipicamente capitalista (não está baseada no assalariamento e na taxa de lucro). É uma situação de trabalho na qual o trabalhador independente controla seu processo de trabalho.

No GTR (2008) é reforçado que o autoemprego não deve ser visto como estratégia de desenvolvimento econômico, mas como uma política de geração de trabalho e renda que faz parte de um escopo maior da Política de Trabalho, ou seja, é um elemento entre outras estratégias, tais como àquelas ligadas ao trabalho formal, que deve ser vista como uma intervenção intermediária ou temporária.

A explicação está no fato de que a preferência reside nos trabalhos de alto escalão que exigem maior escolaridade, ou no trabalho operário, desde que esteja inserido em uma empresa com garantias formais que ofereçam proteção ao trabalhador. Nesse sentido, a geração de renda aparece de forma "residual", já que se destina aos mais pobres, principalmente os de baixa escolaridade.

[...] No entanto, se os mais pobres não têm acesso ao sistema educacional de qualidade e se os bons empregos não estão disponíveis para eles, especialmente pela escassez de oferta de empregos nas grandes empresas e por sua crescente exigência para contratar, o auto-emprego pode ser estimulado como pelo menos uma solução temporária, ou intermediária. O auto-emprego resultante de projetos de geração de trabalho e renda poderia ser, pelo menos, uma forma de reduzir as desvantagens econômicas dos mais pobres. O auto-emprego não deve ser visto, necessariamente, como uma carreira para os mais pobres, mas uma "ponte" para **"algum lugar"**. (GTR, 2008, p.31. Grifos nossos).

O "algum lugar" que o documento se refere é a possibilidade da superação do auto-emprego pelo sujeito, visto que no período em que se dedica ao empreendimento produtivo ele também aprende, amadurece profissionalmente e desenvolve as capacidades laborais permitindo que no futuro possibilite sua inserção em um emprego assalariado.

Entre as propostas sugeridas pelo guia de apoio à gestão da geração de trabalho e renda aparece apontamentos com relação às dificuldades decorrentes da gestão de empreendimentos por pessoas de baixa renda. Se a população alvo é identificada com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, como ela pode desenvolver um empreendimento autogestionário? (GTR, 2008).

O guia explica que para se obter sucesso com este tipo de iniciativa há que se considerar o fator da baixa qualificação, portanto é necessário que se incentive os empreendimentos "fáceis" e que sejam intensivos em mão de obra, ou seja, que invistam em trabalhos manuais, que são relativamente fáceis de serem operacionalizados e compatíveis com os conhecimentos do público a que se destina. Também sugere o acompanhamento institucional, sem o qual se torna difícil o sucesso do negócio, já que as limitações subjetivas e também objetivas, como as oscilações de mercado, criam barreiras consideráveis aos sujeitos individuais. No entanto, mais adiante, ao indicar os fatores de sustentabilidade dos pequenos

empreendimentos de geração de renda relacionados ao setor ou mercado, o GTR explica que a escolha do negócio pode ser um importante determinante para o sucesso do trabalho e que a opção por atividades "mais fáceis" pode ter um peso negativo, já que podem ter elevada concorrência, além de serem instáveis.

[...] Empreendimentos em setores manufatureiros e em serviços intensivos em conhecimentos especializados têm mais chance de bom desempenho, em comparação com empreendimentos nos ramos de comércio varejista e serviços pessoais. Isso porque esses últimos, entre outros, tendem a ser os ramos preferidos dos participantes de programas e projetos de geração de trabalho e renda por serem de fácil entrada ("baratos para entrar"). No entanto, esses setores apresentam altas taxas de turbulência e elevada competição. **Por essa razão, os empreendimentos nesses setores tendem a ser menos rentáveis** (GTR, 2008, p.38, grifos nossos).

Algumas considerações decorrem desta perspectiva do auto-emprego. Reforça-se categoricamente que o autoemprego não pode ser implicado como uma via de desenvolvimento econômico, mas sim como uma atividade temporária. Também se destaca o autoemprego está para as pessoas de baixa escolaridade e baixa qualificação, e por outro lado, a experiência em um empreendimento autogestionário pode render qualificação capaz de dar condições de inserção em um emprego formal.

Esta forma de considerar o desemprego impele a culpabilidade ao sujeito e não à estrutura. Primeiro, que para ser temporário exige a pré-existência de uma política ativa de trabalho, que esteja gerando novos postos de trabalho, o suficiente para incorporar o excedente de mão de obra¹¹. Segundo, se o autoemprego é uma alternativa às pessoas que, em virtude da baixa escolaridade, não conseguem empregos formais, ou não tem empregos formais para pessoas com menor escolaridade e qualificação, seria o autoemprego uma esperança para se conseguir um emprego assalariado?

O trabalho na informalidade, da qual faz parte o autoemprego, opera em condições de extrema precariedade e sinaliza a atividade como recurso de sobrevivência e não como trabalho capaz de traduzir novas habilidades a serem incorporadas pelo mercado. Deste modo, é uma ilusão pensar o autoemprego como

¹¹ Conforme Pochmann (2000), o Brasil é deficiente no que se refere a políticas ativas, capazes de gerar novos postos de trabalho. Principalmente porque o ritmo da economia é ditado pelo mercado, e a função do Estado se legitima no gerenciamento das necessidades do mesmo. Um exemplo são as ações de qualificação profissional, que ganham força em períodos sazonais, conforme a necessidade do mercado em determinada especialidade.

caminho viável para o trabalho formal, sem se pensar em elevar o nível de instrução, através de uma política educacional que amplie seu campo de atuação para esta parcela da população e uma política de trabalho, comprometida com a ampliação de postos de trabalho.

Quanto ao empreendimento, mais uma vez é trazida à tona a questão da escolaridade. Infere-se que, para que seja atingida a população pobre e de baixa escolaridade, é preciso que as ações de geração de trabalho e renda sejam "fáceis", que explorem habilidades manuais. Ao mesmo tempo, se reconhece que este tipo de atividade é pouco rentável, em virtude da sua baixa sustentação econômica. Cria-se, assim, um paradoxo: se é sugerido atividades consideradas fáceis, porque a escolaridade do público é baixa e se a intenção é gerar renda, como é possível gerar renda com atividades que não se sustentam economicamente?

Cabe questionar qual é a real função da geração de renda, se ela vem para incidir sobre o trabalho de homens e mulheres para redução da desigualdade social, ou se ela atua como um estaque para manter o aparente equilíbrio do modo de produção capitalista. A forma como vem sendo estruturada a geração de trabalho e renda no Brasil e a organização das demais políticas voltadas para o trabalho indicam que, embora o documento se preocupe em apontar o caráter temporário do autoemprego, todas as faces da informalidade tendem a persistir no cenário político econômico brasileiro contribuindo mais para a utilização do recurso da geração de renda na Política de Assistência Social, que ainda tem o ranço histórico de uma política residual e com a característica de amenizar os conflitos sociais decorrentes do capitalismo.

A metodologia apresentada pelo Guia, como orientação para os gestores na elaboração de iniciativas de geração de trabalho e renda assemelha-se com as propostas que estão circunscritas nas ações do MTE, assim como do SENAES. A diferença é que, mesmo que se busque a mesma sistematização presente nos programas e projetos que estão vinculados diretamente à Política de Trabalho, Emprego e Renda, o tipo do público a que se destina, assim como as particularidades históricas que caracterizam a Assistência Social no Brasil vai configurar outro olhar sobre o trabalho e geração de renda quando desenvolvidos pela Assistência Social.

Ainda que uma discussão de gênero não esteja claramente apontada no GTR (2008), as mulheres aparecem como um dos públicos prioritários

para as ações vinculadas à geração de trabalho e renda. Se por um lado a desigualdade aparece de forma genérica, ou seja, homens e mulheres sofrem igualmente os reflexos do desemprego e da pobreza, por outro lado, ao definir grupos prioritários, como de mulheres, jovens e comunidades quilombolas, o documento reconhece as especificidades deste processo nesses grupos.

O GTR (2008) indica que os beneficiários devem ser escolhidos segundo a faixa de renda¹², o Índice Geral de Potencialidade Socioeconômica (IGPS)¹³, idade e gênero. A esses critérios podem ser agregados outros como localização geográfica, nível de escolaridade, entre outros que podem ser estabelecidos de acordo com a realidade local. Este conjunto de indicadores, principalmente o IGPS pode contribuir para a definição de quem está apto para participar do GTR, ou de quem não está. Conforme traz neste exemplo (GTR, 2008, p.49):

Analisado o perfil desses potenciais beneficiários, percebeu-se que eles tendiam a ter entre 25 e 59 anos, tendiam a ser do sexo masculino, a terem uma escolaridade mais alta (ensino fundamental completo ou mais) do que a média da população-alvo. Além disso, esses potenciais beneficiários possuíam uma renda familiar per capita mensal mais alta e um tempo médio de moradia no mesmo domicílio superior a 12 anos. Já os que se enquadravam na faixa "muito baixo" tendiam a ter entre 16 e 39 anos, a serem do sexo feminino e a possuírem escolaridade mais baixa, a maioria não possui o ensino fundamental completo. Elas também, em geral, possuíam um rendimento familiar per capita mensal mais baixo e um tempo médio de moradia no mesmo domicílio inferior a 10 anos.

Com a relação a gênero, o Guia (GTR, 2008) identifica as mulheres como segmento social específico. Isso se deve a dois fatos: o primeiro é com relação a consideração do aumento da pobreza entre as mulheres e o segundo situa-se na figura da mulher enquanto responsável pela família.

Enquanto a mulher é um alvo da geração de trabalho e renda, também se percebe na definição de indicadores, como o IGPS, que muitas mulheres encontram-se numa posição tão desfavorável em relação aos homens, que muitas delas não possuem condições mínimas nem de participar de ações que, a princípio, são direcionadas para pobres com baixa escolaridade. Ainda analisando o exemplo

¹² Priorizando-se àqueles em situação de pobreza.

¹³ O Índice procura refletir a potencialidade de um indivíduo participar de forma bem sucedida em programas e projetos de geração de trabalho e renda (GTR, 2008, p.58).

citado pelo GTR, indica-se que neste caso, a participação das mulheres seria bem menor comparado ao universo dos usuários registrados no Cadúnico, no total "18.400 com IGPS bom" (GTR, 2008, p.49).

Caso houvesse para Vitória da Conquista um programa de GTR no qual o segmento social foco fossem as mulheres, haveria no município aproximadamente 7,7 mil mulheres da população-alvo com IGPS bom, sendo, portanto, essas as potenciais beneficiárias de projetos de GTR pertencentes a esse programa (GTR, 2008, p.49).

As ideias contidas no Guia têm como meta o desenvolvimento do trabalho e a garantia de geração de renda para parcelas significativas da população que se encontram excluídas da esfera produtiva. Por isso elegem critérios que se relacionam diretamente com os segmentos sociais que consideram ser mais afetadas pelo processo, incidindo sobre a atenuação das consequências refletidas pela falta de emprego e instabilidade no mercado de trabalho.

O exemplo de Vitória da Conquista sinaliza uma perspectiva importante que não está explorada no documento, que são as desigualdades entre homens e mulheres decorrentes da assimetria de poder. Não se trata de um grupo mais e outro menos qualificado, mas da complexidade que estas relações representam.

O significado desses dados traz para a discussão a condição de subalternidade da mulher na sociedade capitalista, que ora com continuidades, ora com descontinuidades, ainda mantém signos que mostram como mulheres pobres¹⁴ estão em desvantagem e, neste sentido, como para essas mulheres as chances do autoemprego ser temporário, são muito mais reduzidas do que para os homens.

Se o público prioritário são mulheres pobres, as determinações do autoemprego e das iniciativas autogestionárias não têm a mesma significação que, teoricamente, teria para os homens, pois a desigualdade decorrente das relações de gênero determina a divisão sexual do trabalho e com ela a reprodução das condições que subalternizam a mulher e o trabalho que ela desempenha na sociedade.

¹⁴ Obviamente não se trata só de um fenômeno de classes sociais e gênero. Coexistem com etnia/cor e geração e todos eles qualificam, em maior ou menor medida, o grau de desigualdade social.

Implícito na geração de renda com os usuários da Assistência Social, já se encontra a barreira da qualificação¹⁵, indicando para os mesmos os trabalhos manuais enquanto alternativa. Neste mesmo eixo, quando se destaca as mulheres como segmento social específico, associando à baixa qualificação educacional e profissional, os trabalhos manuais convertem-se nos trabalhos, que tradicionalmente são desempenhados no lar, já que, a princípio, aparece como um conhecimento mais próximo da realidade das mulheres.

Esta situação, visualizada com mais clareza na operacionalização na esfera dos municípios, traduz alguns paradoxos, tal como relacionado a questão de como garantir sustentabilidade e autossuficiência com produtos gerados que tem como referência o trabalho doméstico, historicamente desempenhado gratuitamente pelas mulheres. Como agregar valor financeiro a "coisas" que sempre se alimentaram de valores subjetivos como o afeto?

Essas questões refletem a fragilidade presente nas políticas públicas, em especial àquelas direcionadas para a geração de trabalho e renda com foco em segmentos específicos. A concentração dos esforços na população pobre compromete a reflexão sobre outros determinantes que estão diretamente associados à classe social, como gênero e raça/etnia.

A não consideração deste complexo no âmbito do Governo Federal, espaço responsável pela formulação do direcionamento das políticas sociais nos estados e municípios, atinge a operacionalização na esfera local que, em maior ou menor medida, já possui suas próprias limitações.

Não se trata da culpabilização da esfera federal, já que cada estado e município também são responsáveis pela construção da política social, se trata da ampliação da discussão e dos instrumentos disponibilizados, a fim de garantir, de fato, que a geração de renda e trabalho seja na Assistência Social, assim como em outras instâncias, uma via capaz de assegurar o direito ao trabalho e renda aos homens e mulheres que estão fora do mercado de trabalho.

¹⁵ É importante ressaltar, conforme Antunes (2000), que a qualificação, com as novas determinações sociais e econômicas impostas pelas mudanças no padrão de acumulação do modo de produção capitalista, foi um fator que, de algum modo, serviu também para "explicar" o grande número de trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mercado formal de trabalho. Até porque, se o problema é qualificação, e não falta de empregos, por que não se investir mais em qualificação profissional e educacional? Portanto, não se refere somente a baixa qualificação, mas também à "incapacidade" do mercado de trabalho de absorver todo o contingente de mão de obra disponível.

4 PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA E O TRABALHO DAS MULHERES: ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ-PARANÁ

Neste capítulo desenvolveremos as análises dos dados coletados em seis municípios pertencentes a região do Vale do Ivaí no Paraná. Partimos da identificação das iniciativas de geração de renda no estado do Paraná, para saber como os municípios estruturam suas ações em relação ao estado. Também trazemos alguns dados que indicam o perfil socioeconômico dos municípios pesquisados, assim como os traços do mercado de trabalho, a fim de nos situar a respeito do contexto em que (re) produzidas as iniciativas de geração de renda.

Em outro momento, é realizada a análise dos dados, que foram coletados, através de entrevista, junto às técnicas da Assistência Social, órgão responsável pelo gerenciamento das iniciativas de geração de renda. Buscaram-se as concepções e os limites que permeiam as iniciativas de geração de renda, e se sua organização contribui ou rompe com o sistema que organiza a divisão sexual do trabalho.

4.1 GERAÇÃO DE RENDA NO ESTADO DO PARANÁ

A geração de renda no estado do Paraná também está pulverizada em setores distintos. Dentro da SETP - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, ela divide-se em dois setores: no Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda e no Departamento de Assistência Social.

Dentro da Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, as linhas de ação estão concentradas na intermediação de mão de obra através do SINE (Sistema Nacional de Emprego), a qualificação profissional¹⁶, a intermediação dos conflitos advindos das relações de trabalho e a geração de emprego e renda. Este último em específico, tem coordenadoria própria como as outras linhas de ação, desenvolve ações que tem como objetivo a geração de

¹⁶ A qualificação profissional é parte da gestão do Plano Territorial de Qualificação do Estado do Paraná (PlanTeQ-PR), vinculado ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ), financiado com recursos federais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Tem como objetivo a qualificação social e profissional voltada para a inserção e atuação no mundo do trabalho. Disponível em: <http://www.setp.pr.gov.br/setp/cqp/index.php>. Acessado em: 16/11/2010.

trabalho e renda. Neste espaço, o estado apóia e orienta programas e atividades de apoio ao desenvolvimento local, aos pequenos empreendedores, às cooperativas populares e outras ações de economia solidária, ao crédito e também a segmentos específicos, como pesca, reciclagem e outros¹⁷.

Na economia solidária são assistidos os empreendimentos autogestionários, cooperativas, créditos solidários, clubes de troca, entre outras iniciativas que tenham como metodologia o desenvolvimento econômico solidário. Dentro da geração de trabalho e renda ainda existe o Banco Social, em parceria com a Secretaria de Fazenda do Paraná e com o SEBRAE/PR, oferece linhas de crédito e orientação aos beneficiários para potencialização de micro e pequenos empreendimentos para o empreendedor popular, individual, familiar ou associado. E por fim, o PROGER, que é uma extensão do programa do Governo Federal.

No departamento de Assistência Social, o principal objetivo é instrumentalizar a gestão municipal da Assistência Social procedendo com o assessoramento técnico para auxiliar o processo de gestão da política nos municípios. Ainda que não esteja expresso, enquanto foco de atuação, a geração de renda que acontece na Assistência Social, tanto nos CRAS quanto nos órgãos gestores da política, também faz parte do escopo de ações que devem ser acompanhadas e orientadas pelo estado.

Nos documentos produzidos pelo estado¹⁸, a geração de renda e os cursos de qualificação para geração de renda aparecem como uma metodologia de trabalho com as famílias usuárias do CRAS, em especial àquelas que são usuárias do Bolsa Família.

O investimento em atividades com este direcionamento aos usuários da Assistência Social, refletem a discussão que já está estabelecida na esfera federal, com relação a necessidade de criar mecanismos e estratégias que possibilitem a independência e autossuficiência daqueles que são sujeitos do ciclo intergeracional da pobreza e que, conseqüentemente, já estabeleceram uma relação de dependência com a Assistência Social.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.setp.pr.gov.br/setp/cge/index.php>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

¹⁸ Reporto ao Caderno I SUAS - CRAS produzido pela SETP, o qual é constituído de artigos escritos por profissionais e teóricos da área. Artigos relacionados ao funcionamento e estrutura dos CRAS indicam a geração de renda como uma das frentes de trabalho nas unidades. O documento na íntegra está Disponível em: <http://www.setp.pr.gov.br/setp/assissocial/CadernoSUAS_CRAS.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2010.

A natureza fortemente agrícola da economia paranaense também incide sobre o desenvolvimento de iniciativas com foco na geração de trabalho e renda. O SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em parceria com a FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná, também desenvolvem cursos de qualificação para geração de renda e ações voltadas para o fomento do trabalho, na área de produção e desenvolvimento rural. Nos municípios que dependem prioritariamente da produção agrícola em suas economias, O SENAR tem desenvolvido e apoiado cursos de qualificação para geração de renda, voltados para o trabalho rural, com o objetivo de gerar renda a partir da exploração da potencialidade econômica destes municípios¹⁹.

Os cursos variam entre o aperfeiçoamento de técnicas e aprendizagem de novas tecnologias para o trabalho rural, empreendedorismo rural e cursos para capacitar sujeitos na utilização de recursos agrícolas, como a manipulação de alimentos a partir de elementos produzidos na região - como milho, mandioca, entre outros - e artesanato com objetivo de comercialização em feiras de produtores rurais. O SENAR tem feito muitas parcerias com outras instituições no Paraná como a SETP para abrigar a demanda de um mesmo público, ou seja, moradores de vilas rurais que são usuários da Assistência Social.

O crescimento de iniciativas com foco na geração de renda tem crescido consideravelmente no Paraná - mas não longe de uma tendência nacional - e vem se tornando uma das principais estratégias utilizadas pelo poder público para garantir renda àqueles que se encontram fora do mercado de trabalho. Em regiões com uma cultura predominantemente agrícola e com pouca ou nenhuma atividade industrial, a geração de renda tem sido um mecanismo ainda mais usado em detrimento do investimento em políticas ativas de trabalho e emprego para a geração de novos postos de trabalho.

4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ

A região delimitada para a pesquisa foi o Vale do Ivaí concentrando 26 municípios, dos quais foram escolhidos seis municípios, que aqui identificaremos como municípios A, B, C, D, E e F. Estes municípios desenvolvem projetos de

¹⁹ Disponível em: <<http://www.sistemafaep.org.br/SenarPR/diretrizes.aspx>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

geração de renda e cursos de qualificação para a geração de renda no âmbito da política de Assistência Social.

A economia da região está centrada na produção agrícola, e até mesmos as poucas indústrias presentes na região são voltadas para o ramo agroindustrial²⁰. O mercado de trabalho é muito limitado e concentra parte dos trabalhadores e trabalhadoras no trabalho informal na lavoura, a maioria em regimes de trabalho por contrato ou por dia (diarista).

A instabilidade do mercado de trabalho na região do Vale do Ivaí faz com que projetos para a geração de renda se tornem mecanismos para o enfrentamento ao desemprego, tornando-se até a principal fonte de renda de alguns municípios que pertencem à região.

Para se entender a estruturação da geração de renda nestes municípios, é importante observar mais de perto a estrutura do mercado de trabalho de cada um deles e como as escassas oportunidades de trabalho e emprego produz a formulação de medidas que se tornam estratégias para estancar as necessidades vindas pela baixa renda ou ausência dela.

O município A tem 9.453 habitantes, segundo dados do IPARDES (2011). A economia da cidade é movimentada pela produção agrícola, constituindo-se no ramo de atividade que mais emprega na cidade, que conforme o relatório do IPARDES de 2011 aloca 2.181 dos habitantes economicamente ativos do município, seguido do setor de comércio, reparação de veículos e objetos pessoais e domésticos, que concentra 529 habitantes, distribuindo a população, na maior parte, em ramos de atividade como a indústria de transformação, serviço domésticos - que apresenta um número expressivo de 314 habitantes que trabalham neste setor - e educação.

Da desagregação da população por sexo e faixa etária, segundo Relatório do IPARDES (2011), temos a proporção de 4.751 homens para 4.702 mulheres, números relativamente equilibrados, diferenciando-se por extratos de idade, conforme na tabela abaixo:

²⁰ Relatório IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_regioes>. Acesso em: 15 mar. 2011.

Tabela 1 - População Censitária segundo Faixa Etária e Sexo

FAIXA ETÁRIA (anos)	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Menores de 1 ano	65	55	120
De 1 a 4	269	314	583
De 5 a 9	467	419	886
De 10 a 14	506	436	942
De 15 a 19	459	443	902
De 20 a 24	350	345	695
De 25 a 29	350	363	713
De 30 a 34	326	358	684
De 35 a 39	347	370	717
De 40 a 44	336	309	645
De 45 a 49	255	283	538
De 50 a 54	218	234	452
De 55 a 59	218	214	432
De 60 a 64	152	186	338
De 65 a 69	145	144	289
De 70 a 74	114	109	223
De 75 a 79	74	62	136
De 80 anos e mais	64	58	122
TOTAL	4.751	4.702	9.453

Fonte: Caderno Estatístico Municipal - IPARDES (2011).

Quanto a população economicamente ativa, distribuídas por zona e sexo, o relatório do IPARDES (2011) mostra que do total da PEA, que é de 4.663, 2.958 são homens e 1.705 são mulheres. O município A tem a maior presença da população economicamente ativa na zona urbana, com a cifra 2.956 habitantes, quando na zona rural não ultrapassa o numero de 1.707 habitantes.

Isso se deve ao fato de que, mesmo que a principal fonte da economia local seja a agricultura, o crescimento das grandes propriedades no município, fez com que se desenvolvesse um forte processo de mecanização na produção agrícola - realidade presente na maioria das economias agrárias - prejudicou em grande medida o trabalhador e a trabalhadora rural, seja na forma de pequeno produtor, que não conseguiu manter a produção por não conseguir competir com as grandes propriedades, ou na forma de trabalhador, que perdeu espaço de trabalho (CAMPOS, 1999). Desta forma, a população foi pressionada para a zona urbana, que também não conta com uma estrutura de trabalhos e empregos suficiente para toda população.

Conforme dados do Relatório do IPARDES (2011), no município B a população chega ao total de 4.172 habitantes, sendo 2.142 homens e 2.030 mulheres. Dos habitantes economicamente ativos do município, 1.293 encontra-se na zona rural, e 500 na zona urbana. O dado desagregado por sexo

indica que os homens são a maioria na população economicamente ativa²¹, 1.261, enquanto as mulheres somam 532, conforme aparece na tabela abaixo:

Tabela 2 - População Economicamente Ativa (PEA) segundo zona e sexo

URBANA	RURAL	MASCULINO	FEMININO	PEA TOTAL
500	1.293	1.261	532	1.793

Fonte: Caderno Estatístico Municipal - IPARDES (2011).

O mercado de trabalho do município está concentrado na agricultura e pecuária, somando 1.172 habitantes, seguido do comércio, reparo em automotivos e objetos pessoais e domésticos, 106 habitantes, e os demais localizados em outras atividades como serviços públicos, comunicação e serviços domésticos.

No campo, a incidência maior é de homens trabalhando, a maioria desenvolvendo trabalho informal, com baixa garantia de estabilidade. Em períodos de colheita, as mulheres também trabalham nas lavouras, mas logo depois são dispensadas e voltam a ficar sem ocupação.

Neste sentido, as mulheres é que participam mais do projeto de geração de renda desenvolvido no município, seja para complementar a renda do companheiro que trabalha na lavoura, ou para até manter a sobrevivência da família em períodos em que o trabalho no campo é dispensado.

O município C soma o total de 2.883 habitantes, dividindo-se por sexo, 1.521 homens e 1.362 mulheres. Grande parte da população, como visto em outros municípios da região, encontra-se na zona rural, sendo homens 1.170 e mulheres 1.016, enquanto na zona urbana estão 351 habitantes do sexo masculino, e 346 mulheres. Tal fator se explica pela predominância da agricultura na base da economia da cidade.

Conforme dados relacionados no IPARDES (2011), desagregando a população economicamente ativa por sexo e zona, percebe-se a figura predominantemente masculina, 744 homens, contra 282 mulheres consideradas economicamente ativas. Também se verifica que o potencial de trabalho da população economicamente ativa está mais fortemente vinculado com a zona rural, contando com 721 habitantes, enquanto na zona urbana estão 305 habitantes considerados ativos economicamente.

²¹ Segundo classificação do IBGE, PEA - População Economicamente Ativa compreende a população ocupada e desocupada que tenha potencial de mão de obra que pode ser contada pelo setor produtivo.

Na análise do que se refere a concentração da população economicamente ativa por ramos de atividade, em primeiro lugar se destaca as atividades orientadas para o campo, como agricultura e pecuária, na qual se concentram 597 habitantes. Em segundo lugar aparece o ramo do comércio e serviços, com 57 habitantes, e os demais habitantes distribuídos em serviços públicos, indústria de transformação e construção civil em números menos expressivos, assim como aponta o relatório do IPARDES:

Tabela 3 - População ocupada segundo as atividades econômicas

ATIVIDADES ECONÔMICAS	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	597
Indústria de transformação	26
Construção	24
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	57
Alojamento e alimentação	26
Transporte, armazenagem e comunicação	7
Intermediações financeiras, ativ. imobiliárias, aluguéis, serv. prestados a empresas	8
Administração pública, defesa e seguridade social	42
Educação	47
Serviços domésticos	37
Atividades mal definidas	10
TOTAL	881

Fonte: Caderno Estatístico Municipal - IPARDES (2011).

A precária estrutura de um mercado de trabalho, assim como de políticas de trabalho e emprego que possam aumentar os postos de trabalho no município, associado ao baixo grau de escolaridade e qualificação profissional, faz com que grande parte da população, especialmente as mulheres, não sejam classificadas enquanto economicamente ativas, criando uma considerável parcela de mão de obra que não é ocupada, tampouco considerada força de trabalho potencial para o mercado.

O município D é o maior, em relação aos outros municípios pesquisados, e é referencia em oferta de serviços aos municípios vizinhos menores. A população, de acordo com o IPARDES (2011), soma o total de 32.270 habitantes, sendo destes 16.349 mulheres e 15.921 homens. Com relação a faixa etária, a proporção de jovens e adultos é maior no município. A concentração da população neste município está na zona urbana, como indica a tabela abaixo:

Tabela 4 - População Censitária segundo tipo de domicílio e sexo

TIPO DE DOMICÍLIO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Urbano	12.569	13.320	27.431
Rural	3.352	3.029	4,331
TOTAL	15,409	16.403	31.812

Fonte: Caderno Estatístico Municipal - IPARDES (2011).

A distribuição da população economicamente ativa pelo território indica um município mais urbano, no qual dos 14.350, 11.390 habitantes estão presentes na zona urbana, enquanto 2.960 habitantes estão na zona rural. Na desagregação por sexo, os homens também se constituem na maioria dos economicamente ativos, assumindo a parcela 9.004, quando as mulheres contabilizam 5.346 no total da PEA.

A referência da economia do município D, assim como da região, é a agricultura, comportando 3.257 trabalhadores e trabalhadoras. Em segundo lugar vem o comércio, que emprega 2.536 habitantes, seguido dos ramos de atividade de serviços domésticos, que conta com 1.256 habitantes, a indústria de transformação, que emprega 1.032 habitantes e a construção civil, com 852 trabalhadores. Ainda tendo uma estrutura maior que os demais municípios e contando com maiores oportunidades de emprego, conforme os dados do IPARDES (2011 Apud RAIS, 2009) os empregos gerados no município não ultrapassam a cifra dos 4.768, o que em um universo de 14.350 considerados ativos economicamente, torna-se insuficiente.

O município E possui 4.738 habitantes. Do total dos habitantes, 2.355 são mulheres e 2.428 são homens. A maioria são crianças e jovens, evidenciando uma população potencialmente jovem, conforme demonstra os dados do IPARDES (2011):

Tabela 5 - População por faixa etária e sexo

FAIXA ETÁRIA (anos)	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Menores de 1 ano	23	2D	48
De 1 a 4	143	133	276
□ e 5 a S	231	205	436
De 10 a 14	2 39	24B	487
□ e 15 a 19	244	236	480
□e 20 a 24	169	177	366
□ e 25 a 29	163	163	346
□ e 3D a 34	202	213	420
□ e 35 a 39	16D	170	350
□ e 4D a 44	■ =:	155	317
□ e 45 a 49	■ =:	130	262
□ e 5D a 54	126	124	250
□ e 55 a 59	■ 17	104	211
□ e 6D a 64	95	BD	175
□ e 65 a 69	62	64	146
De 70 a 74	5D	49	99
De 75 a 79	24	34	56
□ e 6D anos e mais	31	25	56
TOTAL	2.423	2.355	4.733

Fonte: Caderno Estatístico Municipal - IPARDES (2011).

A base da economia do município também é a agricultura, e a população, de modo geral, encontra-se em maior medida na zona rural contabilizando 2.942 habitantes, sendo que deste valor, 1.531 são homens e 1.411 são mulheres. Na zona urbana estão presentes 1.841 habitantes, sendo 897 homens e 944 mulheres.

Observa-se que se na zona rural é maior a presença de homens, já na zona urbana são as mulheres, ainda que não seja um número tão significativo. Este fator pode estar relacionado com a estrutura do mercado de trabalho, já que na análise dos setores, por ramos de atividade que empregam, o maior empregador são àqueles relacionados a agricultura, que incorporam 1.832 habitantes. Há também uma oferta considerável de empregos no setor de serviços, comércios e serviços domésticos, ocupando 287 habitantes, seguido de outros ramos de atividade com números menos expressivos, mas que tem uma tendência maior para o emprego de mão de obra feminina.

Com os indicadores relativos à população economicamente ativa, repetem-se os números que oferecem aos homens maior vantagem. Do total de 2.630, 1.685 são do sexo masculino, enquanto o contingente de mulheres não passa dos 945 habitantes. A PEA também está mais concentrada na zona rural, totalizando 1.790 habitantes, quando na zona urbana somam 840 habitantes.

O município F, o segundo maior município entre os pesquisados, possui 13.673 habitantes, sendo 6.636 mulheres e 7.037 homens. Também apresenta uma população jovem, sendo na sua maioria crianças e jovens, com poucos idosos.

Com economia predominantemente agrícola, o município possui números relativamente equilibrados no que se refere à distribuição da população pelas zonas rural e urbana. Na zona rural estão presentes 6.539 do total dos habitantes, sendo 3.534 homens e 3.005 mulheres. Já na zona urbana, são 7.134 habitantes, destes 3.503 são homens e 3.631 são mulheres.

A população economicamente ativa do município, encontra-se em maior medida na zona urbana, com 3.367 habitantes, exibindo uma mínima diferença com relação a PEA que está na zona rural, que é de 3.120 habitantes. A configuração da distribuição pelo sexo mais uma vez traz o homem com maior índice na PEA. Enquanto o sexo masculino totaliza 4.388, as mulheres são 2.099 habitantes consideradas economicamente ativas.

Sem duvida os números da PEA desagregados por sexo denunciam uma distancia grande entre a força de trabalho feminina e masculina no que se refere à consideração de sujeitos economicamente ativos. Neste sentido pode estar relacionado a intermitência do trabalho feminino, como também a possibilidade de uma estrutura de mercado de trabalho com dificuldades de incorporação das mulheres, já que o foco da atividade econômica continua na agricultura, no qual a presença masculina é preponderante, assim como mostram os números trazidos na seguinte tabela:

Tabela 6 - População Economicamente Ativa desagregada por zona e sexo

URBANA	RURAL	MASCULINO	FEMININO	PEA TOTAL
3.367	3.120	4.388	2.099	6.487

Fonte: Caderno Estatístico Municipal - IPARDES (2011).

Como já exposto, o principal ramo de atividade de município F está na agricultura e nas atividades vinculadas ao campo, e é ele quem mais vai empregar, conforme dados do IPARDES (2011), agrupando 3.439 trabalhadores. É seguido pelo comércio, que emprega 626 habitantes, serviços domésticos, nos quais está concentrada uma cifra de 337 habitantes, pela construção civil, com 249 habitantes, indústria de transformação, 227 e educação, que emprega 207 habitantes, além dos demais ramos de atividade vinculados a prestação de serviços que expressam números menores.

4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS PROJETOS GERAÇÃO DE RENDA E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: CONCEPÇÕES E LIMITES

Neste tópico trataremos dos dados gerados pelas entrevistas conforme procedimentos já descritos na introdução deste trabalho. A orientação da pesquisa foi para identificar, nos seis municípios pesquisados, como foram estruturadas as iniciativas de geração de renda, para que público se destinaram, como era a operacionalização por parte das técnicas entrevistadas, além de quais as concepções a respeito da divisão sexual do trabalho, orientavam a prática das técnicas.

O objetivo foi inferir, a partir das questões levantadas, quais as concepções interferiam no processo de elaboração e execução das iniciativas de geração de renda, e que tipos de limites se apresentavam decorrentes da presença destas concepções. Destacamos os tipos das atividades ofertadas, público alvo, orientação para a escolha das atividades, dificuldades de gestão e permanência das mulheres nas iniciativas, concepções a respeito das relações de gênero e divisão sexual do trabalho e a racionalidade do planejamento e execução das ações, evidenciando questões como expectativas e satisfação das mulheres participantes.

4.3.1 Atividades Ofertadas nos Projetos de Geração de Renda

Há que se caracterizar os modelos de atividades ofertadas pelos projetos, a partir da definição do público, que tanto é "alvo" quando são formuladas tais iniciativas, como também não deixam de ser "demanda", visto que é um público que é usuário da Assistência Social, participantes da rotina dos CRAS.

Neste sentido há duas considerações antes de se tipificar os cursos e atividades em funcionamento: A primeira é de que, no caso das cooperativas e dos projetos do barbante, a escolha veio como "cópia" ou observação da experiência de outros municípios, o que mediou a decisão de órgãos gestores e técnicos pela implantação no município. A segunda consideração é de que no caso dos cursos, eles tanto foram escolhidos em razão das parcerias, assim como do valor de custeio, como também são acolhidas as sugestões das mulheres usuárias do CRAS.

Os cursos de qualificação para geração de renda acontecem em todos os municípios entrevistados através do CRAS. Em alguns municípios, como o

município D e E, eles são as únicas iniciativas com foco na geração de renda. Nos demais municípios eles existem juntamente com as cooperativas e os projetos do barbante.

No município A os cursos de qualificação para a geração de renda, desenvolvidos no CRAS, estão voltados para o artesanato e a culinária basicamente.

"As atividades dentro do CRAS, relacionada a geração de renda, tem voltada bastante para a área de artesanato, a gente tem uma oficina de artesanato que elas fabricam, aprendem a bordar, pintar, fazer crochê, elas fabricam e toda quarta-feira tem uma exposição do trabalho delas onde é comercializado esse tipo de trabalho que elas vendem... daí dentro dos CRAS nós temos os cursos voltados pra curso de bombom, como eu te disse já, próximo das datas comemorativas, de salgados, o curso de bambu que é o material que a gente tem aqui que não seria muito caro, a gente procura nessa perspectiva" (Técnica do município A).

Estes cursos pautam-se pelo uso dos recursos disponíveis no município. A escolha pelo artesanato com bambu, por exemplo, se deu também porque no município é cultivado, tornando a matéria prima de fácil acesso e de baixo custo como presente no relato da técnica do município A. Como indicado pela técnica entrevistada, a proposta de cursos com base no trabalho manual são consideravelmente mais baratos dos que àqueles com caráter mais profissionalizante, como eletricista, por exemplo. As "oficineiras" que ensinam as atividades, assim como o material gasto tem um baixo custo, e se adéquam na escala dos recursos destinados à Assistência Social.

Em virtude da recente implantação dos CRAS, nos municípios B e C e F, os cursos de qualificação para a geração de renda ainda não estão estruturados, apenas no município C, houve duas iniciativas no ano em que foi realizada a pesquisa, ambas também direcionadas para o artesanato. Os cursos foram de pintura e o bordado.

No município D os cursos ofertados são realizados em parceria com o SESC, que dispõe de uma lista com os cursos que eles disponibilizam, e através desta lista, a técnica escolhe àqueles que podem ser destinados às mulheres que participam do CRAS. Conforme a técnica do município D, os cursos ofertados foram: Bordado em chinelo, crochê, unhas decoradas, bombons, pintura em tecido, higiene e autos cuidados e panificação. Também houve uma tentativa de ofertar em parceria

com a SETP um curso de construção civil, com a duração de 200 horas para os usuários do Programa Bolsa Família. Entretanto a tentativa foi frustrada, já que não houve grande procura pelo curso, assim como destaca a técnica do município D:

"Chegou lá, veio 10 pessoas, dessas 10, se inscreveram 6, 4 dessas mulheres. Só tinham 2 homens e o resto mulheres, aí a gente até colocou, quem tivesse ali representando esposo, filho, ou irmão... Algumas estavam representando, mas as que se inscreveram falaram que queriam o curso mesmo... [...] Ah, no dia da seleção não veio mais ninguém, só veio um rapaz pra seleção".

Os motivos pelos quais não houve adesão a este curso não foram investigados pela técnica, mas ela relatou algumas especulações do que poderia se tratar, como a insegurança ou o medo de perda do benefício do

Programa Bolsa Família, ou pela impossibilidade de participação dos usuários em virtude da carga horária estabelecida pelo curso, já que muitos trabalham por dia e dependem desta renda para sobrevivência, e ainda pelo fato dos maridos impedirem as esposas de participarem, já que o curso estava voltado para o público masculino.

Não há como se identificar todas as razões da ausência neste curso em específico, já que nos demais cursos ofertados pelo CRAS, já mencionados, existe uma expressiva participação das mulheres, e pelo relato da técnica, as mulheres procuraram o curso e demonstraram interesse em participar, ainda que se tenha sugerido que elas estavam representando algum familiar do sexo masculino. Pode ser que as clivagens de gênero estejam presentes neste caso, já que se trata de um curso com formação voltada para um espaço tradicionalmente ocupado pelos homens. A oferta deste curso dentro de uma esfera como o CRAS, onde há maior presença feminina, retoma os limites relacionados a separação do trabalho de homens e mulheres, e simboliza o lugar e as práticas sociais entre os gêneros.

O fato das mulheres terem maior participação nos cursos mais tradicionais do CRAS como artesanato, e uma não participação numa iniciativa como a construção civil, indica, por um lado, o reconhecimento de um "não pertencimento" a este tipo de atividade, e conseqüentemente a não identificação com este tipo de trabalho. É claro que não se podem balizar as explicações somente pela via da não identificação, pode ser que existam outras condições objetivas que interfiram e que não apareceram de imediato para a rejeição do curso. Entretanto não se pode desprezar o fato de que a escolha das mulheres por cursos mais

tradicionais represente os determinantes da divisão sexual do trabalho, que categoriza funções, valores e hierarquias.

O município E faz parcerias, para a realização dos cursos com o SENAR, deste modo o tipo dos cursos diferenciam-se quando existe esta parceria. Os cursos realizados pelo CRAS são: A confecção de sabão líquido e sabão de álcool, cuidados com cabelo e pele, bordado em chinelo, auto maquiagem, cursos com material de limpeza que tem o detergente como base, curso de pintura em tecido e manipulação de derivados da soja, milho e mandioca.

Os cursos realizados em parceria com o SENAR voltam-se principalmente para as mulheres da zona rural, e tem como foco a geração de renda baseada na fabricação de alimentos com a utilização de matérias primas produzidas no próprio município. Contudo, as parcerias não são recorrentes, já que o SENAR estabelece maior relação com departamentos como o de agricultura.

Os cursos são divididos em duas classificações: sociais e de agricultura. Os cursos sociais são os únicos que estabelecem parceria com o CRAS, já os da agricultura, são realizados com outras instancias. Esta diferenciação serve também para organizar os cursos de acordo com as suas atividades, assim como aparece no trecho da entrevista com a técnica do município E:

"Os cursos do SENAR estão mais voltados para a produção rural. Ai tem uma divisão. Os cursos sociais e os cursos que estão destinados totalmente a agricultura. Esses cursos que a gente fala que são sociais são pra geração de renda, e a maioria que participa são mulheres. São mais voltados pro setor alimentício, manipulação de soja, mandioca, sempre ta pegando algum produto do meio rural, que seja fácil delas encontrarem na produção daqui do município... Teve o curso da "mulher atual", pra ta ensinando as mulheres a ajudar a controlar os gastos de dentro de casa, pra falar da maior participação delas. Esse curso teve 80 horas e foi de uma parceria com o SEBRAE"

Já os cursos classificados dentro da área da agricultura possuem atividades diferentes:

"Dos produtores rurais é mais voltado para a questão do cultivo do café, mecânica em trator, jovem empreendedor... Teve também pros produtores de leite... Desse dos produtores rurais tem mulheres que participam também, mas a maioria são homens. Aí no caso quem participa desses tem que ser produtor, ou proprietário da terra, porcenteiro, arrendatário... São pessoas que tem de 15 alqueires pra baixo, que participam desses cursos"

Assim como indica a fala da técnica do município E, os cursos voltados para os produtores rurais apontam a divisão social e sexual que caracterizam esses cursos. O público que participa dos cursos com foco na agricultura é na maioria homens, e que estão na condição de produtor rural, ou seja, não é o mesmo público da Assistência Social, que tem como representante a maioria mulheres, e com uma condição social inferior. Neste caso elas estão em outro nicho de atividades, considerados "social" e que trabalham na manipulação de alimentos e na consciência de participação.

No caso dos cursos que os homens participam, o produto é outro. A maioria dos homens que participam, são proprietários de terra e já desenvolvem aqueles trabalhos, buscando mais conhecimento para a melhora da produção, ou são porcenteiros e arrendatários, que querem começar algum tipo de atividade na terra. Como a economia gira em torno da agricultura, em especial nesta região do estado, a organização destes cursos destacam a produção e comercialização e este último, principalmente, porque abastece outros municípios, e não somente o município no qual produz.

Já nos cursos dos quais as mulheres participam, a organização é diferente. A proposta de trabalho nos cursos de geração de renda para mulheres consiste em conhecimentos que não desenvolvem o trabalho das mulheres para a comercialização, como dos homens, ou seja, não empregam a mesma racionalidade capitalista. Como já indicado pela técnica do município E, os cursos "sociais", atuam mais no sentido de trabalhar na esfera da consciência e não tem uma estrutura organizacional, em termos de comercio, dificultando para as mulheres a geração de renda a partir destes conhecimentos.

Assim, se os objetivos são semelhantes, que é a geração de renda, porque as racionalidades na organização dos cursos são diferentes? Essa distinção reflete em grande medida a presença de uma economia pautada em valores que diferenciam o trabalho de homens e mulheres sob uma concepção de capacidades e ganhos por gênero. Assim como indica Kon (2005) ao tratar do histórico das análises econômicas que diferenciavam as práticas de homens e mulheres, o trabalho das mulheres era estudado sob a ótica de que se orientavam para a reprodução da força de trabalho na família, e não para a produção não doméstica, ao contrário dos homens. Este tipo de análise, embora tenha se alterado mediante as mudanças no

conjunto da sociedade, ela aparece em alguma medida, principalmente quando observadas as iniciativas de geração de renda nos municípios pesquisados.

A organização dos cursos reproduz a concepção de que o trabalho das mulheres não gera os mesmos valores que o trabalho dos homens no modo de produção capitalista. Esta afirmação se manifesta no conteúdo e organização dos cursos, principalmente quando relacionado ao processo de comercialização, já que a orientação para produção e comercialização não aparece na estrutura dos cursos cujo público são as mulheres.

Izquierdo (2003, p.7) elucida esta questão ao expressar os valores do trabalho mercantil e do trabalho doméstico, sendo o primeiro responsável por gerar valores de troca, e o segundo por gerar valores de uso, assim como as conotações que decorrem de ambos os trabalhos, trazendo sentimentos como satisfação e reconhecimento vinculados ao trabalho que produz valores de uso, estes desempenhados prioritariamente pelas mulheres.

Es bien sabido que las amas de casa realizan actividades fuera del circuito mercantil mientras que los ganadores de pan las realizan fuera del circuito doméstico. Teniendo en cuenta que las actividades designadas como femeninas van encaminadas a la satisfacción directa de las necesidades humanas, los bienes o servicios que producen tienen un valor que se manifiesta en el uso y se mide por la satisfacción que proporcionan. En cuanto a las actividades designadas como masculinas, y en la medida en que el trabajador no produce los bienes o servicios para usarlos directamente él o las personas de su entorno el valor de lo producido se realiza cuando el producto de un trabajador se intercambia por el de otro trabajador, y la unidad de medida es el dinero el cual adquiere la cualidad de equivalente universal.

É bem verdade que a dicotomização entre as esferas e espaços relativos ao sexo não podem mais ser analisadas de forma fixa e rígida, já que os sexos transitam entre ambos. Também é verdade que o emprego em tempos de flexibilização e reestruturação da produção, também sofreu alterações, que incidiram na organização do trabalho entre os sexos. O que não mudou, foi a capacidade de recriação da divisão sexual do trabalho em distintas esferas, de modo a reproduzir, o que Kergoat (2003, p.61) expressa como "as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo".

Não se trata somente da reprodução de atividades que tem como referencia o trabalho manual e doméstico, mas sim de como todo conteúdo

dos cursos e atividades sinalizam uma lógica econômica, que endossa a afirmação de que para desempenhar o trabalho feminino não há necessidade de conhecimentos e habilidades específicos, assim como a sistematização que caracteriza a produção de mercadorias.

Esta divisão dentro da política pública (re) cria a subordinação feminina que ocorre em outras esferas e faz isso redefinindo modalidades da divisão sexual do trabalho através de elementos como o valor do trabalho desempenhado pelas mulheres e a forma de organização do trabalho, que visam se desenvolver para gerar renda.

Equivale dizer que o trabalho, enquanto conteúdo das políticas públicas, também reproduz os elementos que estruturam a divisão sexual do trabalho, e organizam um conjunto de concepções e intervenções que são praticados, e que tendem a reforçar o lugar social de mulheres e homens quanto a materialidade do trabalho.

Grande parte das iniciativas de geração de renda nos municípios A, B, C e F está vinculada ao que as técnicas caracterizam como projeto do barbante e cooperativas²². Exceto no município A, os demais possuem o projeto do barbante funcionando. O projeto do barbante acontece de modo idêntico em todos os municípios onde funciona, isto porque todos trabalham em parceria com a mesma empresa, localizada em Minas Gerais.

A ideia de associação com esta empresa veio com a necessidade de criar alternativas de geração de renda nos municípios, já que os poucos empregos existentes são instáveis e vinculados à agricultura. Como indicou a técnica do município B, o projeto do barbante veio de encontro à necessidade de criar ocupações para as mulheres do município:

"Na época quando veio, a gente, por que aqui onde a gente mora o povo vive muito da lavoura, e daí é pouco serviço que se encontra aqui, e daí foi pensado como uma coisa que as mulheres podiam ta fazendo. Aí começou a gente a visitar as famílias, àquelas que tavam lá no seu cantinho e tal... aí a gente começou a visitar e buscar".

²² O uso do termo "cooperativa", neste caso, reproduz o modo como as técnicas de todos os municípios, onde eles estão presentes, se referem ao empreendimento, sem que este seja o termo mais apropriado, já que a definição de cooperativa abarca outros aspectos que destoam desses empreendimentos em específico. Ver em Singer (2000) e Barbosa (2007).

Atualmente funciona do seguinte modo em todos os municípios destacados: As mulheres que participam são acompanhadas por uma coordenadora, que as cadastra e que controla a entrega de barbantes quando chegam de Minas. São enviados os barbantes com os respectivos pesos e os modelos a serem confeccionados. A quantidade de barbantes, que são entregues pelo peso, assim como os modelos, fica sob a escolha das mulheres, que levam de acordo com a sua habilidade e rapidez em produzir. Depois de prontos, os produtos são entregues de volta à coordenadora que envia os tapetes e faz o pagamento às mulheres.

Com as cooperativas de costura, presentes nos municípios A e C ocorrem de modo semelhante aos projetos do barbante. Duas empresas, que são de Apucarana, no estado do Paraná, enviam às mulheres peças de jeans cortadas. Nos barracões, com máquinas doadas pelo PROVOPAR, elas costumam essas peças e as enviam novamente para a empresa, para se colocarem as etiquetas e distribuírem as peças prontas.

Na cooperativa de reciclagem, do município F, as (os) trabalhadoras (es) são responsáveis pela coleta do material reciclável no município e o transporte até o barracão, para a separação e o envio para a empresa responsável pela reciclagem.

A racionalidade desses empreendimentos traz alguns limites e críticas quanto ao seu funcionamento. Embora seja nomeado enquanto cooperativa, o que alude a uma iniciativa autogestionária, os projetos, tal como estão configurados, não guardam referência com o conceito de cooperativa de produção desenvolvido por Singer (2000, p.89).

Cooperativas de produção são associações de trabalhadores, inclusive administradores, planejadores, técnicos, etc., que visam produzir bens e serviços a serem vendidos em mercados. Como toda cooperativa, aplicam aos seus membros os princípios que garantem democracia e igualdade entre eles na condução da entidade.

Como cooperativas, as mulheres que trabalham não conduzem as decisões sobre o processo de produção, tanto àquelas que pertencem ao grupo do projeto do barbante, como àquelas que estão inseridas nas referidas cooperativas. As decisões, desde o que vai ser produzido, como vai ser produzido, até para quem vai ser comercializado fica a cargo das empresas com as quais se relacionam.

Não comercializando direto com o mercado, o trabalho dessas mulheres fica mediado pela empresa, que, de fato, é quem lucra com o que é produzido. Portanto, a relação que se estabelece entre essas pretensas cooperativas e as empresas que delas exploram o trabalho, é uma relação de trabalho sem que haja assalariamento.

A força de trabalho "contratada" pelas empresas é remunerada a um baixo custo, sem qualquer regulação sobre as horas de trabalho exploradas. Neste sentido, tornam um trabalho informal ainda mais precário e desregulamentado, sob a falsa ilusão de empreendimento autogestionário, sem que seja de fato.

O que acontece nos municípios que participaram da pesquisa não está descolado de uma realidade macro. Assim como já desenvolvido neste trabalho, o impacto da reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho afetou todo o conjunto de trabalhadores, e obviamente com diferenças marcantes entre os gêneros. As mulheres, mais especificamente as mulheres pobres, foram pressionadas a ocupar espaços de trabalhos mais precários, informais e desregulamentados, em decorrência do processo de diminuição drástica dos postos de trabalho em geral.

A concorrência crescente da mão de obra masculina em setores e ocupações fortemente segregadas por sexo, ditas femininas, a desproteção que pode estar por vir (com a desregulamentação) às especificidades da força de trabalho feminina (gestação e maternidade, exclusivamente) **o desempenho econômico e profissional mais difícil na condição de conta própria** sugerem que a trajetória conturbada, mas promissora do emprego feminino sofra alguns revezes (LAVINAS E BARSTED, 1996, p.548. grifos nossos).

Tanto os projetos do barbante como os cursos de qualificação para geração de renda têm em comum o fato de que a não regulação do trabalho por horas rígidas e a exigência de ficar em um local de trabalho contribuam para que as mulheres continuem a desempenhar seus papéis em casa, sem que se exija do Estado, por exemplo, a mobilização de equipamentos sociais que as auxiliem para o trabalho fora de casa. Em contrapartida, enquanto, teoricamente, as mulheres dos cursos regulam sua produção, as mulheres do projeto do barbante têm sua produção regulada por uma empresa, que não cobra horas nem assiduidade, mas cobra produtividade.

Esta forma de cobrança é tão mais rígida e perversa porque se não é regulado pelas horas, significa que pode tomar quanto tempo necessário, sem que esse seja contabilizado e pago, tal como é o trabalho doméstico. Utiliza-se da função social do projeto e da precariedade do mercado de trabalho nos municípios, para explorar a mão de obra barata das mulheres, e conseguir lucro pelo mínimo de investimento nas forças produtivas. Esta conjuntura traduz o impacto das mudanças da reestruturação produtiva, e como estas mudanças tiveram impactos negativos no conjunto da classe trabalhadora, com rebatimentos diferentes para homens e mulheres.

A identificação dessas iniciativas nos municípios entrevistados, como alternativas para gerar renda frente a um mercado de trabalho insuficiente, traduz o que Lavinias e Barsted (1996) já indicavam como um dos "revezes" que o trabalho feminino sofreria em decorrência da estruturação de um novo padrão de acumulação na sociedade capitalista. Se para os homens pobres a desregulamentação do trabalho assalariado teve impacto negativo, para as mulheres pobres - que já não gozavam de status no mercado de trabalho - a reconfiguração do mundo do trabalho pode ser interpretada como uma rasteira nas possibilidades de ascensão, solapando o trabalho feminino aos mais baixos níveis do emprego informal.

4.3.2 Perfil do Público que Participa dos Projetos de Geração de Renda

Identificar o público que participa das iniciativas de geração de renda nos municípios entrevistados foi fundamental para que se inferisse a partir daí como são estruturadas as ações a partir do público a que destinam. Não se trata de uma relação mecânica, na qual já existe um roteiro estabelecido, pelo contrário, a partir das entrevistas aparece em alguma medida uma relação que denota "naturalidade" entre o que é ofertado e o público que participa. Esta relação não se manifesta imediatamente, ela está mediada por situações, valores e justificativas, que resguardam sua essência.

Uma primeira consideração com relação ao público que participa dos projetos de geração de renda, é que todas são do sexo feminino. Em todos os municípios entrevistados o público é constituído por mulheres, tanto dos cursos de qualificação para geração de renda, quanto àquelas iniciativas mais constituídas,

como os grupos do projeto do barbante e as cooperativas de costura e reciclagem. Apenas nos municípios A e F foi identificada a presença de homens, mas em número pouco substancial²³.

Essa maioria maciça de mulheres são pobres, atendidas pela política de Assistência Social dos municípios, e geralmente beneficiárias de programas de transferência de renda. No município A, a técnica indica o grupo com esse perfil como público prioritário das iniciativas de geração de renda:

"Da cooperativa basicamente 80% são mulheres, ainda tem alguma presença de homens. Nos cursos do CRAS podemos dizer que praticamente são mulheres, que não possuem uma forma de renda concreta, vivem de "bico", são beneficiárias do Bolsa Família, umas e outras recebem BPC, a gente prioriza esses grupos".

O foco neste público reproduz as diretrizes de orientações, principalmente da esfera federal, que indica mulheres pobres como alvos prioritários das iniciativas de geração de renda (GTR, 2008). No mesmo bojo, indicam-se os beneficiários de programas de transferência de renda, que também na sua maioria são representados pelas mulheres, como um público preferencial, tal como apareceu no município F, ao se questionar sobre o público idealizado para a cooperativa de reciclagem e o projeto do barbante:

"Então, o relato que a gente tem é que seriam os usuários do Bolsa Família. É que aqui tem um percentual grande de famílias que estão cadastradas no CadUnico, e maioria das mulheres, 99% estão nos projetos. O da reciclagem, eu até tava olhando aqui hoje porque semana que vem nós vamos ter uma reunião, quando começou tinha 11, 4 deles tinha outra fonte de renda, e 7 são integrantes do Bolsa Família... Então assim, hoje eles são 8, na reciclagem, então acho que tá também nesses números".

Sejam beneficiárias titulares de programas de transferência de renda, ou usuárias da política, elas são consideradas o foco prioritário da agenda das políticas sociais, por se acreditar que são um segmento vulnerável. Traduções de teorias como a "feminização da pobreza" colaboraram para o processo focalização

²³ Um homem na cooperativa de reciclagem no município F, e dois homens na cooperativa de costura do município A. A abertura para a presença dos homens, neste espaço cuja participação maior é feminina, se deve as mudanças ocorridas na estrutura do mercado de trabalho, que com a diminuição dos empregos, ocupados tradicionalmente pelos homens, influenciou o deslocamento do público masculino para a ocupação de espaços inseridos na informalidade, e que tem a maior presença de mulheres, como, por exemplo, a geração de renda, identificada como alternativa a escassez de empregos no mercado. Sobre o assunto ver Lavinas (2000).

na mulher pobre, como estratégia de intervenção das políticas sociais para impacto na diminuição da pobreza, assim como aponta Marta Farah (2004, p.55):

Com base na noção de feminização da pobreza, organizações como o Banco Mundial recomendam a focalização de políticas de combate à pobreza. Documento do banco, intitulado *Toward Gender Equality*, analisa o papel das políticas públicas na redução das desigualdades de gênero, propondo, explicitamente, a focalização em mulheres das políticas de educação, saúde, serviços de extensão rural, infra-estrutura rural e urbana, e em áreas como segurança e geração de emprego e renda.

O perfil das mulheres que participam dos projetos varia, em uma pequena medida, de acordo com o tipo de atividade desempenhada. A semelhança entre os públicos, tanto dos cursos como das cooperativas, assim como em todos municípios entrevistados foi com relação à escolaridade. Nos seis municípios que participaram da pesquisa, a escolaridade das mulheres que participavam dos projetos, em média, não é superior ao ensino fundamental completo.

Nos municípios A, D, E, nos quais os cursos de qualificação para geração de renda são mais fomentados²⁴, o público também se caracteriza por serem mulheres, pobres e de baixa escolaridade. Quanto a situação conjugal, faixa etária e presença de filhos, as situações são variadas, no entanto as técnicas identificam, na maioria, mulheres com a presença de marido ou companheiro, e a presença de filhos pequenos.

Em relação a faixa etária, nos municípios A e D, apareceu àquilo que poderíamos nomear como uma divisão geracional entre as atividades desenvolvidas. Isso porque as técnicas entrevistadas identificaram um conjunto de atividades, das quais as mulheres mais velhas costumam participar, e outro grupo de atividades, desempenhadas pelas mais jovens.

"[...] A faixa etária é bem conforme cada atividade. Tem atividades que demandam mulheres já... mulheres, umas incluem adolescentes... Mais maduras, são as práticas que se relacionam com a cozinha, o curso de bombons né? Deu adolescentes, mas o numero expressivo foi de mulheres que já tem filhos, uma serie de outras particularidades, os que são de culinária, fabricação de coxinhas, salgados, são todas mulheres que já são mães... As adolescentes são mais os

²⁴ No município A tem a cooperativa de costura, que é um grupo estabelecido. Entretanto, como a relação da cooperativa já está estruturada com a industria para qual costumam, as intervenções e planejamentos estão mais direcionadas para os cursos de qualificação para geração de renda desenvolvidos no CRAS. Nos municípios D e E não existem cooperativas ou organizações similares, somente os cursos desenvolvidos no CRAS.

cursos de maquiagem, sobrancelha, esse tipo de coisa, voltado mais para beleza mesmo" (Técnica do município A).

A mesma situação vinculada a divisão de interesses por faixa etária acontece no município D, como expressa o trecho da fala da técnica:

"É bem variado por que tem adolescente... Mas pode dizer que vai dos 15 aos 40... Por que depende do curso também. Crochê é mulheres mais velhas, já o de autos cuidados são mais as adolescentes".

Nos dois municípios apresentados a divisão geracional das atividades ofertadas encontra duas características que se articulam com a construção social de gênero. O primeiro é quando se coloca a inclinação das mulheres mais velhas para as atividades que lembram a rotina doméstica como cozinhar ou fazer artesanato.

As mulheres são tomadas como mães e/ou esposas, que pressupõem uma rotina de cuidados com a família, formando uma identificação entre as mulheres e o trabalho vinculado a vida doméstica. A preferência das mulheres por este tipo de trabalho é em parte produto desta identificação, que faz com que aquilo que é aprendido possa ser utilizado ou em benefício da própria família, ou para uma possível comercialização, mas ainda permeado pelos valores referentes ao cuidado.

Em segundo lugar percebe-se um ideário de que mulheres mais jovens preocupam-se mais com os autos cuidados do que as mulheres mais velhas, por isso a preferência das mesmas pelos cursos relacionados à estética. A vaidade também não deixa de ser um componente marcado pelo gênero, a medida que o "ser" mulher passa por questões como ser feminina, e que ser feminina passa pela esfera dos cuidados com a imagem. Entretanto o valor da vaidade é flexível, ou seja, ele pode aparecer com mais intensidade na fase mais jovem, mas quando a mulher se torna mãe, por exemplo, o valor se transfere para o cuidado com o filho (a), ficando ela em segundo plano, ainda que isto não seja uma regra.

O perfil das mulheres também pode variar com relação ao tipo de curso e qual instituição o aplica. No município E, os cursos podem ser feitos pelo CRAS, através da política de Assistência Social no município, ou podem contar com a parceria do SENAR. Um dos critérios para se participar dos cursos do SENAR é

que os ou as participantes sejam produtores (as) rurais, ou que pelo menos tenham alguma vinculação com o trabalho na zona rural, por isso, nestes cursos em específico, a vulnerabilidade entre os participantes é relativamente menor. Esta diferenciação dos públicos fica claro no discurso da técnica do município E, ao traçar o perfil das mulheres que realizam os cursos através do CRAS, e o perfil das que participam pelo SENAR:

"Moram no bairro da cidade, que é o bairro mais vulnerável, mais carente. A escolaridade é pouca, tem o ensino fundamental incompleto, tem uma ou outra que tem o ensino médio completo, mas é pouco... Tem mulher que é analfabeta. Têm filhos pequenos, a maioria frequenta a creche e a escola. São casadas ou moram com o companheiro... Aí esse perfil já muda um pouco daquelas que fazem os cursos do SENAR, porque daí ela ou o marido tem o critério de que tem que ser produtor... já não são tão vulneráveis, mas daí nos outros itens é igual" (Técnica do município E).

Indicar que as mulheres que moram na zona rural são menos vulneráveis, não exclui o fato de que elas são pobres. A vulnerabilidade é menor, quando comparada as mulheres que moram na cidade, já que se pressupõe que as mulheres que moram na zona rural tenham um nível maior de renda, conforme relatado pela técnica do município E.

Nessa região, o trabalho na zona rural tem duas faces. Existem os produtores rurais, que moram em pequenas porções de terra, e produzem ou para próprio consumo ou para comércio nos municípios. Estes são incorporados pelos cursos realizados em parceria com o SENAR, já que possuem uma relação direta com a terra. Por outro lado, existem as pessoas que não moram diretamente na zona rural, mas vivem do trabalho realizado na terra, na condição de diaristas, principalmente na época de colheita.

A estrutura socioeconômica dos municípios pesquisados, entre os outros municípios que fazem parte da região do Vale do Ivaí, é baseada na produção agrícola, e divide a população em três grupos principais, que são os grandes produtores, pequenos produtores e diaristas. Os pequenos produtores e diaristas são a parte mais vulnerável da população, visto que os pequenos produtores vivem como porcentageiros e arrendatários, que não conseguem concorrer com o nível de produtividade dos grandes produtores, e os diaristas refletem a condição informal do trabalho que prestam, refletindo a precariedade e instabilidade

própria dessa estrutura de emprego. Diante dos fatos, o público atendido pela Assistência Social incorpora este perfil, na sua maioria mulheres, que vivem do trabalho rural, e em condição de pobreza, em virtude da ausência de outras formas de trabalho nos municípios.

Nos municípios B, C e F, onde funcionam os projetos do crochê o perfil das mulheres é semelhante. Todas as técnicas indicaram que a maioria das mulheres são casadas ou vivem em união estável com os companheiros, são mães, geralmente de filhos pequenos em idade escolar, o nível de escolaridade, em média, não é superior ao ensino fundamental completo e a faixa etária é bastante variável, ficando na média dos 20 à 60 anos.

No município C, a técnica identifica nas mulheres que participam a necessidade de estarem no projeto, em razão da situação de trabalho dos maridos e companheiros, que na maioria são diaristas e dependem de períodos de colheita para garantirem renda.

*"São mulheres com filhos, as vezes separadas, tem mulheres que não são tão carentes mas que também participam do projeto. Mas na maioria são mulheres com filhos, carentes, casadas com maridos que estão desempregados. **Os maridos e companheiros são diaristas e nem sempre tem emprego, aí a fonte principal de renda acaba sendo da mulher que ta no projeto.** No geral a escolaridade delas é baixa, sempre foram do lar... Acho que é isso" (Técnica do município C).*

Este fato explica porque esses projetos são tão fomentados nos municípios pesquisados. Eles apareceram como uma alternativa de trabalho para as mulheres, frente a ausência de uma estrutura de empregos para elas. Os insuficientes empregos no campo, devido a mecanização, são absorvidos, na maioria pelos homens. Uma parte das mulheres consegue trabalhar como diarista quando há o período de colheita, mas o trabalho é intermitente, e com isso elas voltam a ficar desempregadas. Neste sentido, a geração de renda aparece como "única" alternativa, que garante razoável estabilidade para as mulheres, imputando a elas, inclusive, a responsabilidade de cuidar da sobrevivência econômica quando maridos e companheiros estão desempregados.

Nos municípios C e F, nos quais funcionam tanto os projetos de crochê como as cooperativas, sendo a de costura no município C e de reciclagem no município F, vão apresentar algumas diferenças com relação àquelas que participam

dos projetos do barbante das que estão nas cooperativas de costura e de reciclagem.

No município C, a primeira diferença se refere ao número de mulheres que participam. O projeto do barbante conta atualmente com mais de 100 mulheres, enquanto a cooperativa têm seis mulheres. A média de renda gerada pelas duas iniciativas é similar, o que diferencia os dois trabalhos são as condições. Enquanto o projeto do barbante permite as mulheres que elas trabalhem em casa, a cooperativa de costura já exige que as mulheres se desloquem até um barracão, e lá cumpram no mínimo oito horas de trabalho.

As mesmas diferenças são identificadas no município F. O projeto do barbante conta com um número semelhante ao município C de mulheres que participam, já a cooperativa de reciclagem tem oito pessoas trabalhando, sendo um homem. As condições de trabalho também se parecem. Enquanto no primeiro é possível trabalhar em casa, no segundo existe um barracão próprio, no qual há que se permanecer no mínimo oito horas diárias. No entanto, com relação aos rendimentos se manifesta um dado novo. Ao passo que as mulheres recebem no projeto do barbante, em torno de 280,00²⁵, as mulheres e o homem da cooperativa de reciclagem recebem um salário mínimo. Estas determinações também estão relacionadas com algumas diferenças percebidas em ambos os públicos do município F, tal como relata a técnica: *"Do barbante a maioria das mulheres é casada, têm filhos pequenos que freqüentam a creche. Tem uma faixa etária entre 29 e 50 anos... A maioria tem 8ª série completa"*. Já com relação à cooperativa de reciclagem:

²⁵ Esse número varia de acordo com a produtividade das mulheres, já que elas recebem entre R\$ 2,00 e R\$ 4,00 por peça ou jogo completo produzido. Na data da pesquisa o salário mínimo nacional era de R\$ 510,00. No estado do Paraná o salário mínimo, definido pelo decreto 16.470 de 30/03/2010 estabelece o salário mínimo por grupos, desde que não sejam empregados com piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo e servidores públicos municipal. Seguem as classificações de salários no estado, no ano de 2010:

GRUPO IV - R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações; **GRUPO III - R\$ 714,00 (setecentos e quatorze reais)** para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações; **GRUPO II - R\$ 688,50 (seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)** para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio e Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações; **GRUPO I - R\$ 663,00 (seiscentos e sessenta e três reais)** para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações.

"Olha a faixa etária ta entre 29 a 50 anos também... Tem mulheres casadas... Separadas, com filhos em idade escolar... Aí a escola aqui funciona em tempo integral, aí elas trabalham o dia todo no barracão. Tem umas que tem filho adolescente... E a maioria é ensino fundamental incompleto".

Diferenças como idade dos filhos interferem também na inclinação de algumas pelo projeto do barbante e de outras pela cooperativa. A escola em tempo integral para crianças em idade escolar, e a presença de filhos adolescentes permitem às mulheres da cooperativa de reciclagem uma maior dedicação ao trabalho, o que já não ocorre com as mulheres do projeto do barbante, já que a presença de crianças que freqüentam a creche por um período, exige que em outro período as crianças sejam cuidadas pelas mães.

O município F, em especial, chama a atenção principalmente por causa do rendimento. O valor pago para a cooperativa de reciclagem é substancialmente superior ao valor pago pelo projeto do barbante. Neste sentido, porque se percebe uma maior concentração das mulheres no projeto do barbante enquanto na reciclagem se paga mais?

A preferência das mulheres pelos projetos de barbante em ambos os municípios pode estar relacionado com a "flexibilidade" em se trabalhar em casa, possibilitando a conciliação diária do trabalho com os crochês e o trabalho doméstico, o que já não ocorre com as cooperativas, já que existe um espaço de trabalho próprio e a determinação das horas de trabalho, que dificultam ou impedem esta proximidade com a tarefa dos cuidados²⁶. Esta questão apareceu na fala da técnica do município F, ao tratar do conteúdo de uma reunião com as mulheres do projeto do barbante, que expressaram as razões para participarem do projeto:

"Numa reunião que a gente teve ali, a gente falou se elas tivessem uma chance de ter carteira assinada, trabalhar pra fora e largar o crochê, aí elas "falou" assim: "não, não deixaria, porque eu tenho marido doente, ou por que eu tenho criança especial"... Ou "eu não deixaria porque meu marido não deixa eu trabalhar fora"... Então o crochê dá essa possibilidade delas não descuidarem da casa".

²⁶ O fato de ser "flexível" quanto as horas não significa que seja menos explorado. Flexível, neste sentido, se deve a possibilidade de se manter presente em casa, no entanto a exploração das horas de trabalho são tão mais intensas do que se estivessem em uma fabrica, por exemplo, já que não há uma medida sobre o tempo do trabalho doméstico. Para poder produzir mais, e conseguir um nível melhor de renda, mesmo em casa, as mulheres podem se dedicar por horas ao crochê, sem que isso esteja contabilizado no seu produto final. Quanto à medida do tempo sobre o trabalho doméstico ver os estudos de Hirata e Zarifian (2003).

Há que se lembrar também que grande parte dessas mulheres sempre trabalhou dentro de casa, e nunca tiveram uma experiência de trabalho fora desta esfera. Este fator também pode incidir no processo de escolha delas quanto aos projetos, ou seja, a segurança de executar algo conhecido em um lugar conhecido dentro de uma rotina já vivenciada pode influir na decisão pelo projeto do barbante. No entanto o grande entrave das mulheres desses municípios entrevistados parece ser o tempo de dedicação a vida pessoal e profissional, sendo que o último se expressa em um segundo plano, quando em referencia com a vida familiar, e com as necessidades decorrentes desta relação.

4.3.3 Orientação para a Escolha das Atividades

Os motivos para escolha dos cursos no município D aparecem com padrões semelhantes às razões do município A. a diferença é que nas entrevistas com as técnicas dos municípios pesquisados, buscamos identificar quais valores, práticas ou situações incidiam na tomada de decisões quanto à escolha destas atividades em específico. Embora sejam municípios diferentes, as práticas associadas à geração de renda assemelham-se pelo conteúdo. Ou estão relacionadas ao artesanato, a culinária ou a beleza. Portanto pensamos que deve haver algumas condições que provocam a repetição desses padrões, os quais nos preocupamos em investigar.

As questões se referiram a como foi o processo de escolha dos cursos, além de buscar a visão delas sobre o fato de sempre serem escolhidos cursos que guardam referencia com o trabalho doméstico e manual. Desta forma, alguns padrões de respostas apareceram. Esses padrões foram melhor identificados nos municípios A, D e E, nos quais ocorrem com mais expressividade os cursos de qualificação para geração de renda, porque nos municípios onde o foco está nas cooperativas e projetos de barbante, as respostas limitaram-se a identificar a escolha como a observação de um município vizinho, ou de justificarem que o formato da atividade já veio pronto. Já nos municípios citados, as respostas foram mais qualificadas.

Os padrões das respostas concentraram-se em apontar: atividades de baixo custo e fácil comercialização, a possibilidade de poder produzir em casa,

escolha das próprias mulheres e a identificação da geração de renda, com este teor, como trabalho "próprio" das mulheres.

No município A, a escolha das atividades se orientaram pelo custo, pela facilidade de oferta de matérias primas no município e pela escolha das mulheres, assim como relata a técnica:

"A gente procura assim, aquilo que o município tem mais afinidade, tem mais proximidade, tem mais facilidade de conseguir, o que a gente considera mais fácil de comercializar, e a gente procura ter bastante contato com as pessoas que vão participar o que eles querem o que vocês acham o que vocês têm interesse de fazer, nesse sentido".

Quando questionada se os cursos ofertados tinham relação com o público alvo, a técnica indicou que o fato de serem mulheres influía na escolha dos cursos, já que havia dificuldade em concentrar homens neste tipo de atividade:

"Sim, muita relação, porque 90% do público alvo são mulheres, a gente focaliza mesmo, até porque essa dificuldade mesmo de concentrar homens nesses tipos de atividades, então a gente procura fazer baseado naquilo que a gente pode, na nossa possibilidade com o dinheiro, a gente procura fazer aquilo o que elas têm interesse".

Aqui aparece a relação entre os cursos ofertados, o público e o custo para a gestão. Como são cursos de baixa sustentação econômica, os materiais, instrutores, enfim, a estrutura para este tipo de geração de renda é relativamente baixo, em comparação àqueles direcionados para a profissionalização, e que não são desenvolvidos na Assistência Social, e muitas vezes, nem se trata do mesmo público.

Também se referem à funções que tradicionalmente são desempenhadas gratuitamente na esfera doméstica, por mulheres. Neste sentido, toda infraestrutura de um curso de geração de renda com essas características é relativamente barato aos municípios, mas também geram produtos instáveis, baratos e com poucas possibilidades de gerar renda suficiente para sobrevivência das mulheres que participam.

Esta relação entre o que é ofertado e o público alvo tem como pano de fundo a um conjunto de simbolismos e práticas sociais que reforçam a divisão sexual do trabalho, sendo reproduzidos tanto pelas mulheres usuárias, como pelas técnicas, como se manifesta no discurso da técnica do município A quando justifica

a respeito de se escolherem sempre as mesmas atividades que lembram o trabalho doméstico:

"Por que é o público que a gente atua, assim, é o que elas estão acostumadas a fazer, entendeu? Elas não têm outra alternativa, então se você desse outra alternativa, talvez não tivesse tanta adesão".

Na fala da técnica do município A, aparece também a relação entre o que é ofertado e a possibilidade das mulheres trabalharem em casa. Muitas das mulheres têm filhos pequenos, são cuidadoras de idosos acamados, deficientes ou pessoas doentes, o que as impedem de trabalhar fora de casa. Neste sentido torna-se justificável a geração de renda, também, pelo fato de poder ser produzido em casa, e não precisar que as mulheres se ausentem por muitas horas, ou que transfiram para terceiros ou para o município a responsabilidade de cuidado e manutenção das necessidades domésticas.

"Sim, é uma necessidade porque varias mulheres que participam, são donas de casa, outra parcela grande também são de mulheres que são cuidadoras, muitas vezes tem mãe, sogra, que elas cuidam, que não tem como elas saírem e ficar o dia todo fora, talvez dificuldade delas procurarem trabalho fora por isso, porque é uma cuidadora que já é uma outra forma de trabalho, e elas pudessem ficar dentro de casa gerando renda, seria uma forma delas estarem em contato direto com os filhos, muitas que preservam essa questão familiar, ficar com filhos e tal, são inúmeros os fatores que fazem que o trabalho de casa ainda seja priorizado por elas".

Esta referencia ao trabalho doméstico com as mulheres também apareceu no discurso da técnica do município B, quando indagada sobre o mesmo assunto:

"E bem de mulher, por que o homem que faz esconde né? Não fala assim "eu faço"... Eu não... [...] Os homens não vem atrás, né? Por que corte e costura, por exemplo, é de mulher... Eu já não vejo assim, mas eu acredito que na mentalidade deles ainda ta formada que é coisa pra mulher, né? Se fosse um curso de eletricista, viria só homens, por que as mulheres já pensam... Você vê, um curso de veterinária? Só dá homem, um curso de jardinagem? Só dá homem... A cultura deles ainda tem bem dividido isso... o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher".

A escolha dos cursos se dá em relação a instituição parceira do município, o SESC, que já tem um conjunto de cursos ofertados. São cursos de

pintura, costura, crochê, manipulação de alimentos, cuidados com idosos, cabeleireira e manicure. Dentre os cursos disponibilizados pelo SESC, pode ser feita opções entre as atividades que mais interessam ao município. A escolha por determinados tipos de cursos, principalmente àqueles com base no artesanato, se deve ao fato de terem um custo menor. Neste sentido a técnica relatou sobre o interesse de se promover cursos de jardinagem e eletricitista, mas os equipamentos e deslocamento para outra cidade extrapolariam o orçamento da gestão.

Tantos nos cursos em parceria com o SESC, como àqueles ofertados pelos municípios pesquisados, há um padrão de atividades que pode ser observado. São trabalhos que desenvolvem habilidades manuais e que se referem a prestação de serviços. Dificilmente fogem a esta regra, sendo exceção a oferta de atividades que explorem outros nichos de atividades, como foi com a construção civil.

A questão da qualificação coloca alguns paradigmas. Assim como traz Magda Neves (2000), a qualificação, ora entendida como competência, foi colocada como fator preponderante para a sobrevivência no mercado de trabalho ditado pelo ritmo de um novo padrão de acumulação mais flexibilizado. Neste sentido, estar qualificado refere-se a um conjunto de saberes que tornam o sujeito capacitado para o desempenho de determinado trabalho, o que não garante emprego, mas aumenta as chances de ser absorvido pelo mercado.

Esta racionalidade imputa limites ao trabalho feminino, já que o novo padrão de acumulação recria determinantes da divisão sexual do trabalho no que se refere à qualificação das mulheres, já que, como evidencia Neves (2000, p.179) "a relação entre tecnologia e o trabalho feminino é definida muito mais pelo conteúdo ideológico, que discrimina as mulheres, do que pela competência técnica". Desta forma, aquilo que se atribui como qualificação "feminina" vincula-se ao trabalho doméstico e informal e valores de ordem emocional, diferenciando-se, em termos de reconhecimento, da qualificação masculina, que se orienta por outros valores, como a força, lógica e a razão. Estas disparidades também se manifestam quando o trabalho doméstico são desempenhados por homens, já que nesses casos, o trabalho goza de maior prestígio social²⁷.

²⁷ Ver sobre o assunto em Neves (2000) e Abreu e Sorj (1993).

Através deste raciocínio, queremos evidenciar que as atividades suscitadas nas iniciativas de geração de renda acabam por reproduzir o mesmo padrão de qualificação que segrega mulheres em ocupações precarizadas, com baixos salários e sem acesso aos direitos referentes ao trabalho assalariado. Deste modo, não se exploram possibilidades que desenvolvam o conhecimento das mulheres, seja no sentido de influenciar para elevação do nível de escolaridade, ou mesmo a qualificação profissional vinculada a outros saberes, como, por exemplo, a organização de cooperativas produtivas baseadas no trabalho do campo, já que se trata do principal eixo econômico dos municípios pesquisados. A proposta de trabalho com outro foco de qualificação permitiria um processo de organização e desenvolvimento do trabalho das mulheres da região, conferindo-lhes um aumento das opções frente a um mercado de trabalho fragilizado, sinalizando chances maiores de conseguir sustentação econômica.

É presente também a decisão das mulheres na escolha dos cursos. Tanto no município A, como no município D, as mulheres foram e são consultadas quanto seus interesses em determinados cursos, como mostra o relato da técnica do município D:

"[...] Quando a gente vai nos bairros, a gente pergunta pras famílias, o que elas esperam, que curso elas querem... Na última reunião que teve aqui, elas pediam o que já tem aqui, bordado em pedraria, bordado em roupa, pintura em tela, Né? Computação, culinária, crochê, corte e costura, curso de empregada doméstica, babá... Eles mesmos colocam isso".

No município E a escolha das atividades também se orienta pela sugestão das mulheres que participam:

"É feito um trabalho com elas, onde elas escolhem por alguns cursos, sabe? Porque não tem como chegar e "vamo dar curso de tal!" o docinho espelhado, não tem como... Vão aprender aqui, mas não vão dar continuidade, e o objetivo é gerar renda... Então a gente fez um dia no grupo lá, que elas sugeriram alguns cursos, foram por votação, e daí pra montar a agenda do ano que vem no Porto, eu já tenho rascunhado ali tudo o que elas pediram, porque daí já tenho que ver o material que eu vou pedir, pra eles pedir na licitação".

Se determinadas concepções como a divisão de trabalho de homens e mulheres baseadas em habilidades próprias do sexo, imperam entre as técnicas dos serviços ofertados, não são diferentes entre as usuárias dos serviços. A

construção social dos princípios que organizam o trabalho, a sociedade e a cultura da região se manifesta igualmente entre dois grupos aparentemente distintos, isso porque se distinguem quanto a função - técnicas e usuárias - mas se igualam quanto ao sexo, e neste sentido, podemos afirmar que a construção da subjetividade feminina, ao menos nesta análise, se faz de modo semelhante (IZQUIERDO, 2003).

As práticas sociais e o movimento do concreto que (re) significa o trabalho, também se orientam pelos símbolos culturais que identificam homens e mulheres. A partir daí, mulheres e homens constroem subjetividades e reproduzem os códigos que pertencem às subjetividades construídas, em todas as esferas da vida.

Na análise da participação das mulheres, as escolhas e posturas são canalizadas pelas subjetividades construídas, e indicam as crenças, preferências, modos de agir, alienados a essa construção ancorada nas relações sociais entre os sexos. Maria de Jesús Izquierdo (2003, p.3) conecta a divisão sexual do trabalho, enquanto base material para a reprodução das desigualdades entre os homens e mulheres, com a construção das subjetividades entre os sexos, indicando sua relação no processo de socialização:

Veremos que la división sexual del trabajo es un modo de producción y también un modo de socialización, de subjetivación que sigue pautas de género. La división sexual del trabajo construye la subjetividad femenina orientada al cuidado, a la conexión con los demás, a la disposición a satisfacer las necesidades ajenas. Esa disposición comporta que el otro, además de ser objeto de preocupación, sea instrumento de realización y de confirmación de la valía de la mujer. La organización sexista del trabajo construye también la subjetividad masculina que complementa la femenina. Hace al hombre y lo hace dispuesto a realizar sus objetivos, a eliminar obstáculos para conseguirlo, a movilizarse en la defensa de los más débiles.

Deste modo, não há nas iniciativas de geração de renda uma tensão ou conflito entre propostas das técnicas que gerem os projetos e as mulheres que participam, pois o conjunto de valores quanto a participação, o trabalho e a satisfação feminina encontram-se "planificadas", ou seja, àquilo que as mulheres desejam como atividade de geração de renda, também estão no consciente das técnicas, enquanto atividade apropriada para se ofertar para um público constituído por mulheres.

4.3.4 Dificuldades de Gestão da Geração de Renda e Dificuldades para a Permanência das Mulheres nos Projetos

A exploração das dificuldades que rondam os projetos caminhou em dois sentidos. Primeiro com relação às dificuldades que as técnicas encontram para a gestão dos projetos de geração de renda. Buscamos identificar quais são os limites que aparecem com a gestão dos projetos, e se, de alguma forma, eles são parecidos entre os municípios pesquisados. Em segundo lugar, perguntamos às técnicas o que elas identificavam enquanto dificuldades, trazidas pelas mulheres, para a permanência nos projetos, já que todas elas reclamaram em algum momento da evasão.

Para as dificuldades de gestão apareceram respostas variadas. Algumas relacionadas a falta de estrutura e incentivo do município, outras pela baixa participação das mulheres nos cursos. No município A, as dificuldades estão ligadas ao baixo investimento da gestão municipal nas iniciativas, tendo como único orçamento disponível os recursos vindos do governo federal.

Para a técnica do município B não existem grandes dificuldades quanto a gestão dos projetos de geração de renda, a não ser pelo fato dela ser a única responsável no projeto, além dos prazos estipulados pela empresa e que tem que ser cumpridos pelas mulheres, que demanda um trabalho intenso de coordenação por parte dela. Com relação a escassez de recursos humanos para a gestão dos projetos, os municípios D e F também indicaram como um problema, já que sobrecarrega um único profissional, que também é responsável pela execução de outros serviços dentro da Assistência Social.

No município D a grande dificuldade estava em tornar os cursos atraentes ao público. Embora haja um número considerável de mulheres que participam dos cursos, outra parte, ainda que sejam seduzidas para participarem, não o fazem, ainda que, na visão da técnica, sejam as mulheres que "mais precisam" dos tipos de cursos ofertados pelo município. O não interesse pelas atividades foi traduzido pelas técnicas como falta de vontade e medo de perderem o benefício do Programa Bolsa Família, sem que outras avaliações fossem realizadas, possibilitando a leitura de outros motivos, como por exemplo, a simples falta de interesse em se desempenhar estas atividades em específico.

Pode se tratar de um grupo de mulheres cujas atividades desenvolvidas não atraem sua atenção, mesmo que haja toda uma pressão por parte das técnicas para a necessidade da participação. Neste sentido a falta de interesse aparece na fala das técnicas de forma pejorativa e de condenação, como quem não entende o fato de serem mulheres pobres, que precisam de renda, e não aceitam uma oportunidade.

A rejeição, que poderia ser vista de forma natural, como a liberdade de escolher entre fazer ou não, aparece como uma recusa descabida, muitas vezes associada à suposta acomodação que o dinheiro, proveniente do programa de transferência de renda traz. Assim, ao mesmo tempo em que se reconhecem os limites dos projetos, também se faz uma supervalorização dos mesmos, acreditando que eles são alternativas justas para mulheres consideradas pobres, mesmo que esteja provado que não contribuem para a geração de renda.

Ainda que durante toda entrevista as técnicas tivessem a consciência a dificuldade dos projetos em atingir o seu objetivo, que é gerar renda, foi apenas nos municípios C e E, que essa dificuldade apareceu como parte da resposta à indagação sobre dificuldades para gestão dos projetos. Para a técnica do município C, o desestímulo está associado ao volume de trabalho que não é remunerado de acordo, como aparece no trecho do discurso:

"Até mesmo com relação a falta de incentivo por parte das empresas que elas trabalham... elas tem que trabalhar muito pra ganhar, é uma maquina... E a prefeitura tem que ajudar no custo, por que se dependesse delas pra pagar barracão, transporte, elas não iam conseguir".

A técnica do município C está consciente da dificuldade de geração de renda, ao menos renda suficiente, a partir dos projetos existentes no município, que só existem porque há intervenção da gestão municipal para o custeio dos meios de produção. No município E também aparece como dificuldade de geração de renda. A técnica do município E ressalta uma questão que já tinha sido identificada nas entrevistas dos outros municípios que é o trabalho na geração de renda como "terapia" para as mulheres, frente a incapacidade de geração de renda.

"Mas a maior dificuldade mesmo ta em fazer com que elas "tem" uma maior geração de renda mesmo, porque a gente sabe que é muito precário... A gente sabe que mesmo trabalhando em casa elas não tem hora, e vira até terapia mesmo, vicia, aí faz direto, dói tudo... Mas no fim do mês aí não consegue muito".

É perceptível mediante a análise dos dados coletados que a maior dificuldade em todos os municípios, tanto dos cursos de qualificação para geração de renda como nos projetos mais consolidados, é a geração de renda. O objetivo central destacado por todas elas para essas iniciativas é a geração de renda, e na execução dos projetos o que está aparecendo é a incapacidade de se conseguir que estas mulheres consigam gerar renda. A geração de renda não está atingindo o objetivo a que se propõe, portanto, este parece ser o maior limite que se apresenta aos projetos no formato que estão em funcionamento atualmente.

A possibilidade de gerar renda, fora dos padrões de assalariamento do emprego formal, não é uma condição certa. O próprio mercado é instável em termos de oferta e procura, assim como as chances para pequenos empreendedores é mais reduzida frente às empresas de grande porte, que tem maiores possibilidades de negociação e giro de capital. Aliado a essas questões existem outras, principalmente quando relacionado ao trabalho das mulheres.

O trabalho manual, assim como os produtos do trabalho doméstico não aparecem como bens mercantilizáveis, isso porque a lógica que define este tipo de trabalho passa por questões como o vínculo, afeto e pela "obrigação" familiar centrada na figura feminina. Neste sentido, os produtos gerados pelo trabalho manual e doméstico, em relação as mercadorias que se concretizam na esfera da produção, tem valores sociais diferentes. Afirmar a diferença destes valores permite que tenhamos em vista a dificuldade em mercantilizar algo que ainda aparece na esfera da produção, de forma gratuita. Este fator torna-se mais complexo, a medida que se avalia a estrutura das propostas de geração de renda.

A sustentação econômica dos produtos gerados, a partir da geração de renda dos municípios pesquisados, não é satisfatória, porque se trata de produtos que, embora tenha custo de produção acessível, não tem a mesma qualificação como de um produto que é considerado mercadoria. Equivale dizer o produto final, gerado a partir deste trabalho, não se valoriza no mercado, ainda que nele esteja empregada a força de trabalho para sua transformação.

Quando este tipo de trabalho é utilizado como tentativa de gerar renda, passa a sofrer diretamente as condições de mercado, que determinam um menor valor de troca, para um produto que, teoricamente, apresenta apenas valor de uso. Esse menor valor também é reproduzido na estrutura dos projetos, já que os mesmos, em comparação com as políticas de trabalho, voltadas para agricultura no caso dos municípios pesquisados, não estão organizados e não oferecem suporte técnico, de modo a contribuir para facilitar o processo desde a produção até sua comercialização. Portanto de um lado aparecem condições já presentes nas esferas social, econômica e cultural dos municípios que dificultam a circulação dos produtos gerados a partir das iniciativas para geração de renda, e de outro, não existe uma estrutura das gestões que gerenciam estas iniciativas, revertendo ou ao menos atenuando os princípios que orientam a menor valorização do trabalho das mulheres.

O que acontece é que se toma, como princípio, o trabalho manual e doméstico, como atividade exclusiva das mulheres, e se busca transformar este trabalho como meio de gerar produtos para troca, sem que se contemple os limites que interferem na valorização desses produtos. Assim os prejuízos são das mulheres que participam dessas iniciativas, sofrendo enquanto classe social, que está excluída dos meios de produção, e como gênero, cujo o trabalho não se realiza na sua totalidade, restringindo-se a um conjunto específico de atividades determinadas, que pouco podem contribuir para a geração de renda, mediante as condições apresentadas.

O segundo aspecto levantado, das dificuldades relativas aos projetos, foi referente ao que as mulheres traziam, que, de alguma forma, influenciavam na sua não permanência nos projetos. As respostas das entrevistadas denotaram alguns aspectos, e mais uma vez apareceu a questão da dificuldade em se gerar renda.

Nos municípios C e B a dificuldade em se gerar renda suficiente para suprir as necessidades básicas apareceu como dificuldade para permanência das mulheres nos projetos. No município B, embora a técnica não tenha sido clara quanto a resposta, a geração de renda apareceu no final, quando ela relata sobre o conselho que ela dá as mulheres que participam dos projetos:

"Não tem dificuldade, os produtos já são vendidos... olha, por exemplo, o último pagamento foi dia 18, amanhã já tem outro... se, por exemplo, chove muito e não entrega tapete, por que nós temos a cota, a firma manda... as vezes temos pessoas que demora para entregar, aí hoje, na estrutura que a gente ta... Arrumou serviço, vai trabalhar, mas se você arrumou uma coisa que ganha dinheiro, vai e busca, o tapete é uma opção, se não tiver nada o que fazer, faça o tapete, mas se tiver, vai trabalhar"

A técnica apresenta o projeto do barbante como uma "opção", e não como um trabalho, e se há um incentivo para buscar outro "serviço" é porque existe a consciência da insuficiência da geração de renda no molde como está. A questão da "opção" também é muito questionável quando se observa a estrutura do mercado de trabalho no município, já que há deficiência de empregos. Portanto não se trata de uma "opção" mas sim da *única* opção.

No município C aparece de forma mais clara a dificuldade relacionada a precária geração de renda, assim como mostra o trecho extraído da entrevista com a técnica responsável:

"Elas já trouxeram em relação, principalmente, a renda, né? Trabalho que não é valorizado, a renda que é muito pouca, só um complemento mesmo, né? Até mesmo o poder publico, nós... É ainda uma falha nossa, de ta incentivando"

As principais dificuldades de participação das mulheres no município D, tal como foi relatado pela técnica, aparecem em vários sentidos:

"Então, de uma em particular eu já ouvi dela, quando eu coloquei que ela poderia estar fazendo crochê e talvez vendendo... e ela falou que não tem dinheiro nem pra comprar comida, como ia ter dinheiro pra comprar barbante? Eu até fiquei quieta... E tem aquelas que têm sempre alguma desculpa... "ah, não tenho com quem deixar meu filho", sabe? Então essa é outra dificuldade que a gente encontra. Também tem a questão de não ter um espaço pra essas crianças... Algumas têm que trabalhar, porque mesmo que seja por dia, é uma renda. Elas têm que trabalhar".

A primeira situação refere-se ao grau de vulnerabilidade das pessoas que participam dos cursos. Quando se propõe ações que pressupõe que se estabeleçam regras de empreendedorismo e autogestão, há que se pensar, primeiramente, nas condições em que este projeto pode começar. Um dos grandes problemas para que estas iniciativas dêem certo, é falta de capital para iniciar o possível empreendimento. Sem capital para começar a produzir, torna-se inviável se

pensar em geração de renda. Ainda quando conseguem produzir, é em numero reduzido, tornando mais caro o produto, o que dificulta a sua comercialização, além do que, os ganhos e valores auferidos tornam-se insuficientes. Ganhos insuficientes fazem com que, ou todo o dinheiro seja gasto com consumo, ou seja utilizado para compras de matérias primas, o que não garante que da próxima vez se tenha lucro também, em razão das condições de produção.

Outra situação que aparece em todos os municípios entrevistados é com relação a dificuldade das mulheres em se desobrigar da vida doméstica para dedicação a uma atividade fora do espaço da casa. O fato de terem que se deslocar até o CRAS para fazerem o curso pode ser um fator impeditivo, na medida em que não existem outras estratégias que auxiliem essas mulheres com os cuidados, como por exemplo, uma estrutura de educação infantil, próximo as suas casas, que lhes permitam ter maior transitoriedade.

4.3.5 Planejamento e Execução da Geração de Renda: As Expectativas e a Satisfação das Mulheres

O processo de planejamento, execução e avaliação dos projetos de geração de renda foi algo que fez parte da investigação para a pesquisa. Através desse aspecto as questões foram se dividindo em relação aos instrumentos utilizados para planejamento e avaliação, o apoio técnico/ operacional do estado e do governo federal para o desenvolvimento das iniciativas, a comercialização dos produtos gerados, e as expectativas iniciais e a satisfação das mulheres quanto às atividades desempenhadas.

A primeira consideração é que nos seis municípios entrevistados não tinha nenhum projeto ou registro documental que caracterizasse os cursos e projetos, que tivessem objetivos estabelecidos, metas entre outras ferramentas para sistematização das iniciativas. Tampouco foram realizados nos municípios estudos de viabilidade econômica capazes de orientar gestores na escolha de cursos e projetos que gerassem produtos com potencial de comercialização na cidade e na região. A única certeza que se tinha é que o objetivo, ao menos de inicio, era a geração de renda.

Neste sentido, não há instrumentos de avaliação que corroborem com o trabalho das técnicas. Dos seis municípios, apenas o município A e o município E confirmam que possuem um instrumento de avaliação:

"Da cooperativa eu não tenho conhecimento, mas dos cursos do CRAS, na política foi elaborado um plano de avaliação e monitoramento que é utilizado com os usuários do CRAS... Tem lá a caixinha de sugestões, eles qualificam o que está bom, o que não está bom, o que deve mudar sugestões, reclamações, então isso acontece" (Técnica do município A).

"[...] a gente usa tipo questionário... Agora esses últimos cursos em parceria com o SESC têm vindo a fichinha de avaliação deles. Através da avaliação, por exemplo, agente soube que do curso da balinha de banana o povo não gostou muito... aí a gente senta e muda"(Técnica do município E).

No Município E, em outro questionamento, a técnica afirma que fica sabendo se os cursos atingiram o objetivo ou não através da conversa com as usuárias, que, por também serem usuárias do CRAS, relatam sobre o desenvolvimento do trabalho após a saída do curso:

"É as mesmas que participam do CRAS. Elas freqüentam o CRAS e daí a gente já fica sabendo... Aí vem "ah, eu to fazendo chinelo, to vendendo" "ah, to fazendo isso..." Então é assim".

Ainda que sejam instrumentos pouco técnicos para avaliação, já que não se baseiam em indicadores e índices de metas e objetivos alcançados, o município A e o município E foram os únicos a apresentarem alguma estratégia para avaliar o funcionamento dos grupos. Nos demais municípios a avaliação é realizada através da observação ou da conversa informal com os usuários, como relata a técnica do município B:

"O dia a dia a gente vê como ta funcionando... O projeto... a gente precisaria que uma pessoa de fora chegasse aqui pra ver o que precisa, né? Por que por tudo que a gente passou, pra implantar o projeto e pra manter funcionando".

A observação assistemática não consegue indicar, com precisão, as dificuldades, limites e possibilidades dos projetos, pois muito do envolvimento emocional pode interferir na identificação dos problemas e a tradução de possíveis soluções, necessárias para o redirecionamento dos projetos.

Quanto à comercialização dos produtos gerados nos cursos²⁸, também não existe um acompanhamento sistematizado por parte dos seis municípios entrevistados, para saber se estão sendo comercializados, quantas mulheres estão conseguindo comercializar após a saída dos cursos, e se os produtos tem fácil comercialização no mercado local. No município E, a técnica acaba culpabilizando as mulheres por não estarem comercializando os produtos gerados, já que ela acredita que tem uma fácil "saída" no mercado local:

"Elas já falaram que elas querem aprender pra ta vendendo... Mas tem umas que fazem um monte de cursos e não sai da zona de conforto, fica naquela comodidade! Enquanto tem algumas que fazem e vendem, tem as que só fazem os cursos".

Na verdade, o fato de não acompanhar o processo de produção e comercialização, mesmo quando as mulheres terminam os cursos mascaram as razões que dificultam ou as impedem de comercializar os produtos gerados. Neste sentido o processo de comercialização acontece na esfera individual, ou seja, cada um se torna responsável por sua produção, e a gestão dos cursos para geração de renda, não se compromete com esse acompanhamento e a possível identificação das falhas que aparecem.

Em poucas situações, como no município E, esporadicamente são realizadas feiras, nas quais são expostos o trabalho das mulheres, tornando-se um espaço, fomentado pelas secretarias e departamentos de Assistência Social, para comercialização dos produtos gerados pelas mulheres. Entretanto, nos três municípios onde acontecem os cursos para geração de renda, a comercialização dos produtos apresenta barreiras.

Como os municípios são pequenos e o poder aquisitivo da população é relativamente baixo, itens como artesanato mais elaborado, que tendem a ser mais supérfluos e mais caros, tem pouca comercialização, ao contrário de itens de alimentação, que tem um valor menor e o fluxo de comércio é maior. Estas afirmações aparecem nos trechos da entrevista com a técnica do município A e do município D:

²⁸ A análise da comercialização refere-se somente aos cursos porque tanto nos projetos do barbante como nas cooperativas, não há comercialização, e sim uma relação de trabalho, como já elucidado anteriormente.

"Olha, tudo que é alimento é de fácil comercialização, porque eles vão até o local propriamente dito que podem vender, aqui na prefeitura... E são espertas o suficiente para saber que tá todo mundo com fome as 3 horas da tarde... Agora, esse do bambu, eu acredito que ainda nós vamos ter bastante resistência. Agora o artesanato, caminho de mesa de crochê, elas conseguem uma boa aceitação, elas vendem bem, tem uma adesão, assim, a população gosta" (Município A).

"Na verdade a gente ainda não tem esse levantamento, devido ao tempo que tá funcionando os cursos. Do encerramento do curso ontem, de 21, 4 vieram relatar que estavam começando a produzir pra vender, mas a gente ainda não tem isso sistematizado. Alguns produtos como o bombom são até fáceis de serem comercializados, devido o valor, tem um pequeno valor... Mas realmente a gente ainda não tem esse conhecimento"(Município D).

No caso dos produtos de trabalhos manuais, a dificuldade também está relacionada quanto ao custo de produção. Além de não conseguirem produção em escala, visto que não possuem capital suficiente para isso, o custo da produção não é acessível para muitas delas, e quando repassado para o produto, encarecem o preço final, inviabilizando o comércio numa estrutura de mercado como dos municípios pesquisados.

Outro limite aparece para a comercialização quando se trata de concorrência. O número de mulheres varia conforme os cursos, mas supondo que 20 mulheres terminem um curso de crochê, serão 20 mulheres produzindo. Em uma cidade com população menor que 5.000 habitantes, induz a pensarmos que, dificilmente, o trabalho de 20 mulheres será comprado pelos moradores do município.

Um dos pressupostos da proposta de geração de renda, principalmente na esfera federal, é que a partir destas iniciativas, as mulheres que participam consigam gerar renda suficiente para garantir a conquista de autonomia econômica.

A concepção referente a autonomia econômica foi investigada junto as técnicas dos municípios, para compreender o que elas julgavam importante enquanto renda para as mulheres que participam dos cursos e projetos. Nos municípios E, D e F, a concepção de autonomia econômica é a que mais se aproxima do conceito, e caracteriza a importância da renda auferida através do trabalho como meio para se garantir sobrevivência.

"É a possibilidade de se manterem. Que nem o Bolsa Família? Se a gente não desconstruir a mentalidade deles através de cursos eficazes eles tenham essa autonomia... Pra que eles possam obter a renda, ter sustento deles. E tem que fazer essa desconstrução pra que eles possam conseguir superar... Ter a autonomia deles seja pela geração de renda, ou pelo mercado de trabalho, mas que eles consigam isso" (Técnica do município F).

Já nos municípios A, B e C as concepções aparecem de outra forma, geralmente vinculadas a possibilidade das mulheres de consumir. Equivale dizer que a perspectiva de autonomia econômica nesses municípios se orienta não pela renda em si, mas como qualquer volume de renda facilita a compra de itens de consumo.

"Autonomia econômica, voltada para esse público ta na questão dela poder comprar o que quer, dela poder usufruir do dinheiro da forma que ela acha conveniente, de poder escolher, de não depender do marido para poder comprar uma peça íntima que ela queira, comprar as coisas para os filhos a hora que ela quer, e tudo vinculado a isso, escolher, a liberdade de escolha".

A tradução desta realidade influi na concepção de trabalho e renda das técnicas. Pouco se ouviu a palavra "trabalho" quando se referiam ao trabalho das mulheres nos projetos de geração de renda. Sendo substituída pela palavra "atividade". A renda é considerada complementar, até mesmo quando identificam como importante para a manutenção da família, quando, por exemplo, não é época de colheita e os homens da casa ficam sem renda. Trabalho e renda aparecem como apêndices, auxiliares de uma estrutura, na qual as mulheres também aparecem à margem.

A renda da mulher, mesmo quando é considerada importante, ela não sugere centralidade, ou importância da sobrevivência, é uma renda complementar, utilizada para o consumo próprio e da família, citando itens que não são considerados importantes para a racionalidade da sobrevivência. Como sustenta Izquierdo (2003, p.14)

En coherencia con ese modelo de organización social, el salario del hombre se considera el principal en el sostenimiento de la familia, y si trabajan la mujer y los hijos, su actividad es considerada complementaria.

A organização social de que trata é a sociedade capitalista que aponta a tarefa dos cuidados como um papel feminino, e a tarefa de provedor aos homens, cria esferas distintas que mesmo ao se modificarem, como por exemplo, quando o trabalho da mulher é remunerado, e é a maior renda da casa, mantém a figura de provedor centrada no homem, transformando a remuneração feminina em algo complementar.

Se, deste modo, a renda é percebida como complementar e não principal ou pelo menos necessária, então que importância terá a renda enquanto objetivo em um projeto que se destina a geração de renda? Assim, a centralidade no trabalho também é colocada em xeque, já que valores como a convivência, atividade em detrimento da valorização do trabalho e o trabalho e renda como apêndice do trabalho masculino.

É importante lembrar que ser assalariado não é uma condição óbvia para a conquista da autonomia, e tampouco dizer que o trabalho só se realize através do salário. A autonomia feminina, nestes casos, depende muito mais do que a remuneração pelo trabalho desempenhado. Depende de significativas transformações que alterem as relações de gênero e que impactem na sua condição de classe. No entanto, o que aqui desenvolvemos, é que as iniciativas de geração de renda se propõem a criar condições, através do trabalho, para que mulheres pobres consigam gerar renda suficiente para sua autonomia econômica, sem que se mexa nos elementos estruturantes que dificultam ou impedem que se obtenha renda a partir do trabalho que é desempenhado nestas iniciativas.

A percepção de autonomia econômica pelas técnicas dos municípios pesquisados, não se refere só a uma concepção, mas a forma como elas conduzem os projetos quando não atingem o objetivo que é promover a geração de renda. E é neste sentido que se estruturam as expectativas e o tipo de satisfação que as mulheres desenvolvem ao participar das iniciativas de geração de renda. Tanto as expectativas como a satisfação das mulheres, nesta pesquisa, parte do olhar das técnicas e como elas enxergam essa relação no interior das iniciativas de geração de renda.

Quanto às expectativas, elas não foram homogêneas para todos os municípios. Nos municípios A, E e C, as expectativas identificadas pelas técnicas está relacionada com a possibilidade de geração de renda, a de garantirem meios

para da própria manutenção e da família, assim como aparece no trecho extraído da entrevista com a técnica do município A:

"Olha, nos cursos é procurar uma ascensão no mercado de trabalho, ter mais capacitação, aprender mais atividades, e a cooperativa já tá voltada para a independência financeira e econômica, querem ter uma independência completamente superior daquela que a gente pode esperar, mesmo que seja duzentos reais, elas acham que vai fazer diferença na vida delas, e faz realmente, se você for ver não só do ponto de vista econômico quanto da questão da autonomia, que a gente tanto fala".

No município F, a geração de renda aparece como uma expectativa, mas há uma divisão conforme o projeto. No projeto do barbante, a técnica relata que a geração de renda não é central, e as mulheres entram no projeto mais pela aprendizagem e a convivência. Já na cooperativa de reciclagem, o foco é a renda e a necessidade de se garantir o sustento da família.

"Do crochê tem diferença. Elas entram querendo mais fazer uma coisa diferente, melhorar o pessoal delas, mais do que renda. Agora das recicladoras, eu tive duas ou três reuniões com elas, e eu acredito que é mais pra garantir a subsistência da família mesmo, manter a casa... precisam pra viver".

Já nos municípios B e D, as expectativas, de acordo com as técnicas, giram mais em torno da socialização, da convivência social, do que, de fato, com a geração de renda.

"Não é de renda num primeiro momento, é aquela expectativa de aprender alguma coisa... No começo do curso a gente fez aquela dinâmica dos pés, aí a gente pediu pra elas desenhar os pés, e dentro desse pé elas colocarem como seria a partir daquele momento, e acho que teve uma que escreveu lá que pretendia gerar renda. As outras era mais assim, aprender algo novo... Outra queria sair da depressão... então é assim".

Nos seis municípios pesquisados, aparece de alguma forma a satisfação relacionada com a convivência. Exceto no município C, que deixa claro que as mulheres não estão satisfeitas, em virtude da renda recebida, tanto no projeto como na cooperativa de costura.

"Não. Às vezes pela falta, em relação a renda, elas não são realizadas. No crochê, elas fazem aquele jogo e ganham só aquilo. É uma renda, um complemento, mas você sabe que elas não são realizadas. Se você chegar na costura ou no crochê, e perguntar pra elas se elas gostariam de estar trabalhando num emprego formal? É claro que elas gostariam... mas tem que conseguir renda de algum jeito, né?"

No município C fica evidente que a opção por participar das iniciativas de geração de renda se deve ao fato de não haver outra alternativa no município que empregue a força de trabalho excedente, e não pela satisfação pessoal administrada pela convivência e socialização oferecidas pelos projetos.

Já nos demais municípios, principalmente àqueles que tinham como objetivo a geração de renda, a satisfação pela convivência das mulheres tornam-se referências para justificar o fato de não terem atingido o objetivo de gerar renda. Neste sentido os valores relativos a socialização ganham um enfoque maior, e continuam garantindo a ideia de que a iniciativa não foi um total fracasso.

"É mais a satisfação convívio mesmo, estarem inseridas socialmente, de receberem um elogio e saber que foi elas que fizeram... Em casa pode ser que elas não sejam valorizadas e aqui elas tem esse momento".

Os projetos não conseguem atingir o seu objetivo de proporcionar geração de renda, pelo menos não suficiente para conferir independência às mulheres que participam de tais iniciativas, e assim outros objetivos começam a surgir no horizonte das técnicas para justificar ou ao menos reconhecer uma possibilidade nos projetos, como, por exemplo, a satisfação pessoal das mulheres.

O trabalho doméstico e os valores de uso que dele decorrem não são remunerados, mas seu valor aparece no reconhecimento, e este reconhecimento passa a ser o termômetro do nível de satisfação pessoal das mulheres. Izquierdo (2003) desenvolve este quadro ao afirmar que os cuidados e o trabalho doméstico, por serem tarefas repetitivas, podem não mais ser visíveis por aqueles que se beneficiam de tais cuidados, e isso vai diminuindo a satisfação pessoal das mulheres que tem como único meio de aprovação o reconhecimento do seu trabalho.

Al ocupar la posición femenina en la división del trabajo se configura una subjetividad para la cual ser aceptada y valorada por las actividades que se realizan es cuestión de primordial importancia. La mujer obtiene satisfacción principalmente de ser querida y valorada y sólo es capaz de valorarse en la medida en que se siente valorada. Conectada con el otro, receptiva a sus necesidades, relacionando su valor social con la capacidad de cuidar de los demás, tiene dificultades para enfrentar los conflictos, las oposiciones de intereses, los desencuentros, como lo tiene también para reconocer el valor de lo que hace (IZQUIERDO, 2003, p.8)

Neste sentido, quando começam a produzir, tanto nos cursos, como nos projetos, as técnicas criam estratégias como exposições, ou quando terminam os cursos, recebem diplomas, enfim, criam-se espaços em que este reconhecimento do trabalho fica mais nítido para as mulheres, e com isso aumenta a auto-estima e o nível de satisfação com o trabalho desempenhado.

Desta forma não é criado um conflito, ou não é demonstrado insatisfação das mulheres, pelo tipo das atividades que são propostas, que são atividades rotineiras, nem pelo fato de não se conseguir gerar renda, isso porque elas atingem aquilo que acreditam ser o valor máximo do seu trabalho, o reconhecimento por parte das técnicas dos projetos.

O indicador apoiado na satisfação das mulheres aparece em todas as falas, de modos diferentes, mas todas buscam indicar que existe um sucesso neste formato de geração de renda. Trata-se de uma valorização imensa da auto-estima das mulheres que participam, que embora seja importante, está marcada pelo lugar social que elas ocupam, como indica Cássia Carloto e Silvana Mariano (2008, p.38-59) ao analisarem as experiências com as usuárias de programas de transferência de renda:

A questão da auto-estima torna-se um indicador sempre muito valorizado, sobretudo por parte das gestoras e executoras dos programas de transferência condicionada de renda. Mas é preciso tomar cuidado, pois estamos lidando com mulheres que por sua condição de gênero e classe articulado à raça/etnia, têm uma percepção de si muito marcada pela subalternidade, e sem espaços de sociabilidade e fala. Por isso, quando é proporcionado a elas um espaço de fala e convivência fora do âmbito doméstico-familiar, este realmente se torna muito significativo e potencializador, o que não pode ser desvalorizado, mas também não deve ser superestimado, como se fosse o grande impulsionador de mudanças estratégicas na vida dessas mulheres.

A satisfação pessoal das mulheres como valor central nos projetos, cooperativas e cursos de geração mascaram as deficiências dessas iniciativas para atingir a geração de renda. Por outro lado, se a crença na autonomia econômica circula pela esfera do consumo e a renda das mulheres como complementares às rendas dos provedores, a geração de renda, de fato, não terá o mesmo status que a autoestima, uma vez que as importâncias atribuídas a ambos se dão de forma qualitativamente diferentes.

Deste modo as concepções que orientam o planejamento e execução do trabalho nas iniciativas de geração de renda incidem no trabalho das mulheres, reforçando a divisão sexual do trabalho, e reafirmando os valores que mantêm a assimetria de poder entre homens e mulheres.

A execução da geração de renda na esfera dos municípios pesquisados, ou pelo menos a forma como ele tem se cristalizado, dificulta ou até mesmo impede que se enxergue a geração de renda como uma via possível de garantia de sobrevivência. Se a geração de renda em todas as esferas representa a decadência do trabalho assalariado, que é tido como meta mas que não se alcança em virtude da estrutura político econômica, na esfera local se quer consegue alcançar a função de alternativa ao trabalho assalariado, estacionando-se na figura da "auto-ajuda" ou da "terapia ocupacional".

Já que o público prioritário são as mulheres, então são essas que mais sofrerão com as conseqüências de uma gestão duvidosa da geração de renda, principalmente porque, são elas, que historicamente, sofrem com a assimetria de poder entre os sexos, materializados pelo trabalho. Se a pergunta é se a geração de renda contribui para a ruptura com a divisão sexual do trabalho, então a resposta é nos moldes como é executada na esfera local, não. Ela não é capaz de superar os valores que fazem com que o trabalho dos homens tenha maior prestígio e valor social do que o trabalho das mulheres, pois a simbologia e as práticas sociais, que subjugam a cidadania das mulheres, transitam com muita naturalidade na gestão dos projetos de geração de renda.

E se não conseguem alterar relações de poder, tampouco tem sucesso na superação da condição de pobreza das mulheres, porque a pobreza não se refere somente à condição de classe reproduzida dentro do modo de produção capitalista, mas também à condição de gênero, que sinaliza que o trabalho da mulher pode ser atividade e que ao invés de renda para manutenção das suas

necessidades e de sua família, ela pode ter um complemento para o consumo, sem que se tenha em vista o seu desenvolvimento enquanto trabalhadora.

No GTR (2008) a prerrogativa é que o auto-emprego, produto do projeto de geração de renda, seja temporário, e que sirva como um "estágio" para a qualificação do trabalhador (a) para que se possa ir "além". No entanto, como pode se pensar em termos de qualificação para o mercado de trabalho, se persiste os signos que as mantêm justamente fora do mercado? Se o problema é a escolaridade, ela permanece baixa mesmo depois da inserção no projeto, se o problema é qualificação profissional, ela continua inexistente, visto que (re) aprender o trabalho doméstico não oferece condições concretas para, ao menos, ser uma empregada assalariada com garantias proteção, já que o mesmo é invisível ao capitalismo, embora lhe sirva para sua manutenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho é a condição ímpar para se constituir enquanto ser social. Na sociedade capitalista, a força de trabalho é o mote para o salário, que se traduz na necessidade de sobrevivência da classe de trabalhadores e trabalhadoras. Deste modo, esteja o trabalho na sua essência, como uma troca do homem com a natureza, esteja o trabalho subsumido ao capital, como Marx (1985) define, o trabalho é, em todos os tempos e em todas as sociedades, central para o desenvolvimento do ser humano.

Entender a centralidade do trabalho requer que também que se entenda como ele se constrói como prática social para homens e mulheres. Trata-se de colocar o trabalho como prática sexuada, e desta forma apontar que as diferenças, que ao serem construídas socialmente também construíram desigualdades entre os gêneros. A reafirmação de que a divisão sexual do trabalho manifesta as condições concretas que separam e hierarquizam o trabalho de homens e mulheres, no dizer de Kergoat (2003), não está descolada da condição de classe. Relações de gênero existem em constante diálogo com as relações sociais, o que permite dizermos que uma é capaz de estruturar a outra, criando uma realidade complexa de desigualdades.

As transformações no modo de produção capitalista, ocorridas com o processo de reestruturação produtiva, não só tiveram impacto em toda a estrutura do mundo do trabalho, como tiveram sérias implicações para as configurações da divisão sexual do trabalho. O trabalho feminino foi segregado, a medida que foi pressionado pelo próprio trabalho masculino, que passou a concorrer em espaços que tradicionalmente eram ocupados por mulheres.

Trabalhos informais, precarizados e instáveis passaram cada vez mais a ter a presença das mulheres, obviamente não de todas as mulheres, mas principalmente de um grupo marcado pela sua condição de gênero, raça, etnia e classe. Esta situação aliada ao aumento da mulher como referencia na família, fragilizaram ainda mais esta classe de mulheres, tornando-as elegíveis as políticas públicas, principalmente àquelas com vistas a incidir sobre o trabalho. Entretanto não se referiu as políticas de trabalho e emprego, fomentadas por políticas ativas de geração de empregos, ou políticas de qualificação para inserção no mercado de trabalho. Se tratou do fomento de iniciativas de geração de renda, com intuito de ora

qualificar, ora incentivar mulheres para a construção de empreendimentos autogestionários, alternativos a dificuldade ou impossibilidade de reinserção no mercado de trabalho.

A compreensão desta trajetória histórica, que por muitas vezes ameaçou o trabalho das mulheres, é um dos pressupostos para se entender o objetivo da pesquisa realizada. O trabalho desempenhado pelas mulheres, de alguma forma, sempre se deu em condição, ou teve como referencia, o trabalho doméstico, ofertado gratuitamente para a família. Trabalho este não contabilizado pelo tempo, tampouco assalariado, porque a referencia é o mito construído do amor materno e conjugal, por isso livre de ser imputado pela lógica capitalista, ainda que o mesmo sistema se beneficie deste trabalho, como elucida Carrasco (2005).

Neste sentido, ao observarmos nos seis municípios o padrão das atividades ofertadas, podemos inferir duas questões. A primeira é que os trabalhos propostos nos projetos de geração de renda são semelhantes em todos os lugares pesquisados. Todos são manuais, repetitivos e lineares, assim como o próprio trabalho doméstico realizado cotidianamente pelas mulheres que participam dos projetos. A segunda questão é que se espera a partir deste trabalho é que gere renda.

Como pode ser analisado, a renda aparece em alguma medida para as mulheres, embora não consiga, na maioria dos casos, atingir um salário mínimo. A geração de renda nesses municípios, ou atinge um valor muito abaixo do necessário para sobrevivência, ou nenhum, como no caso de alguns cursos de qualificação para geração de renda. Nos cursos em especial, é difícil saber se há geração de renda ou não, em razão da ausência de instrumentos de monitoramento e avaliação que consigam acompanhar as mulheres quando elas saem dos cursos. Contudo, com o que as técnicas apontaram a partir das entrevistas, a geração de renda nos cursos parece não ser o horizonte.

Acabam se tornando espaços de convivência, de satisfação pelo reconhecimento do trabalho produzido, ou conhecimentos novos, identificados como interessantes para serem feitos para a família. Neste sentido é importante lembrar que há dificuldade notória em transformar o trabalho manual em mercadoria, por um lado porque se trata de um trabalho que faz parte do cotidiano, e provavelmente a ideia de comercializá-lo não esteja assimilado pelas mulheres. Por outro lado, e acreditamos que seja a dificuldade maior, se refere ao fato delas não receberem

outras informações que as auxiliem a incorporar a ideia de troca, como técnicas de produção e comércio, ou a promoção de espaços próprios para a comercialização, como feiras municipais.

Nos projetos do barbante e nas cooperativas de costura e reciclagem, a situação é mais grave. Os valores e ganhos auferidos pelas mulheres independem desta busca pelo comércio local, pois estão atreladas a empresas que fazem o pagamento direto. Todavia a relação de trabalho que se estabelece entre as mulheres e as empresas reflete toda precariedade da informalidade. Trata-se da exploração máxima da força de trabalho das mulheres, sem que se estabeleça qualquer relação empregatícia. As mulheres do projeto do barbante, por exemplo, trabalham em casa, e podem destinar horas para aquele trabalho, sem que de alguma forma sejam remuneradas pelo mesmo.

Este fator comprova o que dizíamos sobre a situação de trabalho das mulheres pobres na conjuntura de alteração do padrão de acumulação capitalista, que foram segregadas em espaços de trabalho alternativos, sem de fato perder a relação com os meios de produção, no entanto em condições tão mais degradantes que o trabalho dentro das próprias indústrias. Deste modo, a geração de renda, ainda que aconteça em alguma medida, não exclui o fato de que o trabalho das mulheres se projeta em condições de precariedade, na qual a renda auferida é instável, não conseguindo, na maioria dos casos, atingir um estágio sólido de autonomia econômica.

A geração de renda não produz impacto, no que se refere a autonomia econômica das mulheres, neste sentido, o que percebemos é que ela também não tem centralidade para as técnicas que operacionalizam os projetos. Isso fica evidente quando apareceram afirmações que indicavam a importância da satisfação pessoal, em detrimento da deficiente geração de renda, ou quando se reforçava o caráter complementar da renda das mulheres, indicando a importância do consumo. Em uma sociedade de circulação de mercadorias, cuja realização acontece através do consumo, obviamente consumir é uma das faces de se ter autonomia, mas não a única. O processo de autonomia econômica sugere outras questões, reconhecimento, autonomia pessoal, liberdade, questões que não são avaliadas ou observadas pelas técnicas entrevistadas. Portanto o consumo não pode balizar as expectativas de que as mulheres estejam alcançando esta autonomia através deste trabalho.

As dificuldades que se colocam na produção, comercialização e geração de renda, a partir do trabalho desenvolvido nos projetos indicam que, entre outras razões, como a falta de estrutura de mercado consumidor, o formato dos projetos de geração de renda não conseguem contemplar o objetivo a que se propõe, porque ignoram ou desconhecem as clivagens de gênero que incidem sobre o trabalho de homens e mulheres.

Não existem políticas de trabalho e emprego nos municípios pesquisados. O que existem são incentivos à agricultura, e mesmo assim não aparecem de modo linear, já que nem todos os produtores rurais são beneficiados. Mesmo assim, o que observamos durante o processo de pesquisa, é que, sendo os projetos de geração de renda, as únicas alternativas nas cidades, frente a escassez de empregos no campo, quem participa dos projetos são as mulheres.

O que queremos apontar, é que se o desemprego, fosse igual para ambos os sexos, então existiria projetos que abarcaria homens e mulheres. Então, porque só as mulheres participam? Este dado pode indicar, que os homens, embora também estejam em trabalhos intermitentes e desregulamentados, tenham maior estabilidade que as mulheres. No campo, como a maioria são homens que trabalham, há um contingente de mulheres que não estão ocupadas.

Há que se lembrar também que a estrutura patriarcal destes municípios ainda é muito rígida, e a assistência social é um espaço que é tido como feminino, neste caso dificultaria ou impediria que os homens desocupados procurassem os projetos de geração de renda. Contudo é sabido que, de fato, o campo, nesses municípios, aparece como trabalho desempenhado por homens, fazendo com que para as mulheres sobre como opção a inserção nos projetos de geração de renda.

Afirmamos que os projetos de geração de renda, na forma como estão organizados, reforçam a divisão sexual do trabalho, na medida em que reafirmam, ainda que não seja proposital, que tipo de trabalho pode ser desempenhado por mulheres. As técnicas compartilham dos mesmos valores vinculados as relações de gênero que as usuárias. Compartilham subjetividades, valores e práticas que difundem os elementos que estruturam a divisão sexual do trabalho. A partir das concepções que têm do que é "ser mulher" organizam os projetos e avaliam o seu funcionamento, por isso pressupõem outros valores, que embora sejam importantes, desviam da concepção original das iniciativas.

Por fim é importante ressaltar que, se por um lado, nas gestões locais existem equívocos quando se trata de trabalho com enfoque nas relações de gênero, tendo muito que se caminhar, em termos de construção de políticas que incorporem a discussão de gênero, também se faz importante repensar o direcionamento da política na esfera em que ela problematizada, uma vez que tratar de qualificação de mulheres pobres para o trabalho não passa só pelo ensino de tarefas fáceis ou trabalhos manuais, como foi apontado pelo GTR (2008), mas passa, principalmente, pela capacidade de instrumentalizá-las através da educação e qualificação profissional, para que, de fato, se alcance a autonomia e se consiga estabelecer rumos para a conquista da igualdade entre os gêneros.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. P.; SORJ, B. **Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas: Uma revisão da literatura**. In: ABREU, A.P; SORJ, B. **O trabalho invisível: Estudos sobre trabalhadores à domicílio no Brasil**. Rio Fundo: Rio de Janeiro, 1993.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BANDEIRA, L. **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. In: CEPAL/SPM. Brasília: SPM, 2005.
- BARBOSA, R. N. C. Economia solidária: estratégias de governo nno contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (Orgs). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.
- _____. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **Trabalho informal e políticas públicas para geração de renda**. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO. Recife, 2007.
- BEHRING, E. **Acumulação capitalista, fundo público e política social**. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S. M.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). **Política social no capitalismo: Tendências contemporâneas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. **Guia de geração de trabalho e renda: Nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de renda**. Brasília: Fundação banco do Brasil; São Paulo - SP: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2008
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.
- BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- BULHÕES, M, G, P. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador -PLANFOR: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.4, oct./dec. 2004.
- CAMPOS. E. M. **Mercado formal de trabalho paranaense, segundo gênero - série histórica 2003 - 2005**. Curitiba/PR: UNIBRASIL, 2010.

CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. O sujeito feminino no Programa Bolsa Família: algumas interpelações teórico-políticas. SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENFOQUES FEMINISTAS E O SÉCULO XXI, 2., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG. 2008.

CARRASCO, C. **A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?** In: **A produção do Viver: ensaios de economia feminista**. NALU, F.; NOBRE, M. (Orgs). São Paulo: SOF, 2003.

_____. Introdução: para uma economia feminista. **Revista Proposta**, Fase, v. 28/29, n. 103/104, dez. 2004 a mar.2005.

CASTRO, M. G. "**Feminização da pobreza**" em cenário neoliberal. In: I Conferência Estadual da Mulher - Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher, 1999.

COHN, A. Políticas sociais e pobreza no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, jun./dez. 2005.

CORTES, L. C. **Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do estado no Brasil**. UEPG. São Paulo: Cortez, 2006.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. **Revista Lua Nova: Cultura e Política**, São Paulo, n. 24, 1991.

FARAH, M.F.S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360, jan./abr. 2004.

GODINHO, T. Construir a igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (orgs). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: coordenadoria especial da mulher, 2004. 188p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 18.ed. São Paulo: Editora Loyola, 2009.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez, 2007.

_____. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n.1/94, p.93 – 99, 1994.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. O conceito de trabalho. In: EMÍLIO, M.; GODINHO, T.; NOBRE, M.; TEIXEIRA, M. (Orgs). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3).

IPARDES. **Cadernos municipais. (municípios do Vale do Ivaí)**. Curitiba, 2011. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>.

IZQUIERDO, M. J. **Del sexismo y la mercantilización del cuidado a su socialización: Hacia una política democrática del cuidado**. In: "Cuidar cuesta: Costes e beneficios del cuidado: SARE, 2003.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M.; GODINHO, T.; NOBRE, M.; TEIXEIRA, M. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. 152p. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3).

KON, A. Divisão do trabalho no Brasil: a questão de gênero. In: DOWBOR, L.; KILSZTAJN, S. **Economia social no Brasil**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

_____. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 3, p. 87, jul.-set. 2002.

_____. **Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: Repercussões sobre o mercado de trabalho**. In: Seminário: As Famílias e as Políticas Públicas no Brasil. Belo Horizonte - MG: ABEP, 2005.

KUNTZ, R. Direitos sociais em xeque. **Revista Lua Nova: Cultura e Política**. São Paulo, 1995.

LAVINAS, L.; BARSTED, L. L. **Mudanças na Sociedade Salarial, Regulamentação e Emprego Feminino**. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1996, Caxambu. Anais do X Encontro Nacional da ABEP. São Paulo, 1996. p. 547-558.

LAVINAS, L; SORJ, B. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, M. I. B. (org.). **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LAURELL, A. C. **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo**. In: LAURELL, A. C. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEPORACE, M.; FONTOURA, N. Igualdade de Gênero no Trabalho e a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. **Mercado de Trabalho - IPEA**. 25/nov. 2004.

LIRA, I. C. D. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: Desmistificando a Informalidade. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política**.. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livro 1

_____. **Capítulo VI (Inédito) de O capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.

MELO, H. P. **Gênero e pobreza no Brasil**. In: Relatório Final do Projeto Governabilidad Democratica de Género en America Latina y El Caribe. Brasília: CEPAL, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

NEVES, M. A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de Gênero. In: ROCHA, M. I. B. (org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

NOGUEIRA, C.M. **O trabalho feminino e as desigualdades no mundo do Brasil**. In: SILVA, M. O. S.; YASBECK, M. C. (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.

NOVELLINO, M. S. F. **Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Minas Gerais: ABEP, 2004.

POCHMANN, M. **O Emprego na Globalização: A nova divisão internacional do Trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Rumos da política de trabalho no Brasil. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (orgs). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.

RAMOS, C. A. Políticas de geração de emprego e renda: justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira. **Texto para Discussão**, Brasília: UNB, n.277, 2006.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SILVEIRA, M. L. Políticas Públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (orgs). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: coordenadoria especial da mulher, 2004. 188p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **A economia solidária no governo federal. Mercado de Trabalho - IPEA**. 24/ago. 2004.

SOARES, L. T. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SUNKEL, G. **El papel de la familia em la proteccion social em America Latina.** Chile: CEPAL, 2006. Serie Políticas Sociales.

TAVARES, M. A. **Os fios invisíveis da produção capitalista: Informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004.

VIANNA, M. L. T. W. A nova política social no Brasil: Uma prática acima de qualquer suspeita teórica? **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

YANNOULAS, S. C. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho.** Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002.

ANEXO

ANEXO I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Titulo da pesquisa:

Trabalho das Mulheres e Divisão Sexual do trabalho: Projetos de geração de renda nos municípios do vale do Ivaí - PR

Prezado (a) Senhor (a):

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa **Trabalho das Mulheres e Divisão Sexual do trabalho: Projetos de geração de renda nos municípios do vale do Ivaí - PR** realizada em seis municípios cobertos pelo escritório da SETP em Ivaiporã. Os objetivos da pesquisa são:

- Conhecer o conteúdo das propostas e projetos de geração de renda desenvolvidos para mulheres.
- Identificar os elementos teóricos e práticos que orientam os gestores para a formulação das propostas de geração de renda nos municípios.
- Pesquisar os instrumentos utilizados no processo de planejamento pelos gestores para análise de viabilidade dos projetos, assim como para avaliação dos resultados dos mesmos.
- Avaliar as dificuldades que aparecem nos projetos de geração de renda para mulheres, com relação às atividades desempenhadas e o processo de produção e comercialização dos produtos gerados.

A sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: realização de uma entrevista em local de sua escolha com as seguintes perguntas:

- Quando se iniciou o(s) projeto(s) de geração de renda no município?
- Qual é o público alvo da geração de renda?
- A formulação do projeto dos grupos de geração de renda obedeceu alguma norma ou documento federal e/ou estadual? Se sim, o município recebeu alguma orientação técnica para o planejamento dos grupos?
- Quais são as atividades desenvolvidas nos projetos?
- O que você sabe sobre a política de Trabalho, emprego e geração de renda, e como você relaciona com os projetos que se desenvolvem no município?

- O município que escolhe as atividades que serão realizadas nos projetos?
- Como foi o processo de escolha?
- Qual é o objetivo do projeto?
- Foi realizado algum estudo junto ao público alvo para auxiliar no processo de planejamento do projeto?
- Qual é o perfil do público que participa das atividades propostas pelos projetos (número de mulheres, faixa etária, escolaridade)?
- Quais as principais dificuldades encontradas para manutenção do(s) projetos(s)?
- Foi feita uma análise de viabilidade econômica para saber se os produtos gerados nos grupos conseguem fácil comercialização no mercado?
- Existe algum instrumento que seja utilizado para a avaliação do funcionamento dos projetos?
- Como você avalia o desempenho dos projetos de geração de renda no município?
- Na sua visão, qual é a função dos projetos de geração de renda e como eles podem contribuir para o desenvolvimento do trabalho das mulheres?
- O que você sabe sobre relações de gênero?
- O que você entende por abordagem de gênero nas políticas públicas?
- Você acredita que haja trabalhos que são masculinos e trabalhos que tenham caráter feminino?
- Quais as dificuldades que as mulheres trazem para permanência nos projetos?
- As mulheres demonstram satisfação com relação às atividades que estão sendo desenvolvidas nos grupos?
- Elas trazem outras demandas para os grupos?
- Por que são oferecidas sempre atividades que são voltadas para a esfera doméstica, e que lembram as funções desempenhadas no lar?
- Dentro de uma perspectiva de políticas de trabalho e emprego, na sua opinião, por que projetos de geração de renda neste formato atingem na sua maioria mulheres?

- Se fosse para propor outras atividades para os grupos, quais você indicaria?
- Os produtos gerados nos grupos são comercializados? Se sim, como são comercializados?
- Existe suporte técnico do poder público desde a produção até a comercialização dos produtos?
- Os produtos gerados obtêm fácil comercialização no mercado?
- O que você entende por autonomia econômica?
- No tempo de funcionamento dos grupos, as mulheres expressam ou já expressaram sobre o uso do dinheiro recebido através da comercialização dos produtos gerados nos grupos?
- Na sua avaliação, o que representa este dinheiro recebido no que se refere à conquista da autonomia econômica?
- Que dificuldades as mulheres encontram para comercialização dos produtos?
- Qual é a expectativa das mulheres quando elas entram nos grupos?

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. As fitas com a gravação da entrevista serão destruídas.

Os benefícios esperados são os de contribuir para o aperfeiçoamento dos modelos de avaliação e monitoramento relacionados aos aspectos qualitativos. Informamos que sua participação não acarretará riscos.

Informamos que o/a senhor/a não pagará nem será remunerado por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contactar Anne Grace Gomes, residente a Rua Miguel Simião, 564, Apto 704, Centro, Apucarana-PR, telefone: (43) 3422 9702 ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, na Avenida Robert Kock, nº 60, ou no telefone 3371 - 2490. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Londrina, _____ de _____ de 2010.

Pesquisador Responsável - Anne Grace Gomes

RG: 8650966-0 SSP/PR

tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____